

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**WELLITON MARTINS BINDANDI**

**TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: ESPAÇO DE  
(RE)SIGNIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO/PARA O MORADOR**

**Cáceres-MT  
2016/1**

**WELLITON MARTINS BINDANDI**

**TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: ESPAÇO DE  
(RE)SIGNIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO/PARA O MORADOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientação: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Olimpia Maluf-Souza.

Linha de Pesquisa: Estudos e análise dos processos discursivos e semânticos.

**Cáceres-MT  
2016**

© by WELLITON MARTINS BINDANDI, 2016.

Bindandi, Welliton Martins

Tombamento do centro histórico de Cáceres-MT: espaço de (re)significação e identificação do/para o morador./Welliton Martins Bindandi. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

124f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016.

Orientadora: Olimpia Maluf-Souza

1. Análise de discurso. 2. Patrimônio tombado – Cáceres/MT. 3. Monumento – tombamento histórico. 4. Patrimônio – centro histórico – Cáceres/MT. I. Título.

CDU: 81'42(817.2)

Ficha catalográfica elaborada por Tereza Antônia Longo Job CRB1-1252

**WELLITON MARTINS BINDANDI**

**TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: ESPAÇO DE  
(RE)SIGNIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO/PARA O MORADOR**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Olimpia Maluf-Souza (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Carolina Padilha Fedatto (Membro Externo – PPGCL/UNIVAS)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Eliana de Almeida (Membro Interno – PPGL/UNEMAT)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta (Membro Interno (Suplente) –  
PPGL/UNEMAT)

APROVADA EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

A **Deus**,

Pela vida, Bondade e Misericórdia.

Ao Meu Pai, **José Bindandi** e,  
Minha Mãe, **Claudete Martins Bindandi**,

Meus Heróis.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço eternamente a **Deus** pela vida.

Ao meu **Pai** e minha **Mãe** que sempre me ensinaram o melhor caminho a percorrer. Assim como o apoio de todos meus familiares.

A minha querida orientadora, **Prof<sup>a</sup>. Olimpia Maluf-Souza**, pela dedicação, paciência e profissionalismo. Agradeço o incentivo nessa caminhada pelas trilhas do conhecimento, desde a minha graduação quando foi minha orientadora de monografia e, agora, nessa dissertação de mestrado, sua contribuição foi/é indispensável para minha formação. Obrigado por tudo.

À **Prof.<sup>a</sup> Carolina Padilha Fedatto, Prof.<sup>a</sup> Eliana de Almeida e Prof.<sup>a</sup> Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta**, por comporem a minha banca de defesa e por contribuírem com suas leituras atentas e suas sugestões produtivas.

À **Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT** – que me oportunizou cursar uma **Pós-Graduação em Linguística**, uma área de meu interesse.

A todos os **Professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT**, com os quais, desde o início do curso, venho somando conhecimento.

A **FAPEMAT/CAPES**, pelo incentivo à pesquisa, através da concessão da bolsa durante todo o meu mestrado.

A todos os meus **companheiros/amigos do Mestrado em Linguística** que têm me acompanhado nessa trajetória. Assim como os demais **amigos** que têm me apoiado nesse momento. A vocês, minha gratidão.

Enfim, agradeço as demais pessoas que de uma forma direta e/ou indireta possibilitaram a realização desse trabalho de pesquisa. A todos o meu grato reconhecimento e agradecimento.

## AUSÊNCIA

*Por muito tempo achei que a ausência é falta.  
E lastimava, ignorante, a falta.  
Hoje não a lastimo.  
Não há falta na ausência.  
A ausência é um estar em mim.  
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,  
que rio e danço e invento exclamações alegres,  
porque a ausência assimilada,  
ninguém a rouba mais de mim.*

**(Carlos Drummond de Andrade)**

## RESUMO

Esse estudo, que se filia à linha de pesquisa *Estudos e análise dos processos discursivos e semânticos*, tem como objetivo ler discursivamente os sentidos atribuídos à cidade de Cáceres-MT e seus moradores, a partir de seus monumentos e patrimônio histórico tombado pelo poder público, o IPHAN. Desse modo, interessa-nos compreender o patrimônio como *lugar de memória*, ou seja, enquanto processo de constituição da cidade, que coloca em funcionamento modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos. Propomo-nos compreender, então, os processos de significação que transformam construções, que até o tombamento eram consideradas comuns, em monumentos, ou, dito de outro modo, compreender o processo de produção de sentidos de monumentalidade na cidade de Cáceres. Tomando como espaço analítico o centro histórico da cidade, colocamos em questão a palavra *tombamento* a fim de analisar como ela é significada pelo cacerense. Nossas análises distinguem dois funcionamentos interligados: por um lado, o sujeito toma o espaço tombado, principalmente as construções de casarões em ruínas, para marcar-se/identificar-se como morador local, por outro, falando nos termos da Lei de tombamento, esse mesmo morador coloca-se como resistente a ela. Decorre daí um interessante jogo, que marca distintas posições-sujeito com seus modos peculiares de identificar-se e que nos leva aos questionamentos: quem resiste ao quê? O morador resiste ao tombamento? O espaço tombado resiste ao morador? O espaço tombado resiste ao tombamento? Pela leitura e análise dos materiais recortados para essa pesquisa, tomados como espaço/lugar de memória, compreendemos, na tentativa de responder às questões que se colocaram, que há um funcionamento discursivo que aponta para os modos de significação da cidade e dos sujeitos que a habitam, o que se tornou visível pelos processos de (des)identificação do morador cacerense com a cidade e com os sentidos de tombamento colocados em circulação.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; Monumento; Arquitetura; Patrimônio Tombado.

## ABSTRACT

This study, which joins the line of research *Studies and analysis of the discursive and semantic processes*, aims to read discursively the meanings attributed to the city of Cáceres-MT and its residents, from its monuments and historical heritage listed by the government, IPHAN. Like this, we are interested to understand the heritage as a *place of memory*, in other words, as a constitution process of the city, which puts in operation the ways of constitution of subjects and of the senses. We propose to understand, then, the meaning processes which transform buildings that even its tipping were considered common, in monuments, or, in other words, to understand the process of meaning of monumentality at Cáceres. Taking as an analytical space the historic center of this city, we put in question the word *tipping* aiming to analyze how it is signified by Cácerense. Our analysis distinguishes two interconnected operations: on the one hand, the subject takes the space tumbled, especially the mansions of buildings in ruins to mark yourself/identify itself as local resident, on the other hand, talking about the terms of tipping Law, this even resident put itself as resistant to it. Follows on from that an interesting game, which marks different subject-positions with their peculiar ways of identifying, which leads us to the following questions: who resists what? The resident resists the tipping? Space tumbled resists the resident? Space tumbled resists the tipping? By the reading and analysis of cut materials for this research, taken as a space/place of memory, we understand, in an attempt to answer the questions which have arisen, there is a discursive operation which points to modes of meaning of the city and the subject who live in the city, which became visible by the processes of (dis)identification of Cácerense resident with the city and the meanings of tipping had put into circulation.

**Keywords:** Discourse Analysis; Monument; Architecture; Preserved heritage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura I	Marco do Jauru e Catedral de Cáceres.	37
Figura II	Bandeira do município de Cáceres-MT.	45
Figura III	Pintura feita no muro da Câmara Cáceres-MT.	48
Figura IV	Pintura feita no muro da Câmara Cáceres-MT.	49
Figura V	Pintura feita no muro da Câmara Cáceres-MT.	51
Figura VI	Ruína no centro histórico de Cáceres-MT - Rua General Osório.	61
Figura VII	Imóvel nº432. Foto de Paulo Victor Fanaia Teixeira / Olhar Direto.	69
Figura VIII	Imóvel nº 432 lado da Rua 6 de Outubro. Cáceres-MT.	72
Figura IX	Imóvel nº 432 - Primeira cena.	74
Figura X	Imóvel nº 432 - Segunda cena.	75
Figura XI	Imóvel nº432.	76
Figura XII	Prédio da antiga prefeitura de Cáceres-MT / Jornal Oeste.	80
Figura XIII	Incêndio da antiga prefeitura. Foto: Wendel da Silva/ CAFM.	86
Figura XIV	Incêndio da antiga prefeitura. Arquivo/Assessoria - Jornal Oeste.	87
Figura XV	Casarão Rua 06 de Outubro / Rua Cmt. Balduino - Cáceres-MT.	88
Figura XVI	Casarão Rua 06 de Outubro / Rua Cmt. Balduino - Cáceres-MT.	96
Figura XVII	Rua Cmt. Balduino – Cáceres-MT.	96
Figura XVIII	Rua Cmt. Balduino – Cáceres-MT.	97
Figura XIX	Rua João Pessoa - Cáceres-MT.	97
Figura XX	Rua João Pessoa - Cáceres-MT.	97
Figura XXI	Rua Antônio Maria / Padre Casimiro - Cáceres-MT.	97
Figura XXII	Rua Antônio Maria / Padre Casimiro - Cáceres-MT	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>		12
	<b>O ACONTECIMENTO DISCURSIVO: A ATUALIZAÇÃO DA LÍNGUA PELA MEMÓRIA</b>	16
	1.1 Nas sendas do discurso: o passado/presente, o antigo/moderno	16
	1.2 Mas, por que o discurso/o discursivo?	24
<b>CAPÍTULO I</b>	1.3 A construção de um saber sobre o monumento/a monumentalidade	27
	1.4 A história e a ideologia de um monumento: sentidos do monumental/da monumentalidade	36
	<b>MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM SABER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE CACERENSE</b>	42
<b>CAPÍTULO II</b>	2.1 Os símbolos municipais no processo de constituição de uma identidade cacerense	42
	2.2 Processos de (des)identificação do cacerense: entre o local e o nacional	54
	<b>GESTOS DE TOMBAMENTO: PRESERVAÇÃO E/OU APAGAMENTO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DA CIDADE</b>	64
<b>CAPÍTULO III</b>	3.1 De monumento à ruína: a significação no documento	66
	3.2 A preservação/descharacterização do centro histórico de Cáceres-MT: o outro lado da moeda	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>		103
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>		106
<b>ANEXOS</b>		110

## INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste trabalho é o de analisar o *discurso sobre/da* cidade de Cáceres-MT a partir da leitura das construções arquitetônicas do centro histórico (casarões, ruínas, ruas e vias), dos monumentos históricos, assim como os dizeres que se propagam no cotidiano sobre a cidade, cujos materiais dirão da constituição histórica, do funcionamento ideológico e da formação de modos de identificação cultural para o morador cacerense.

A formação de uma identidade se dá através de processos de subjetivação, enquanto modos que disponibilizam formas de identificação para o indivíduo, interpelando-o e, por consequência, constituindo-o como forma-sujeito. É a partir dos processos de subjetivação e de assujeitamento que o sujeito constitui-se no mundo, estabelece relações de pertencimento, ou, dito de outro modo, constitui seus processos de identificação.

Pelo nosso recorte, os processos de identificação do morador cacerense fazem-se com os monumentos e casarios do centro histórico da cidade, tombados pelo IPHAN, daí dizermos tratar-se de uma identidade cultural, visto que a arquitetura, a história que a compõe e os sentidos produzidos pelo e para o patrimônio conformam essa identidade.

Nessa direção, o sujeito, que se constitui pela história e pela memória que a instituiu/institui, instala-se por posições que são cambiantes e que o marcam pela não fixidez, do mesmo modo que a identidade, que também não é fixa, não é estática, ao contrário, produz-se pela movência, pela instabilidade do sentido. Daí a nossa opção em tomá-la como processos de identificação, que assegura – pela palavra processo – uma construção que se dá permanentemente, e pela marcação do plural, os vários modos de identificação do sujeito.

Nossos questionamentos partem do interesse em compreender como a cidade é significada pelo conjunto arquitetônico, que diz de um vivido, de uma memória, de uma história, de modo a significar a cidade e os sujeitos que a habitam. Ao mesmo tempo, compreender os discursos que circulam sobre a cidade, de modo a analisar a ambiguidade que se instaura e que divide as opiniões dos moradores. Nessa direção, nossa análise visa a compreender o que se instaura e o que se institui pelo/no *discurso sobre* e pelo/no *discurso do* morador, do gestor, do visitante, compreendendo os processos político, histórico e ideológico como formas de significar a cidade e os

sujeitos, assim, a partir das nossas análises, dar visibilidade aos sentidos de ser/estar na cidade de Cáceres-MT.

Nessa direção, partimos da reflexão da própria palavra “tombamento” de maneira a compreender os modos pelos quais ela vem sendo significada na cidade, uma vez que, ao analisar o centro histórico, o que se coloca em questão são os sentidos atribuídos para esta palavra.

No primeiro capítulo nos propomos a discutir sobre o *saber monumental* das arquiteturas do centro histórico da cidade, tomando-as como monumento, ou seja, como objeto simbólico, que produz, por consequência, os modos de significação da cidade de Cáceres que, por/pelos seus monumentos e arquivos, constrói-se como uma identidade cultural.

Tomamos, dessa maneira, o saber monumental como o processo que desloca sentidos de um monumento ou construção, tidos até um dado acontecimento discursivo como comuns, para os sentidos de monumental/monumentalidade. Assim, para essa proposição, fazemos, em um primeiro momento do capítulo, uma abordagem teórica da passagem de sentidos corriqueiramente atribuídos à construção/documento/monumento para os sentidos de monumentalização. Para dar visibilidade a esse movimento trazemos a análise de um monumento fundador de uma identidade para a cidade: o Marco do Jauru.

No segundo capítulo, analisaremos os dizeres cristalizados sobre a cidade, tentando dar a conhecer o que se coloca em formulação no processo de identidade do espaço urbano, ou seja, olhar para o lugar de constituição histórica da cidade, a fim de compreender sua construção identitária. Nosso propósito neste capítulo é o de tomar em análise alguns *materiais de memória*, que dizem, de algum modo, da identidade cacerense e, assim, dar visibilidade às possíveis contradições que possam materializar, nesse espaço/lugar, tanto as formações discursivas que o sustentam quanto as discursividades que produzem oposições e ambiguidades no dizer, enfim, que instalam modos de significar uma identidade para a cidade de Cáceres e para os seus moradores. Desse modo, analisamos materiais que tanto identificam quanto institucionalizam o município: a bandeira do município, algumas das pinturas do muro da Câmara Municipal e um dizer pichado em um dos muros da cidade.

Por fim, no terceiro e último capítulo, tentaremos compreender, pelo gesto analítico<sup>1</sup>, as construções do centro histórico de Cáceres, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e analisar como essas construções se instituem como patrimônios tombados. Para essa análise, recortamos casarões tombados que se encontram, na atualidade, em ruínas e as manifestações (pinturas, grafites, pichações) presentes nessas ruínas. Além desses materiais, trazemos também fotografias dos prédios, que circularam na mídia local, e comentários de moradores nos posts das redes sociais e reportagens de jornais eletrônicos.

O recorte dos materiais analisados no terceiro capítulo decorre do fato de o centro histórico da cidade ter sido tombado em dezembro de 2010 e, passados cinco anos, nada ter sido feito na direção de sua manutenção, o que projeta sentidos, na atualidade e para o futuro, desses monumentos que conformam uma identidade histórica da cidade. O que parece apontar para um funcionamento que silencia a própria lei de preservação do patrimônio, pois ao ler as construções, vemos muitas em ruínas, o que parece indicar uma convivência dos poderes públicos local, estadual e nacional, que, ao caírem no *engodo* do resgate, paralisam-se, deixam cair, tombar, o que se produz como efeitos de sentido de alheamento para com a história da cidade e com a própria lei de tombamento.

Desse modo, os poderes instituídos tentam *resgatar* o prédio empírico como se por ele se resgatasse a história, a memória. Contudo, é preciso perguntar sobre o que resgatar? Que memória/história se pode vivificar pelo gesto de resgate? É a esse funcionamento que estamos chamando de o *engodo do resgate*, pois é impossível aceder ao passado para resgatar uma significação, o que significou, significou em outro tempo e em outro lugar e, apesar dos efeitos que a memória (re)produz desse passado, os sentidos estão em constante batimento entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia, sendo, portanto, sempre outros.

De outro lado, vemos os mesmos poderes autorizarem as adaptações nas fachadas de muito imóveis tombados, para funcionarem como centro comercial da cidade. Essas adaptações com fins mercadológicos dos casarões tombados vão, gradativamente, descaracterizando os imóveis tombados, mas, ao mesmo tempo,

---

<sup>1</sup> Estamos afirmando o nosso gesto como analítico, pois o analista de discurso não interpreta os materiais diretamente – no nosso caso, as construções do centro histórico –, mas as propriedades das marcas linguísticas (verbas e não verbas), que a análise mostra como relevantes no material analisado, a partir das questões de pesquisa inicialmente elaboradas.

respondem às necessidades da cidade atual e dos ditames que o mundo globalizado impõe a ela. Nessa direção, tanto em uma situação quanto na outra, a questão não se restringe a ter/não interesse em fazer funcionar os sentidos postos pelo gesto de tombamento, pois são sentidos que se instituem pela ordem do impossível, visto que não há resgate e nem manutenção possível de algo que se institui pela ordem do simbólico.

O efeito produzido por essa ordem de impossibilidade faz instalar uma dissimetria entre o objetivo posto para o tombamento e as práticas efetivas de uso dos locais tombados, o que se materializa na forma de uma contradição que não se soluciona, como mostraremos na análise.

## I CAPÍTULO

### O ACONTECIMENTO DISCURSIVO: A ATUALIZAÇÃO DA LÍNGUA PELA MEMÓRIA

*Se os objetos permanecem apenas como signos apesar do poder de sua figuração simbólica dos modos de vida, os relatos, falados ou escritos, esboçam o possível das cenografias da memória.*

(Henri-Pierre Jeudy)

#### 1.1 – Nas sendas do discurso: o passado/presente, o antigo/moderno

A cidade é um lugar de vivência, de encontro e desencontro, de arquiteturas que fundam e solidificam uma dada formação histórica e ideológica, materializadas em seus modos de construção e de edificação. Portanto, colocar em análise a cidade, ler suas construções, vias e ruas, é olhar para seu modo de (des)territorialização, de expansão, é pensar o social e sua (des)organização.

É no terreno incerto, opaco e minado que vamos pisar para fazer escuta e compreender o processo de constituição da cidade de Cáceres-MT. Dizer sobre a cidade é dizer sobre seus habitantes, pois, no que diz respeito ao “[...] território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro” (ORLANDI, 2004 p. 11). Portanto, ler discursivamente a cidade é ler como o sujeito, nesse território, se significa e é significado.

A cidade de Cáceres-MT, localizada acerca de 225 km a oeste da capital Cuiabá, na fronteira com a Bolívia, foi fundada em 06 de outubro de 1778, pelo tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, por determinação do quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vejamos, então, que o que marca a criação da cidade já se calca, de início, em interesses políticos, uma vez que a motivação de criação do município foi a de garantir a delimitação e a defesa da fronteira do Brasil.

Dessa maneira, não é trivial que o nome da cidade seja, a princípio, *São Luis de Cáceres* e, posteriormente, *Cáceres*, instalando, no próprio processo de nomear, o gesto político do governador, que ao determinar o lugar da cidade, determina também a ele seu nome. É interessante, portanto, verificar que no gesto de renomeação da cidade abandona-se o que há de religioso no nome (São Luís), mas não se abandona o aspecto político, pois o nome da cidade permanece, ainda hoje, com o nome do governador (*Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres*), que não só escolheu o local para instalar uma cidade de fronteira, privilegiada pela navegabilidade do Rio Paraguai, mas nomeou-a com o seu nome próprio.

Cáceres fez edificar, desde a fundação, através dos seus primeiros moradores, um conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico que ficou conhecido como o Centro Histórico da cidade. Essas edificações, pelo seu valor histórico e documental, foram homologadas como patrimônio cultural brasileiro, através da Portaria nº 85, publicada pelo Ministério da Cultura, na edição do dia 26 de junho de 2012 do Diário Oficial da União. A homologação/aprovação foi dada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, em dezembro de 2010. Assim, no processo de tombamento, foram destacados os valores históricos<sup>2</sup> que compõem a paisagem urbana.

A cidade de Cáceres, desde o princípio, desempenhou um importante papel para a definição de fronteiras entre terras lusas e castelhanas, bem como possuía acesso facilitado, pela navegabilidade do rio Paraguai, com a então capitania de São Paulo. Desse modo, constituiu-se como ponto de intercâmbio entre processos naturais, políticos e sociais, nos quais o Rio Paraguai desenvolveu papel preponderante, ao compor a configuração do espaço urbano, pois a cidade nasce às suas margens e o rio, durante muito tempo, foi o meio mais fácil de intercâmbio com os centros mais desenvolvidos. Dessa maneira, o rio é a cidade, pois participou da sua constituição, marcando e significando a paisagem urbana.

O Rio Paraguai, que era/é navegável e que demarcava/demarca fronteiras, é a própria memória de instituição da cidade, uma vez que o seu centro histórico – o espaço urbano ao qual lançamos olhos nessa pesquisa – nasce às margens do Rio.

---

<sup>2</sup> Os valores históricos que o IPHAN aponta no documento, como veremos posteriormente, diz do aspecto arquitetônico incluindo questões urbanísticas e paisagísticas. Esses valores são reconhecidos pelo Ministério da Cultura (MINC), que acrescenta ao patrimônio o valor de “documento da história urbana do país”.

Tomamos, então, a arquitetura dos casarios do centro histórico como monumentos, compreendendo que os monumentos são considerados parte do patrimônio cultural de um determinado povo ou nação. Estes servem como elo entre o presente e o passado, em um movimento não dicotômico e maniqueísta que coloca os dois termos como antitéticos, mas discursivamente, pelo funcionamento da memória, na qual os termos produzem sentidos de continuidade e de imbricação, uma vez que os casarios têm uma história de constituição que continua a produzir seus efeitos. Daí carregar sempre novas significações, fazendo, por essa razão mesma, fracassar qualquer gesto de resgate e de manutenção. Resgatar e manter são gestos que dizem do aspecto físico da arquitetura do centro histórico, mas não dizem do simbólico, visto que não há resgate, nem pela força da Lei e nem pela mais soberana vontade, de sentidos passados.

Para darmos visibilidade à força coercitiva da presença do simbólico, consideramos necessário definir o que estamos aqui tomando como *monumento* e a passagem à condição de *monumental/monumentalidade*, visto que a passagem de uma construção/monumento da cidade à condição de monumental/monumentalidade, para os moradores, produz sentidos que mobilizamos em nossas análises.

Pela etimologia da palavra *monumento*, vemos, em Le Goff (1990, p. 535), que, para o latim:

[...] *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, donde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta hujus ordinis* [...], designa os actos comemorativos, quer dizer; os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (Grifos do autor).

Vemos que, etimologicamente, o monumento traz em si a representação do passado. Do mesmo modo, as acepções dicionarizadas<sup>3</sup> da palavra apresentam também sentidos que colocam as noções de passado em funcionamento:

---

<sup>3</sup> Dicionário Houaiss Eletrônico. Das acepções dicionarizadas, omitimos apenas os exemplos.

- 1 obra artística (escultura, arquitetura etc.), **ger.** grandiosa, construída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, nação etc.
- 1.1 mausoléu imponente que presta homenagem póstuma às vítimas de alguma catástrofe ou acontecimento histórico de resultados funestos.
- 2 qualquer edificação de grande estatura, cujas dimensões, estética, imponência despertam admiração
- 3 **p.ext.** obra artística de grande vulto, que se perpetua no tempo pelo seu alto valor artístico
- 4 **p.ext.** qualquer coisa cujas proporções sejam colossais
- 5 sobrevivência, na memória, de alguma coisa significativa para alguém ou para um grupo social; recordação, lembrança
- 6 **B. infrm.** pessoa extremamente bela, segundo os padrões de uma determinada época

Como vemos, a palavra monumento abarca acepções que dizem, exceto à de número seis, da relação de grandiosidade de um objeto empírico (escultura, arquitetura, obra artística etc.) com a memória de um povo. Essa memória, contudo, diz de uma lembrança, de uma recordação, aos modos da memória cognitiva, cuja função é a de lembrar e esquecer. Trata-se de um ordinário do sentido que é dado a qualquer monumento: o Cristo Redentor, no Rio; o Marco do Jauru, em Cáceres; a estátua de Fernão Dias, em Pouso Alegre etc.

O monumento carrega, enquanto palavra dicionarizada, os sentidos de grandiosidade, de colossal, contudo, ao ser tomado como objeto de linguagem, o que era empiricamente tomado como monumento, o Marco do Jauru, passa a ser atravessado por uma outra ordem, que nós estamos formulando como o caráter monumental/monumentalizado do monumento.

Assim, ao tomarmos a palavra monumento fazendo funcionar nela um sentido de *monumental/monumentalidade*, estamos marcando-a pela ordem do simbólico, que conforma uma memória que não apenas considera a temporalidade/espacialidade, mas que as subverte, uma vez que coloca em funcionamento a atualização da relação da língua com a história, fazendo do monumento um *acontecimento discursivo*<sup>4</sup> que o marca como monumental/monumentalidade. Desse modo, o monumento, ao ser tomado pela ordem da língua(gem), produz-se, enquanto efeitos de sentido, como algo que comporta duas ordens de real – da língua e da história. Tomar o nosso lugar de escuta

<sup>4</sup> O *Acontecimento discursivo*, para Pêcheux (1997, p. 17) diz respeito ao “[...] ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”, pois, para o autor, a correlação entre um fato e a forma em que foi entendido, propagado e circulado, atualiza-se e se mantém sempre presente na memória coletiva.

pela ordem do simbólico/significante significa afastar-nos da empiria para abriremos o nosso objeto às possibilidades de significação, pois o empírico fecha o sentido e o simbólico/significante, por não estar ligado a nenhum sentido predeterminado, abre-se para a deriva, para a movência, para as possibilidades de significação.

Essa forma de constituição dos monumentos nos permite pensar nas condições de produção do espaço arquitetônico em estudo – o centro histórico de Cáceres-MT – e na relação que suas edificações estabeleceram/estabelecem com o contexto social, histórico e político da cidade na/para a produção dos sentidos.

Segundo Orlandi (2010, p. 16), “[...] os processos e as condições de produção da linguagem [se dão] pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”. Desse modo, a projeção da cidade pelos seus monumentos históricos tem a ver com o real da história, que é a contradição, presente em todo e qualquer fato histórico. Assim, a questão da contradição e do confronto, permite-nos compreender de que forma o monumento histórico e as discursividades sobre a cidade de Cáceres produzem sentidos dos/para os sujeitos.

Os patrimônios históricos e a necessidade de preservá-los pressupõem, então, uma construção que alia o passado no presente, são objetos simbólicos, que, tomados como monumentos, continuam a existir para que a sociedade, de alguma forma, possa usufruir deles. É, pois, esse funcionamento discursivo do passado na atualidade, que permite tomar os casarios como o corpo da cidade, pois é pelo simbólico que as edificações antigas produzem sentidos para a sociedade contemporânea, dando abertura aos vários modos de significá-las.

O material do passado presentificado/atualizado, pelo gesto de tombamento do IPHAN, é a materialidade que se constituiu/constitui a partir da cultura e da história da região, que, na atualidade, faz instalar novos significados que dão visibilidade aos funcionamentos de sentidos discursivo, social e político.

Os monumentos são discursos que instituem, para o patrimônio histórico, os modos de ligação com o passado, que se reverbera, ecoa e faz sentido para a cidade. Colocá-los em análise permite, então, dar visibilidade ao jogo que se instala entre a memória, o político e o ideológico, que foi, em certa medida, apagado, tornado naturalizado pela memória institucionalizada. O passado não tem, então, o sentido de saudosismo ou de sua museificação no presente ou no futuro, mas funciona de modo a atualizar-se permanentemente, na contemporaneidade, nos monumentos tornados monumentais/monumentalidades.

Nessa direção, pelos monumentos da cidade de Cáceres, através do seu aspecto arquitetônico, do espaço urbano e dos materiais empíricos de documentos analisados, ligamo-nos a um momento na história, que é recriado através da memória discursiva, visto que é constitutiva do passado, é própria dele, é algo que distingue do presente, mas, ao mesmo tempo, o compõe, o discursiviza.

É através da memória discursiva, construída histórico-ideologicamente, que nos constituímos como sujeito, que conferimos a nós próprios um sentido de identidade, pois ao nos inscrevermos no que fomos, conformamos o que somos. Desse modo, conhecer o passado histórico<sup>5</sup> é conhecer nossa própria história, história essa que se constrói por ideologias e por culturas, construindo portando uma noção de continuidade, um terreno de significações.

Le Goff (1996, p. 24) afirma que a história atual é uma filosofia da história e também a história do homem, pois “[...] o historiador parte do presente para por questões ao passado, o passado tem, sobretudo, uma existência na sua relação com o presente, é inútil acreditar num passado independente daquele que o historiador constrói”.

Nessa direção, as posições de Le Goff (1990) – um historiador preocupado em dar ao documento o seu valor histórico – e a de Foucault (2008) – um filósofo falando contra a história tradicional – afirmam o documento como monumento.

O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. *O documento é monumento*. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1990 p. 547-548).

[...] a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Ao afirmar que o documento é monumento, Le Goff (1990) acresce à noção de documento o trabalho que as sociedades históricas, a partir das imagens que fazem de si

---

<sup>5</sup> Quando nos referimos ao passado histórico queremos fazer funcionar a língua na relação com a história, pois é no dizer atual que nos filiamos a uma dada memória do dizer, fazendo efeitos da ideologia que nos constitui e que nos identifica como sujeitos no mundo.

mesmas, conferem ao futuro, ou seja, um modo de interpretá-lo, de significá-lo. Desse modo, o monumento já não diz mais do documento em si, mas das significações que o homem atribuiu/atribui historicamente ao documento, ou, dito de outra maneira, trata-se do modo como o documento foi simbolizado em monumento.

Foucault (2008), ao contrapor-se à história tradicional, faz funcionar novos sentidos para o passado, visto que, se por aquela, os monumentos eram tornados documentos, agora são os documentos que se atualizam na forma de monumentos. Assim, o autor contrapõe-se ao estatuto que o documento adquiriu na disciplina (a história tradicional), visto o mesmo ser tomado como transparente, como forma de registro, como atestado de um dado momento histórico. Ao tornar o documento como monumento o que o autor marca é a necessidade de retirá-lo da condição de transparência do puro registro de um acontecido para marcá-lo por sua opacidade, sua contradição, sua profundidade. Ler, então, o documento como monumento é conferir-lhe significações que estão além de um “ordinário do sentido”, além das “coisas a saber”, do “semanticamente estabilizado” (PÊCHEUX, 1997) para colocá-lo na ordem do discurso. Essa compreensão é o que nos permite tomar os casarios e os monumentos tombados na cidade como um significante que está para além da necessidade de documentá-los pelo valor histórico que possuem, assim, para nós, essa distinção, que se marca pela ordem do simbólico, é aqui formulada como monumental/monumentalidade.

Diante disso, o documento é monumento, pois a arquitetura do centro histórico de Cáceres passa a ser tomada como monumental/monumentalidade, visto funcionar nela algo que está além da simples imbricação entre o passado e o presente, algo que permite compreendê-la como um funcionamento que marca a relação entre a cidade, os sujeitos e os sentidos que se instalam no espaço citadino. Assim, a oposição dicotômica, antitética entre antigo e moderno dissolve-se em um contexto complexo de equívocos, pois o discurso produz um apagamento dessas fronteiras fazendo com que o aspecto arquitetônico, os documentos históricos sejam de tal forma inseridos no presente da cidade, que o recria, o ressignifica e, conseqüentemente, instala os sujeitos em suas posições, ancoradas em formações discursivas que são marcadas pelas demandas da contemporaneidade: os modos de produção capitalista, que impõem novas fachadas aos casarões tombados, adequando-os às funções comerciais da atualidade.

Contudo, se para o autor a passagem do documento ao monumento é da ordem de um desdobramento do que deve ser isolado, agrupado, do que é pertinente, inter-relacionado, tornado conjunto, para nós da Análise de Discurso, a passagem do

monumento ao monumental/monumentalidade implica mais do que as operações classificatórias, visto que toma o objeto como atravessado por uma ordem significante que faz instalar nele a ordem da língua com sua incompletude e a da história com a contradição<sup>6</sup>.

A partir da compreensão, comungada pelos dois autores, de que os documentos são significados pelas arquiteturas do centro histórico de Cáceres-MT como monumentos, nosso papel, enquanto analista de discurso, é o de produzir um distanciamento necessário da posição dos dois teóricos, pois, ao analisarmos o funcionamento memorial, portanto, significante, que se instala nos documentos tornados monumentos na cidade, conferimos a eles um funcionamento que os toma como objetos simbólicos, como *arquivos*<sup>7</sup>, que dão ao monumento o caráter de monumental/monumentalidade, pois, conforme afirma Orlandi (2008), o que há do passado são *versões*, são modos de os sentidos e os sujeitos se instituírem e se identificarem como sujeitos no mundo.

Assim, ao colocarmos em visibilidade os sentidos que instituem o que é da ordem do monumental/da monumentalidade, estamos, em certa medida, acordando com o que preconiza Moreira-Rodrigues (2009, s/p), ao afirmar que “[...] a monumentalidade mostra-se complexa se deixarmos de nos limitar à realidade empírica imediata e começarmos a nos indagar [...] sobre o seu significado na construção do espaço, sua origem e seu papel social na história”.

Para além disso, estamos considerando o equívoco e a contradição que se colocam como constitutivos do real da cidade e da sua arquitetura, fazendo funcionar um presente resgatado do passado, no qual o antigo se inscreve no moderno significando-o. Assim, nos monumentos do centro histórico de Cáceres vemos, com Le Goff (1990, p. 168), “[...] camuflado nas cores do passado, o presente” e, com Orlandi (2008), o funcionamento do discurso, ou seja, as ideologias postas em funcionamento por diferentes posições-sujeito, que não se “escondem”, que não se “camuflam”, mas

---

<sup>6</sup> Se o poder público fosse conhecedor dos sentidos de incompletude e de contradição que conformam a língua e a história talvez não caíssem no *engodo do resgate* e compreendessem que os espaços monumentalizados podem significar de outro modo para os moradores, sem perder, contudo, o caráter de monumentos para a memória atual.

<sup>7</sup> Tomamos aqui os sentidos da palavra *arquivo*, não no seu sentido estrito, mas no discursivo, que dá à palavra o sentido de construção simbólica, instalada pelo sujeito que lhe atribui sentidos. Assim, falar em arquivo é pensar no *arquivo de si*, no trajeto de *leitura do arquivo* (as arquiteturas) pelo sujeito, o que sempre lhe confere um caráter de perda e de contradição, visto que, enquanto cadeia significante, o que as arquiteturas fazem funcionar é o real da língua e da história, com a incompletude e a contradição constitutiva que as instituíram/instituem.

que, pelo gesto de interpretar, se atualizam, atualizando sentidos, pelo encontro da língua com a história.

Diante desse contexto, desse espaço complexo, ambíguo e paradoxal, o que queremos, então, é compreender como os monumentos são significados, na atualidade, em monumentalidades para o morador cacerense, pois, se a memória discursiva se constitui do passado atualizado, materializado no presente, perguntamo-nos como ela vem sendo significada e ressignificada por esse morador, no decorrer da história?

## **1.2 – Mas, por que o discurso/o discursivo?**

Para compreender os modos como o passado se inscreve no presente, como o antigo se institui e se atualiza na contemporaneidade é necessário, tomando a arquitetura da cidade como *acontecimento discursivo*, colocarmo-nos na posição de analista de discurso, pelo dispositivo teórico e analítico, para analisarmos as arquiteturas, os documentos históricos e os dizeres do morador cacerense.

Analisaremos, então, os materiais recortados, tomando-os como objetos simbólicos, como materialidades significantes, assim, discutiremos, através da materialidade documental, da arquitetura e da escuta do morador cacerense, como se compõe, pela memória discursiva, o centro histórico de Cáceres, ou dito de outro modo, como a memória institucionalizada, tanto social quanto histórica e politicamente, no batimento com a memória discursiva, faz significar os sentidos e os sujeitos na cidade.

Ao tomarmos a cidade atual – com suas histórias, suas demandas socioculturais, seus modos de governança – e a cidade historicamente constituída – os documentos, a arquitetura, os dizeres sobre/do –, faremos funcionar os seus processos de significação, o que significa compreender como seu processo sócio histórico e político são memorizados e produzem efeitos sobre/para a população, pois a cidade, enquanto objeto simbólico, reclama sentidos, uma vez que é espaço aberto à interpretação. Observar, então, o funcionamento de significação da cidade implica em dar a conhecer as discursividades que dizem respeito aos modos de instalação dos sujeitos e dos sentidos no espaço urbano.

É, então, o arcabouço teórico da Análise de Discurso que nos possibilita compreender como a história se fez materialmente presente, enquanto memória no discurso. Essa inscrição da história, na linguagem, dá-se por meio de processos discursivos que perpetuam e que cristalizam a memória de uma dada época, que, em

Cáceres-MT, se materializa na arquitetura do centro histórico, em documentos históricos e em dizeres da/sobre a cidade.

Pela Análise de Discurso podemos compreender, de acordo com Orlandi (2010 p. 17), os modos pelos quais acontece o duplo jogo da língua(gem) materializada na ideologia e da ideologia na língua(gem), pois a

[...] materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua, trabalhando a relação língua – discurso – ideologia. [Assim,] [...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, [pois] o discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

A relação do espaço urbano, dos casarões com a sociedade se instaura e se materializa em um terreno de dizeres e de sentidos, lugares simbolizados pela significação, por isso o sujeito, ao dizer, se posiciona em uma dada posição discursiva. Nesse ato, o dizer, que é atravessado por outros dizeres, constituídos em outro tempo e lugar, ao ser formulado, enunciado, constitui os sujeitos e os sentidos. Assim, sujeitos e sentidos são permanentemente formulados e reformulados, fazendo cristalizar sentidos já-ditos e instalando sentidos novos, dizeres outros. É, pois, pelo batimento entre a paráfrase e a polissemia que sujeitos e sentidos se constituem, sendo atualizados e atualizando a memória do dizer.

Entendemos, com Orlandi (2010, p. 36), que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim aos mesmos espaços do dizer. Produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

É, pois, nessa tensão que o discurso se coloca, entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente. Portanto, “[...] toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas” (*idem, ibidem*), e é nesse jogo de volta ao mesmo e instauração do diferente do dizer que sujeitos e sentidos se movimentam e (se) significam.

Nesse processo, o indivíduo empírico, por suas próprias condições de existência, necessita alimentar-se da ilusão de ser a origem e de produzir um sentido único com o seu dizer. Trata-se de um funcionamento que Pêcheux (1995) divide e classifica em duas ordens distintas, mas dependentes uma da outra, designando-as por *esquecimentos*, de número 1 e 2.

O nº 2 o autor afirma como sendo o:

[...] “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.* (op.cit. p. 173 – Grifos do autor).

Por outro lado, o autor caracteriza o esquecimento nº 1 como sendo o que

[...] dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº1* remete, por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (*Idem, ibidem* – Grifos do autor).

Nessa mesma direção, Orlandi (2010, p. 35) nos diz que o “[...] esquecimento ideológico [...] é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de sermos origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentis”.

Contudo, o dizer pertence ao já-dito, ao pré-construído e o sentido pode ser sempre outro. Dessa maneira, ao formular, fazemos circular sentidos e sujeitos que já estão dados, que estão assujeitados ao *interdiscurso*. Compreender, então, as formulações postas em circulação e as silenciadas pelo dizer implica em compreender os atravessamentos desse interdiscurso, dessa memória do dizer enquanto materializações na/da língua, ou seja, é fazer falar uma exterioridade histórico-ideológica que é constitutiva de todo o dizer. Nesses moldes, a análise só se torna possível pela noção de discurso, quando a materialidade da língua é atravessada e constituída pela história. Ou seja, a língua é atravessada por discursividades que colocam em funcionamento uma dada ordem do saber discursivo, da memória afetada pelo esquecimento, o que nos permite, na materialidade do dizer, estabelecer relações de

sentidos para compreender as posições-sujeito postas em funcionamento. No nosso material de análise, o movimento, então, é o de compreender como o morador cacerense, ao dizer da cidade, é atravessado por já-ditos, por pré-construídos que instalam sentidos para a cidade e para ele próprio, pois, ao produzir sentidos para a cidade ele a significa significando-se, visto que esse é o modo de constituição do sujeito para a Análise de Discurso: uma posição-sujeito do dizer, que se inscreve em um dado modo de dizer e não em outro.

Como já dissemos, a inscrição na memória do dizer se faz por esquecimentos que nos causa “[...] a ilusão de ser a origem do que dizemos quando na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2010, p. 35), pois, todo dizer se constitui através da memória, portanto, é pelo interdiscurso que a memória discursiva se presentifica. Assim, em nossos recortes, trabalharemos com a memória de arquivo, a memória institucionalizada – a arquitetura, os documentos, os dizeres – como sendo constituída pela memória discursiva.

São os funcionamentos da memória que se instalam como processos que estão na base das relações interdiscursivas, ou seja, que constituem os discursos. Dessa maneira, nossa análise pretende dar visibilidade aos modos como, na arquitetura, no documento histórico e no dizer dos moradores, a história e a ideologia tornam-nas materialidades significantes, dando-lhes o caráter de monumental/monumentalidade, fazendo significar para a cidade, para o morador uma dada identidade que dita modos de ser, de estar, pertencer à cidade de Cáceres-MT.

### **1.3 – A construção de um saber sobre o monumento/a monumentalidade**

Como dizer do monumento e da monumentalidade na perspectiva da Análise de Discurso? Como a monumentalidade se apresenta a nós enquanto um conceito que reverbera e que produz sentidos outros, discursividades outras, uma vez que se constitui e se instaura pela ordem do simbólico?

O que propomos pensar, a partir dessas questões, é como o documento, o trivial, o ordinário do sentido, a evidência se constitui em monumento, em monumental, em monumentalidade.

Ao dizermos da monumentalidade – de um objeto, de uma palavra, de uma edificação – estamos pensando-a enquanto uma textualização simbólica, que carrega, que significa, que materializa duas ordens de real: da língua e da história. Então, na

arquitetura da cidade, o que se se coloca como monumentalidade já traz em si o caráter da incompletude e da contradição. Assim, podemos afirmar que, na monumentalidade, pelo real da língua, consideramos uma impossibilidade de dizê-la, visto que a língua(gem) é incompleta e carrega algo de perdido, de interditado, de impossibilitado ao sujeito; e, pelo real da história, o seu funcionamento é de uma contradição que não se resolve, que não se explica, que não se acomoda, que não se acorda por nossas vontades, o que marca a impossibilidade do desejo de *resgate*, pelo poder público.

Dessa maneira, ao dizermos da monumentalidade, estamos considerando, de antemão, a nossa impossibilidade de tudo dizer, de tudo acordar, pois o real, na perspectiva de Lacan, comungada por Pêcheux (1997, p. 43) é algo que não cessa de se inscrever, não cessa de nos interpelar, mas que estamos impossibilitados de dizer, pois:

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real. [...] entendendo-se o “real” em vários sentidos – possam existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.

O real, da língua e da história é, pois, algo vivido, algo simbolizável, mas de tal modo incompleto e contraditório que não podemos dizê-lo a não ser pela(s) ideologia(s) que a constitui. Então, só a ideologia é capaz de nos permitir compreender as formas de simbolização do caráter monumental.

A palavra, o objeto, o monumento são tomados como processos de simbolização, como representações simbólicas que conformam toda e qualquer materialidade simbólica. É o simbólico que dá à palavra e às construções urbanas o seu caráter monumental, que é representado por uma interpelação, um modo de individuação, devido ao caráter particular que cada posição-sujeito atribui ao objeto ao ser interpelado por uma dada ideologia. Dizer, pois, do caráter particular do objeto é falar de uma inscrição na memória do dizer, na formação discursiva que, sendo uma constituição histórica, é memorizada por um sujeito em particular. Particular porque, ao dizer do vivido, da memória, o sujeito pode se constituir como lugar de resistência, inscrevendo-se em novos e diferentes modos de dizer. É esse funcionamento que coloca o dizer como *parafrástico* e/ou *polissêmico*, uma vez que no gesto mesmo da repetição,

os sentidos novos se colocam, atualizando, por consequência, modos diferentes, modos outros de se inscrever no *interdiscurso* para dizer do objeto, da coisa, do vivido. É, pois, nessa direção que dizemos do *particular*, do diferente, do novo, ou seja, enquanto o modo pelo qual o sujeito se inscreve na memória do dizer para significar o monumento, a arquitetura e, ao mesmo tempo, significar-se.

Por outro lado, o dizer carrega também um modo *social*, pois se trata de um encadeamento estabelecido pela história, pelo modo como os sujeitos a significaram/significam e, com isto, se dão a significar. Nessa direção, todo dizer é um movimento contínuo e aberto que vai se fazendo e se refazendo no jogo discursivo, e é nesse movimento – que não para, que se refaz sempre, que não cessa de abrir-se aos sentidos cristalizados e aos novos – que o real da língua e o da história interditam o acesso a todo o sentido, fazendo escapar daí o que se constitui e que se institui para além do objeto empírico, aquilo a que, no nosso recorte, estamos chamando de sentido monumental/monumentalidade.

O caráter particular do objeto interpretado diz do que é próprio, peculiar a cada sujeito ao ser interpelado por uma dada ideologia e não por outra, e o social diz dos modos como os sentidos cristalizados, os pré-construídos se determinam nos modos de interpretação do monumento, da arquitetura, enfim, do patrimônio histórico.

Partimos do entendimento de que o monumental/a monumentalidade funciona como um documento, pois, através da edificação monumental, vemos em funcionamento sentidos que circunscrevem o objeto à ordem do simbólico, portanto, acatando tanto o real da língua quanto o da história para significar.

Segundo Moreira-Rodrigues (2009, s/p), a “[...] monumentalidade atua na dimensão do simbólico, dando visualidade, representando e valorizando as ideias, ações e concepções daqueles que a utilizam”. Em outras palavras, instaura-se, sobre o monumento, uma dimensão simbólica, que lhe confere o sentido de monumentalidade, de grandeza. É, então, pela ordem do discurso que o sentido de monumental/monumentalidade se instala, através de uma formação histórico-ideológica que lhe confere/atribui esses sentidos e não outros. Ou seja, é o atravessamento da ideologia que produz ao monumento modos de constituição do caráter monumental/de monumentalidade.

Para nosso estudo, a arquitetura do centro da cidade, enquanto documento<sup>8</sup> tornado monumento, ou seja, a palavra, a formulação sobre esse espaço da cidade apresenta-se enquanto funcionamento de sentidos, enquanto discursos, ou, conforme Nora (apud Orlandi, 2010), enquanto um lugar de memória, pois, tudo que tomamos como monumental é compreendido aqui como objeto simbólico, isto é, tomado como um discurso, que fala com outros, que produz outros modos de dizer, que constituem os sentidos.

Foucault (2008, p.157), ao explicar sua arqueologia, afirma que

[...] não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. (Grifo do autor).

Nessa direção, o autor, do mesmo modo que Le Goff (1990), diz da história, enquanto um funcionamento que produz sentidos, pela ordem do simbólico:

[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008, p. 08).

Para Orlandi (2003), todo dizer se constitui através da memória, assim pelo interdiscurso a memória se faz presente, tanto a discursiva quanto a de arquivo. A autora define, então, o que concebe como *memória de arquivo*, ou seja, aquela que representa o discurso documental, a memória institucionalizada, a que fica arquivada em nossas instituições:

No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeitos de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o que é irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que se deve ser dito. No arquivo há assim

---

<sup>8</sup> Estamos tomando como *documento* os prédios e monumentos da cidade de Cáceres-MT que, embora o IPHAN os tome como documentos históricos, são considerados por nós como materialidades que, instituídas por uma dada ordem simbólica, funcionam pelos sentidos de monumental/monumentalidade.

um efeito de fechamento. Seu interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, e de todos (embora dividida) (ORLANDI, 2003, p. 15).

Nessa direção, observamos que os monumentos materializam uma memória coletiva, portando, a análise deste objeto simbólico coloca em funcionamento uma memória histórica e ideológica acerca do que foi instituído, arquivado. São esses funcionamentos que dão ao objeto o sentido do que chamamos de monumental, pois, para nós, enquanto analistas, o documento/monumento – arquivo – tornado, pela ação do simbólico como monumental/monumentalidade, não é uma materialidade que se dá a ler por qualquer pessoa, visto que toda materialidade simbólica coloca em funcionamento uma dada memória.

Borges (2013, p. 45), ao discutir o arquivo, afirma que sua interpretação “[...] não é mera decodificação e não pode ser qualquer uma, ela é sustentada, de um lado, pela memória institucionalizada (o arquivo), e, de outro, pela memória constitutiva, isto é, pelo interdiscurso”. Daí o porquê de falarmos das propriedades particulares como coletivas, como sociais, uma vez que diz de uma memória institucionalizada (a coletiva, a social) e de uma memória discursiva (a do interdiscurso), que se apresenta como uma forma particular de se inscrever para significar e interpretar.

É, então, na/pela constituição do sujeito na/pela história que se determinam os modos como os objetos, as coisas, as palavras significam. Dessa maneira, ao falarmos da inscrição do sujeito, da sua relação com o mundo, com a cidade, estamos falando de tudo aquilo que o constitui enquanto posição no dizer, enquanto posição-sujeito, pois é desse modo que ele se constitui, ou seja, que se materializa através das coisas com as quais se relaciona, com seus modos de representação e de dizer, formular. Tomar, portanto, a arquitetura do centro da cidade como material significante é dar visibilidade ao seu caráter monumental a partir do que essa monumentalidade simboliza, a partir da relação do sujeito com esse objeto, pois é só dessa maneira que podemos entrar na ordem do discurso, materializada por um emaranhado de dizeres e de sentidos que foram perpetuados, que se cristalizaram e que se deslizaram da construção dos sentidos de monumentalidade.

Tomamos a palavra “construção” para dizer do produto histórico que se constitui pelo dizer, o que, para Análise de Discurso, se estabelece como um batimento contínuo, como um produto que se instala como materialidade significativa (LAGAZZI, 2010)<sup>9</sup> e que diz dos modos como o objeto relaciona-se com simbólico – funcionamentos que se constitui a partir do que chamamos de noção de monumentalidade.

Há uma linha tênue entre o simbólico e a monumentalidade, visto que o simbólico é a entrada principal para o saber monumental, assim, podemos afirmar que não há monumentalidade se não houver o envolvimento do simbólico, assim como não há linguagem se não houver sua representação.

A monumentalidade institui-se, então, a partir do simbólico para se instaurar como tal e para se instituir, para nós, enquanto uma noção de análise. Assim, o simbólico institui-se como a matéria prima para o sentido de monumentalidade, pois não há sentido naquilo que foge à ordem do simbólico. Dessa maneira, determinamos o sentido de monumentalidade enquanto uma categoria constituída pelo simbólico, representada por um objeto, por um *documento que é monumento*<sup>10</sup>, ou seja, os casarios do centro histórico de Cáceres-MT.

Nesse espaço, qualquer material significativa que atua na dimensão do simbólico, qualquer arquitetura que o constitui é tida como um marco histórico, uma representação única com muitos dizeres e muitas vozes que ecoaram/ecoam, que significara/significam sujeitos e sentidos, estabelecendo-se como um espaço de

---

<sup>9</sup> A expressão ‘materialidade significativa’ foi formulada por Suzy Lagazzi, no início das suas análises com documentários e filmes (LAGAZZI, 2007), que a autora definiu como sendo o atravessamento no material de análise de uma perspectiva materialista e, ao mesmo tempo, um resultado do trabalho simbólico sobre o significante. Nos dizeres da autora: “A partir da definição de discurso como “a relação entre a língua e a história”, proposta por Orlandi (1996), busquei a possibilidade de ampliar seu escopo analítico, referindo o discurso como a relação entre a materialidade significativa e a história. Pude, assim, concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história, compreendendo a materialidade como o modo significativo pelo qual o sentido se formula” (LAGAZZI, 2010, p. 173).

<sup>10</sup> Há, no centro histórico da cidade de Cáceres monumentos (o Marco do Jauru, a Catedral) e um conjunto arquitetônico, que foi tombado pelo IPHAN. Nessa direção, o que foi tombado é tomado como um produto do trabalho humano, sócio-político, que permaneceu no tempo, estabelecendo uma ligação com o passado histórico da cidade, visto que funciona como documento, uma vez que se constitui como prova, como marca, como atestado, tanto para o IPHAN quanto para o morador local, de um outro tempo da cidade. Contudo, tomamos essas construções não apenas pelo seu valor historiográfico, pois, ao tomarmos em consideração o atravessamento dessas construções pela ordem do simbólico, elas passam a significar também por um caráter de *monumental/monumentalidade*. Desse modo, o casario do centro histórico não significa por si só, ou apenas como espaço de habitação, de abrigo, de instalação do comércio local visto que marca enquanto significativa, além da relação do presente com o passado, da antiguidade com a modernidade, a ideologia que o instituiu/institui como espaço de origem e, portanto, de sentidos para uma cidade e seus moradores.

interpretação, que significa o único – pela memória institucional, arquivada no monumento e que significa o poder instituído – e o diferente – pela memória discursiva, que funcionando pelo batimento entre paráfrase e polissemia, entre metáfora e metonímia, entre o ordinário do sentido e o sentido cambiante, coloca em funcionamento o real da língua – a incompletude – e o da história – a contradição –, possibilitando que o sentido seja sempre outro e, ao mesmo tempo, seja o mesmo, pois pelo de monumentalização, há sentidos que se instalam e há sentidos que permanecem: aqueles que foram fixados pelo lugar de origem da cidade, uma cidade-fronteira, que estabelece uma relação histórica, visto que marca a soberania do país.

Essa é, pois, a passagem entre a arquitetura enquanto objeto físico para a arquitetura enquanto objeto simbólico, a passagem do documento/monumento ao que é da ordem do monumental/da monumentalidade. O simbólico coloca o objeto na ordem do funcionamento da linguagem, com sua incompletude, com a movência dos sentidos e dos sujeitos; o monumental, que se instaura por uma base simbólica, se estabelece por uma significação única em relação ao objeto que representa tal monumentalidade. Por exemplo, não há como qualquer outro objeto simbólico representar o que o Cristo Redentor simboliza para o Rio de Janeiro, para o Brasil, e para o mundo, mesmo que seja feita uma réplica que mantenha as mesmas dimensões. É a esse funcionamento que um monumento, uma estátua, uma imagem ganha, funcionando de um determinado modo para um determinado povo, que estamos chamando de *valor único* para o social, uma vez que, ao se constituir como monumentalidade, torna-se, ao mesmo tempo, uma construção coletiva, pois a inscrição a uma determinada formação discursiva – a religiosa, no caso do Cristo Redentor – faz com que os sujeitos a respeitem e a reverenciem de um determinado modo e não de outro.

Em outras palavras, o que estamos marcando na tomada do que seja o documento/monumento/edificação erigida para os sentidos de monumental/monumentalidade é a passagem da condição de objeto empírico para a de objeto simbólico.

Podemos dizer que, colocar-se na ordem simbólico, no exemplo do Cristo Redentor, é marcar o sujeito como sendo interpelado por uma ideologia religiosa, que marca os modos como os sujeitos reverenciam, respeitam, adoram uma estátua. Esse funcionamento tem valor único, mas também coletivo, uma vez que materializa os modos particulares de cada sujeito empírico diante do objeto e, ao mesmo tempo, pelo efeito de interpelação pela ordem do simbólico, o constitui como sujeito do dizer,

sujeito que marca politicamente o seu dizer, pelos modos como a ideologia o interpela e o constitui enquanto sujeito do discurso.

Nessa direção, as palavras não são indiferentes e aleatórias à inscrição nos sentidos de monumento/monumentalidade, realizadas por cada sujeito, ao formular, pois, como já dissemos, a ordem do dizer, que é convocada por qualquer objeto simbólico, se constitui na/pela trajetória histórica do sujeito, marcando sua posição no dizer.

Há palavras “eleitas”<sup>11</sup> no dizer do sujeito que não só dão materialidade à significação simbólica, mas também materializam, no seu bojo, o funcionamento de uma especificidade, que compreende os modos distintos de sujeitos diferentes se inscrevem diferentemente nos modos de interpretação de um mesmo objeto. Estamos afirmando, desse modo, que a ordem que coloca o sujeito empírico diante de objetos simbólicos, que reclamam sentidos, varia, uma vez que variam também os modos de inscrição na memória, varia a inscrição em formações discursivas, varia, enfim, a posição-sujeito. Logo, o que permanece igual, é o que é da ordem do consenso, é aquilo que se coloca como o ordinário do sentido, aquilo que se marca como evidência.

Contudo, Orlandi (2012) afirma que, mesmo na paráfrase, mesmo na ordem da repetição, o sentido novo se instala, a polissemia se coloca, pois o sujeito é também instado a se colocar na contramão das ideologias dominantes – processo que a autora chama de *resistência*. A autora afirma que “[...] nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência. Os discursos – onde se articulam sistemas significantes e ideologia – não são máquinas discursivas perfeitas” (ORLANDI, p. 213-214).

Nessa direção, a autora afirma que há sentidos cristalizados, que reproduzem a cristalização e a estabilidade do dizer, através de já-ditos, de pré-construídos, mas há também a possibilidade de o sentido ser sempre outro, principalmente, na

---

<sup>11</sup> Colocamos a palavra “eleitas” em menção (entre aspas) para reforçamos o caráter de assujeitamento a que todos estamos sujeitos, pois, pela Análise de Discurso, não é o sujeito que confere sentidos aos seu dizer, ou seja, não é a sua vontade e a sua intenção que conformam os sentidos, eles estão dados pela ideologia que interpela o indivíduo em sujeito do dizer, em posição-sujeito. Dito de outro modo, o dizer constitui o sujeito e, então, não é o sujeito que constitui o dizer, o sentido, uma vez que ele é efeito no outro.

contemporaneidade em que a provisoriedade<sup>12</sup> acerca de quase tudo, as novas “roupagens”, fazem conflitar o antigo e o moderno, o passado e o presente, colocando em questão o que estava cristalizado, regulado, instituído por uma dada forma de dizer. Assim, não é qualquer palavra, qualquer nome, qualquer formulação que se institui enquanto monumento, pois o monumento/a monumentalidade nasce e se instala a partir de fatos memoráveis, que implantam na contemporaneidade, enquanto material simbólico, algo que se instituiu em outro tempo, em outro lugar e que carrega, portanto, uma significância, mesmo que a maioria dos moradores atuais da cidade não saiba o que ali funciona.

O que vimos tentando dizer é que não há como pensar no sentido de monumental/de monumentalidade sem “ler o arquivo hoje”, pois o que é o monumental/a monumentalidade a não ser aquilo que excede à memória do arquivo? Assim, é necessário fazer falar o arquivo nos dias atuais, pois o simbólico extrapola, excede o que são os fatos memoráveis, visto que, pela natureza mesma de incompletude da linguagem, há algo que é da ordem do impossível, instaurado pelo simbólico, que faz furar sempre o bojo das significações, as instituições de sentidos.

Esse funcionamento é constituído pelo jogo da língua e seu modo de significação, tornando esse lugar um conjunto de confronto e resistência. Para Pêcheux (1990, p. 17) a resistência tem a ver com:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras.

Assim, o que faz falhar, o que faz furar o ritual do dizer é o fato de que há palavras, há objetos que fogem à conceitualização, uma vez que se ligam à infinitude dos desejos inconscientes como lugares não revelados à significação. É a isso que

---

<sup>12</sup> Atermamos, contudo para o fato de que, por mais inovador que seja o dizer, ele sempre se inscreve, nem que seja por oposição, em algo que já foi dito, em algo que foi instituído, que foi estabelecido historicamente, assim, é só o trabalho de análise que pode dar visibilidade ao fato de que, na novidade, na contemporaneidade, algo de antigo, de fundador, de cristalizado se coloca.

chamamos de real da língua, da impossibilidade de tudo dizer<sup>13</sup>, de monumental/de monumentalidade.

#### **1.4 – A história e a ideologia de um monumento: sentidos do monumental/da monumentalidade**

Para darmos visibilidade e caracterizarmos o que é da ordem do monumental/da monumentalidade, distinguindo as discursividades cristalizadas pelo político, das que se marcam pelo acontecimento discursivo, que põe em relação e que atualiza a história na língua, trazemos uma discussão sobre o Marco do Jauru, na cidade de Cáceres-MT, pois o marco apresenta/representa uma memória, um fato, um arquivo, que reverbera o que chamamos de monumental/de monumentalidade.

Como já dissemos, o monumental/a monumentalidade é um efeito produzido pelo documento tornado monumento, assim, qualquer objeto que se instaura por essa ordem faz funcionar discursividades do monumento e, por consequência, o que constitui o monumental/a monumentalidade, que diz da memória, do vivido, do acontecimento ou fato.

Dar a conhecer a monumentalidade do monumento é ler o objeto pelo *interdiscurso*, é colocá-lo em relação à história e ver o funcionamento das discursividades, ou seja, do monumental/da monumentalidade que o funda como monumento – material significante, uma vez que está/é investido pelo simbólico.

O Marco do Jauru é um monumento histórico, localizado no município de Cáceres-MT, sendo confeccionado em Lisboa, em pedra de Lioz<sup>14</sup>. Foi trazido desmontado para o Brasil, sendo montado e instalado às margens do rio Jauru, em 18 de janeiro de 1754, pelo então Primeiro Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares. O Marco tinha por objetivo demarcar a fronteira territorial, estabelecida pelo Tratado de Madri, entre o domínio espanhol e o português na América do Sul, selando, assim, o fim das disputas territoriais

---

<sup>13</sup> Freud (1900-1901; 1972), ao descrever o funcionamento das formações inconscientes, afirma que o sonho é um dos modos de manifestação dessas formações, mas alerta para o fato de que há um impossível de dizer do sonho, que há “um umbigo do sonho” no qual não se chega, pois, ao contá-lo, estamos já na ordem da sua interpretação, portanto, há algo de para sempre perdido entre o sonho sonhado e o sonho contado.

<sup>14</sup> *Lioz* ou *pedra lioz* é um tipo raro de calcário cuja maior ocorrência é Portugal, sendo abundantemente extraído nos arredores da vila de Pero Pinheiro, que fica no Conselho de Sintra, um dos dezesseis distritos que se situa a norte e noroeste de Lisboa. Sua principal tonalidade é o bege, mas pode variar para os tons de rosa claro com veios em lilás.

entre Portugal e Espanha. Nessa direção, enquanto objeto criado para demarcar fronteira, o Marco é um documento/monumento que se estabelece como objeto de divisão, ou seja, funciona como um documento de fundação, de construção e de instalação de algo que se coloca para atestar uma divisão de fronteiras.

Desse modo, o Marco permaneceu às margens do rio Jauru por 129 anos, até que, por iniciativa do Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho, quando foi transferido, em 02 de fevereiro de 1883, para o Largo da Matriz de Cáceres (hoje Praça Barão do Rio Branco), em frente à Catedral de São Luís, um movimento que o retira da função da simples fronteira, tornando-o monumental/monumentalizado para a cidade.



Figura 1<sup>15</sup>

O Marco do Jauru arquiva, enquanto monumento, dois símbolos, dois poderes: 1) *Portugal e Espanha* enquanto dois países de igual poder que disputavam terras brasileiras, e, 2) um marco histórico, o *Tratado de Madri*, enquanto o acordo, o consenso a que chegaram os dois países sobre a divisão e a delimitação do território brasileiro, ou seja, o que o Tratado dispunha era sobre as terras que pertenciam a uma e a outra coroa – a portuguesa e a espanhola. Portanto, o monumento significava a disputa de duas importantes coroas sobre os seus territórios, em um momento em que o Brasil estava sob o jugo da coroa portuguesa. A colocação do Marco às margens do rio Jauru teve o propósito de representar, então, uma necessidade premente de demarcação do território brasileiro. Contudo, a primeira significação histórica do Marco do Jauru, a de

---

<sup>15</sup> Marco do Jauru e Catedral de Cáceres. Foto: Plataforma Cáceres.

demarcar a fronteira – ficou sobreposta pela implantação de dois novos tratados – o de El Pardo e de Santo Idelfonso<sup>16</sup>, respectivamente em 1.761 e 1.777.

Dessa maneira, sem a função histórica que o instituiu, mas, ao mesmo tempo, carregando os sentidos de sua constitutividade, o Marco foi removido para o centro da cidade de Cáceres, em frente à Catedral, passando a compor o imaginário do morador, que, quase sempre desconhecendo a sua história de instituição, passou a atribuir-lhe outros sentidos, inclusive, o de um obelisco ligado à religião católica, portanto, à Catedral.

Ler o marco do Jauru discursivamente é dar visibilidade ao processo pelo qual se deu a demarcação de terras portuguesas e espanholas, e mais, o modo como os poderes instituídos do passado foram moldando e cristalizando seu sentido monumental, pois, segundo Le Goff (1.990, p. 526), a “[...] análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

Porém, em Cáceres, o processo de remoção do Marco para uma área central da cidade, não representou, a não ser para o morador antigo e para os historiadores locais, que conheciam/conhecem a sua história de constituição, nenhuma ligação com a demarcação das fronteiras brasileiras. Em uma escuta informal que fizemos pela cidade, vimos o marco ser associado à igreja, a um ornamento da Praça Barão do Rio Branco, a um brinquedo de crianças etc. Ou seja, os sentidos do Marco como documento, como monumento, como uma edificação erigida para significar a fronteira se perdem, de modo que os novos sentidos assumidos pelo monumento é efeito do que estamos formulando como o seu caráter monumental/de monumentalidade.

Esse funcionamento, para nós como analistas de discurso, é efeito do fato de colocarmos os dizeres acerca do Marco na relação que ele tem com a história, o que faz com que a sua remoção para Cáceres não seja trivial, em razão da memória de constitutividade que ele carrega, assim, também não é trivial que o quartel, enquanto o espaço e a representação de um “batalhão na fronteira”, entregue para os militares que

---

<sup>16</sup> O *Tratado de El Pardo* foi assinado em 1761 e tinha como objetivo anular o Tratado de Madri, de 1750, que objetivava redefinir as fronteiras entre a América Portuguesa e a Espanhola, anulando o que foi estabelecido no Tratado de Tordesilhas, de 1494. O *Tratado de Santo Ildefonso* foi um acordo assinado entre Portugal e Espanha, em 1777, e tinha como objetivo acabar com a disputa pela posse da Colônia de Sacramento, que passou a pertencer ao território espanhol no Tratado de El Pardo, mas com o novo tratado voltava para Portugal, assim como outras regiões na América do Sul entre as duas nações europeias na demarcação de fronteiras.

são colocados na reserva, uma réplica do Marco, como uma honraria ao serviço prestado à soberania da nação brasileira.

É desse modo que, na Análise de Discurso, um objeto simbólico significa, ou seja, ao colocarmos um dado material em uma relação necessária com a história, portanto, com a memória que o constituiu/constitui, fazemos significar dizeres do passado que, no presente, dizem do instituído, do estabelecido, significando os sujeitos e os sentidos para a cidade. Os sentidos instituídos para Cáceres foi/é o de ser uma cidade criada para demarcar fronteiras, para garantir a soberania do Brasil, para assegurar a cisão da América do Sul, enfim, são sentidos que asseguram processos de identificação, uma vez que se constituem na relação da língua com a história, na relação de uma atualidade com a memória.

O funcionamento simbólico que instituiu/institui o que chamamos de monumental assegura um valor<sup>17</sup> que garante a sobrevivência do Marco do Jauru, ou de qualquer monumento, enquanto objeto material que, ao dizer do vivido, da sua historicidade, significa, ao mesmo tempo, o hoje, *o aqui e o agora*<sup>18</sup>, que, no entanto, não se desvincula da sua história de constitutividade. Nesse entendimento, a presença do Marco responde perguntas, colocando várias outras, assegura-lhe um valor que não é gratuitamente dado, como quer os historiadores. O valor dado ao monumento é resultado de uma *construção* que, de acordo com as acepções da própria palavra, está em constante processo de refazimento, significando e ressignificando o próprio objeto, a cidade, os sujeitos e os sentidos.

Desse modo, ler um objeto do passado, enquanto um arquivo, um monumento, é responder questões e estabelecer outras, é dar a conhecer os modos de individuação e de sua interpelação em sujeitos, é dar visibilidade ao poder instituído pelo político, que é instaurado pelo simbólico. É, pois, esse movimento que dá ao arquivo, ao monumento o sentido de monumental/de monumentalidade.

Lacerda (2009) apresenta uma discussão sobre o marco do Jauru, afirmando-o como *o marco que ainda demarca*, uma vez que se institui como um arcabouço de uma

---

<sup>17</sup> Estamos tomando aqui a *noção de valor* tal como a institui Saussure (1995, p. 133): “[...] o valor [...] constitui [...] um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência”.

<sup>18</sup> Diferentemente dos epicuristas que pregavam a vivência do momento presente, desgarrado de qualquer raiz, *o aqui e agora*, para nós, não apaga a memória, que, constituída em outro tempo, em outro lugar, se carrega de ideologias que funcionam alheias à nossa vontade.

memória<sup>19</sup>, visto que se instala como uma “[...] espécie de curinga, [que] serve para qualquer tipo de configuração no jogo do discurso identitário, [...] [uma] imagem agenciadora não apenas pelo poder político, mas também pelo capital”.

Ou seja, há, segundo o autor, uma configuração sobre o marco que não diz apenas do que é memorável, herdado, mas também do que se instituiu enquanto um monumento histórico que guarda o vivido, colocando questões no presente a partir do seu próprio trajeto de instituição e constituição.

Nessa direção, concordamos parcialmente com o autor, pois, para nós, o marco não serve a *qualquer propósito no jogo identitário* (por exemplo, o Marco ser relacionado à Igreja), pois *o marco que ainda demarca* só o faz por um jogo da memória que o coloca, na Praça Barão do Rio Branco da cidade de Cáceres-MT, como um marco que historicamente demarcou/demarca as terras brasileiras, daí sua identidade com a história de constituição da cidade, que, tal como o Marco, foi estrategicamente instituído pela coroa portuguesa para garantir as terras brasileiras.

Nesse entendimento, o Marco demarca para quem conhece/desconhece a história da cidade, assegurando, ao mesmo tempo, o seu caráter documental e aquilo que ele pode ainda significar para o morador local, ou seja, o que o entorno permite, enquanto contexto imediato. Assim, na praça da igreja, o Marco é interpretado como um monumento religioso ou como brinquedo (escorregador para as crianças).

Desse modo, não é da ordem de um não sentido que o Marco se localize no centro histórico da cidade, como também não o é o fato de uma réplica sua ser entregue a cada militar do 2º BFRON (Batalhão de Fronteira), quando no fim da carreira, pois o gesto simbólico que ele representa é o de um reconhecimento ao serviço prestado à preservação de uma dada fronteira brasileira pelos militares, tal como o Marco representou/representa, pois os militares, como nenhum outro morador, conhecem o monumento enquanto documento e o tempo e os fatos que ele significou na história.

Nesse jogo discursivo, vemos o Marco, funcionando como aquilo que é “digno de memória” (ZANCARINI, 2008), se marcar também pelo discurso do turismo, uma vez que a cidade, dadas as belezas naturais e históricas que encerra, é considerada como polo turístico do Estado. Assim, trazer para o seu centro histórico um obelisco, de

---

<sup>19</sup> Para Lacerda (2009), houve grandes fatos históricos que marcaram o Brasil-colônia, como a demarcação de terras, a partir dos bandeirantes – período essencial para compreensão e criação da história de Mato Grosso e seus municípios.

importância também histórica, é, além de carregar o monumento dos sentidos de identificação com uma cidade criada para ser fronteira, marcá-lo pelo ideal histórico e político de sua implantação – movimentos que o tomam como atrelado também ao discurso turístico.

Vemos no gesto de o Município se apropriar do marco, a instauração de sentidos novos, de novas simbolizações, que, contudo, não se desvinculam ou não apagam as antigas ou até as equivocadas acerca do objeto. São, pois, sentidos simbólicos, que, atribuídos ao Marco, o fazem instituir-se pela ordem do monumental.

Como já dissemos, o Marco, dados os seus sentidos históricos, foi plantado à margem esquerda do Rio Jauru, mas, em 2 de fevereiro de 1883, foi removido dali e implantado no Largo da Matriz, hoje Praça Barão do Rio Branco, em frente à Catedral de São Luís, em Cáceres. Nesse gesto, os novos sentidos dados ao Marco não apagaram/apagam, não silenciaram/silenciam o seu processo de significação, pois o que permanece, ainda que a maior parte dos moradores atuais desconheça a sua história, são os sentidos monumentais de sua constituição, ou seja, é a natureza monumental, portanto, simbólica do objeto, pois o Marco se marca, tal qual a cidade, por uma história de fronteira, de demarcação, de limites, de território/de territorialidade, que dizem das terras brasileiras e da soberania de um povo e de uma nação.

Orlandi (2010, p. 11,12), ao tratar do funcionamento da estátua de Fernão Dias Paes, em Pouso Alegre-MG, afirma que ela é uma

[...] rede de sentidos [na qual] se enredam a memória e os acontecimentos. O Estado, o indivíduo e a sociedade. Em uma relação que é política. [...] O que fica significado [...] não começa nem termina em Pouso Alegre. Mas que por estar ali é um marco de territorialidade. A que assenta os [moradores] [...] não apenas num solo, mas numa memória, e, por ela, em uma história oficial, a que se conta, a que se ensina e que se aprende. E que afeta ideologicamente o habitante do lugar mesmo que ele não saiba. [...] A estátua é o gesto de memória que ao individuar o sujeito pousoalegrense o faz habitante singular de uma unidade territorial mais vasta: a do Brasil em Minas.

Na mesma direção do que diz a autora, o Marco do Jauru é, a um só tempo, memória e acontecimento discursivo, é fronteira do país e memória da cidade, pois ambos, o Marco e a cidade, se instalam como territórios, como espaços que delimitam fronteiras. Nessa direção, o monumento diz do sujeito morador da cidade, pois o individua no sentido de torná-lo parte de sua história de significação.

## II CAPÍTULO

### MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM SABER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE CACERENSE

*Eu não sou quem eu gostaria de ser;  
eu não sou quem eu poderia ser, ainda,  
eu não sou quem eu deveria ser.  
Mas graças a Deus,  
eu não sou mais quem eu era!*

**(Martin Luther King)**

#### 2.1 – Os símbolos municipais no processo de constituição de uma identidade cacerense

É a partir do que se coloca na poesia que queremos iniciar nossa discussão acerca da identidade e sua constituição na cidade de Cáceres-MT, e, assim, problematizar o seu lugar enquanto construção histórica. Desse modo, pretendemos compreender, a partir dos monumentos, arquivos e ditos da/na cidade, o batimento da memória com a história e a contemporaneidade e, assim, dar voz aos processos identitários e sua constituição e instituição histórica nos *lugares de memória* do/no espaço citadino.

Segundo Nora (1993, p. 09 - 12),

[...] os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo.

O autor nos leva, então, a questionar a constituição histórica na formação do sujeito, pois ler os arquivos memoráveis é ler como se estabelece constitucionalmente o espaço onde esse arquivo de institui. Nessa compreensão, os gestos de leitura desses documentos nos nortearão para a constituição do sujeito e seu processo identitário.

Segundo Stuart Hall (2006), a identidade é uma construção sociocultural, marcada pela fragmentação dos sujeitos e sua transitoriedade em relação ao meio onde vive, sempre estabelecendo sua relação com o outro, assim, segundo o autor,

[...] a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas (op. cit, p. 12).

A partir da construção de Hall (2006) sobre a identidade, e da leitura dos lugares de memória, de Nora (1993), o nosso propósito, enquanto analistas de discurso, é o de ler o arquivo histórico e os lugares de memória a fim de compreender como a cidade de Cáceres se institui e instala formas de significar, segundo sua constituição histórica.

A identidade para a Análise de Discurso não é fixa, singular ou concreta, pelo contrário, é plural, movediça e fragmentada, por isso preferimos falar em processos de identificação ao invés de identidade, pois, para nós, esse conceito não funciona como uma “etiqueta” que diz do/sobre esse ou aquele sujeito. De outra maneira, compreendemos a identidade enquanto um processo no qual o sujeito se constitui, portanto, nós a tomamos segundo o que dispõe o pensamento psicanalítico, ou seja, não enquanto algo que o indivíduo possui ao nascer, mas, enquanto algo que vai se formando e se constituindo, aos poucos, pela mediação de informações, que vêm da instância do O(o)utro, e pelas quais os indivíduos se constituem em sujeitos.

Por outro lado, pensamos a constituição do sujeito como sendo histórica e, portanto, inscrevendo-se na ideologia, para tornar-se sujeito, pois é a ideologia que o torna sujeito e constitui seus modos de significação e de identificação. Compreendemos, desse modo, o sujeito por/pela determinação histórica (sujeito histórico), pois, no pensamento de Marx & Engels (1982, p. 417), “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”, e é desse modo que o sujeito significa, constitui e institui uma identidade, sempre se (re)fazendo.

Referimo-nos, assim, aos modos de constituição do sujeito do discurso, que se molda a partir de uma interlocução entre o inconsciente e a ideologia, embora essas duas formas de constituição do sujeito tenham pontos em comum, mas não se subsumam.

Segundo Orlandi (1998), os sentidos não se dão fora do sujeito, desse modo, ao significar o sujeito se significa, em outras palavras, a produção de sentidos implica na produção e na constituição dos sujeitos, assim, segundo a autora,

Sujeito e sentidos se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação [...] identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, porque temos a sensação de que eles ‘batem’ com algo que temos em nós. Ora este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações, em face das quais os sentidos fazem sentidos (*idem*, p. 206).

Foi a partir desses entendimentos que discutimos, em nossos recortes, a problemática dos lugares que são/não são memoráveis na/para a cidade de Cáceres, a fim de analisar o funcionamento dos arquivos e os lugares de memória, a partir dos sentidos de monumental/monumentalidade, que ganhou o centro histórico da cidade, dado pelo gesto de tombamento pelo IPHAN.

Do mesmo modo como trabalhamos o Marco do Jauru e a (des)importância do Centro Histórico, no terceiro capítulo, enquanto modos de constituição de uma identidade para a cidade e para o morador cacerense, trazemos para a análise um outro material que, por ter constituição histórica, para a cidade e para o morador, também pareceu-nos formador de identidade para o morador de Cáceres. Se essas materialidades se constituem como história, lê-las como arquivo é dar a conhecer como a cidade se instituiu/institui no território brasileiro, marcando seu lugar e os seus modos de significar. A leitura desse material nos dará a possibilidade de compreender e de dar visibilidade ao “por quê” de a cidade significar-se e significar o morador, ou seja, como a cidade se significa, mediante seu processo de constituição histórica e como determina o modo como os sujeitos se significam nela.

Para pensar nesse processo histórico da identidade cacerense, queremos retomar os sentidos monumentais, instituídos pelo Marco do Jauru e, a partir dele, compreender a constituição histórica do processo identitário de Cáceres, pois o Marco, tal como o

casario do centro histórico, tornaram-se importantes para a cidade, à medida que os sujeitos cacerenses se identificaram com as memórias instituídas por esses monumentos, que se tornaram, nos dizeres de Lacerda (2009), ao referir-se ao Marco, uma espécie de *curinga* para o morador local.

O marco do Jauru não é retomado, das margens do Jauru e nem e (re)significado pelo povo cacerense, por um funcionamento casual, pois, é pelo processo de identificação com os sentidos instituídos pelo monumentos (o Marco e o casario do Centro Histórico), que o morador local identifica a sua cidade e é identificado por ela. Assim, a cidade de Cáceres-MT, por funcionar como cidade fronteira, por carregar parte da constituição histórica do país, institui-se para o morador, por processos identitários, como uma cidade que, tal como o Marco, que ela trouxe para o seu centro histórico, carrega consigo os sentidos históricos que sua função lhe instituiu: marcar, demarcar, defender o território brasileiro.

Ao dar voz a esse funcionamento podemos inferir sentidos postos à cidade, ao Marco, ao Centro Histórico e ao morador, pois há um discurso que os une enquanto função e é nesse funcionamento que todos se identificam, o de ser fronteira.

Para dar a compreender, então, como são fortes e presentes os sentidos que instalaram a Cáceres e seus moradores, trazemos outros símbolos municipais, que reafirmam a história, a memória e a identidade locais:



Figura 2<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Bandeira do município de Cáceres-MT.

Instituir o Marco como representação do município não é por acaso, como vimos mostrando, pois, o monumento colocou-se/coloca-se como uma memória em ação, um passado de lutas e conquistas pelos bandeirantes, pelos demarcadores de terras brasileiras, que lutaram em defesa do país.

Para Pêcheux (1999), a memória não se dissocia do histórico e do político. Desse modo, há um (O)outro interno em todo o processo de memória, que faz uma remissão necessária ao outro exterior, o que, nas palavras do autor, coloca em funcionamento o real da história, pois nenhuma memória funciona fora da exterioridade que a constitui.

Assim, a cidade de Cáceres, ao tomar esse passado como molde de constituição dos símbolos municipais, coloca-se identificada com o Marco e com o que ele representa, ou seja, com sua história de constituição como símbolo que delimita, demarca as terras brasileiras. Esse funcionamento se marca na bandeira do município através das cores que nela são usadas, ou seja, o verde, o amarelo, o azul e o branco, que fazem referência à bandeira nacional. Assim, o efeito produzido, tanto pela presença do marco quanto pelas cores da bandeira municipal, é o de inscrever Cáceres como uma cidade que representa muito para a história de demarcação do país, fazendo entrecruzar diferentes formações discursivas.

É nesse caminho que um “[...] simples elemento/resquíio da cultura material de uma cartografia antiga, metamorfoseia-se em símbolo cultural, quase mesmo, num elemento da cultura imaterial, transformando-se assim em um sofisticado curinga simbólico” (LACERDA, 2009, p. 30). Desse modo, o Marco, que agrega tantos dizeres quanto sentidos instituídos pela história e pela memória nacionais, ganha, em Cáceres-MT, uma cidade também constituída como fronteira, o sentido de pertencimento, de composição da sua história, uma vez que passa a se instalar, como já dissemos, na Praça Barão do Rio Branco, o local do Centro Histórico da cidade. Desse modo, o Marco passa a compor também a história, não mais do país, mas da cidade e do povo local.

Assim, o Marco historiciza a cidade, ao se instituir no centro do brasão da bandeira do município. Vejamos, então, a Lei Municipal 1933, de 28/04/2005, que altera e redefine a simbologia do Brasão do Município Lei Municipal 317 A, de 26/01/1968:

Artigo 2º. O Brasão Municipal terá a seguinte simbologia representativa:

I ESCUDO = usado para representar o Brasão de Armas de Cáceres, que era usado por espanhóis, portugueses e flamengos.



Principal preocupação da nacionalidade brasileira. A cor jalde do Campo do Escudo é símbolo de riquezas naturais.

II CHAUSSE = de azul, lembra no Brasão a instalação de um registro para a coleta dos quintos devidos à Coroa Portuguesa pelos condutores de ouro extraído das minas de Cuiabá e que demandavam para a Capitania Vila Bela, motivo de fundação da cidade, cuja figura tem seu vértice disposto para a parte superior do Brasão, simbolizando positivismo;

III MARCO = de argente no centro representa o justo padrão histórico de nossos esforços na luta homérica pela dilatação das nossas fronteiras e grandeza do Brasil;

IV AS QUATRO FAIXAS ONDADAS = de azul sobre o jalde simbolizam os rios Paraguai, Sepotuba, Jauru e Cabaçal, que cortam o território cacerense, o Campo de jalde representa os pantanais;

V A COROA MURAL = que sobrepõe o escudo é o símbolo universal dos brasões de domínio que, sendo de argente de oito torres, das quais apenas cinco são vistas em perspectiva no desenho, classifica a cidade que representa a segunda Grandeza, ou seja Comarca. A Torre simboliza a constância e magnanimidade;

VI – PEAU (Pele) = ladeado na destra e sinistra por uma Araputanga, parcialmente encoberta pelo “peau”. O peau representa a pecuária.

VII – A ARAPUTANGA = pela exuberância da terra que a produz, simboliza as reservas florestais e a agricultura;

VIII = AD SUM escrito em jalde sobre o fitão do sinople, é a presença nas plagas fronteiriças.

Vejamos que na lei municipal de 1968, revisada em 2005, o Brasão do centro da Bandeira Municipal trazia já o Marco e simbolizava as riquezas do lugar e, principalmente, a vocação de estabelecer fronteiras. Decorre daí, então, a associação histórica entre o Marco e a cidade, pois ele passou a compor as formas de manifestação, de significação para o povo e para o lugar, para além da sua presença e significado na bandeira do município.

Dito de outro modo, o que se estabeleceu, então, para o Marco são os sentidos de monumental/monumentalidade, pois, como já discutido, sua implantação no centro histórico da cidade de Cáceres-MT, confere a ele modos de significação distintos do que significou enquanto um monumento que arquiva a territorialização das terras brasileiras, como era a sua função primeira. É, portanto, quando o Marco é trazido para a cidade que a sua constituição de monumental/de monumentalidade se instala, pois ele agora não demarca mais as terras brasileiras, mas funciona como documento que atesta à cidade a sua condição de fronteira, conferindo-lhe e assegurando-lhe a identidade que a constituiu.

Dessa maneira não é trivial que o Marco se institucionalize na cidade de vários modos, o que lhe produz uma mobilidade de sentidos, formas outras de dizê-lo, pois ele se coloca de diferentes modos na textura do urbano (em quadros, na bandeira, em muros etc.). Vejamos um desses modos de textualizá-lo na pintura abaixo:



Figura 3<sup>21</sup>

No muro da Câmara Municipal de Cáceres, vemos uma pintura de um artista local que coloca, em segundo plano, a riqueza da fauna e da flora locais, assim, traz animais e vegetações que lembram um pantanal, uma forte identidade do morador local, pois Cáceres é considerada o portal do Pantanal. No primeiro plano da pintura, vemos o Marco do Jauru e pousado sobre ele, a ave símbolo do Pantanal, um tuiuiú, com suas grandes asas abertas, como que protegendo, dando abrigo ao Marco e ao Pantanal.

Lacerda (2009, p. 31), ao tentar buscar a gênese desse funcionamento, conclui que esta transformação está situada em meados da década de 70, “[...] quando vai surgir [...] em Cáceres, todo um interesse de se construir uma história da cidade baseada em fragmentos de memória pertencentes a um segmento social – elite econômica e política – da população cacerense”. Nessa direção, segundo o autor, “[...] a história de Cáceres estava sendo construída/inventada a partir de um discurso que oscilava entre uma valorização de elementos de um passado bandeirantizado e aspectos da natureza” (*idem*, p. 32).

---

<sup>21</sup> Pintura presente no muro da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

De todo o modo, se a história da cidade foi (re)criada na década de 70 e se há uma romantização nessa história que se cria, o Marco é uma presença constante nesses modos de contar a história, marcando aí uma identidade de fronteira para o lugar.

Vejamos uma outra pintura, também presente no muro da Câmara:



Figura 04 <sup>22</sup>

O quadro retratado traz pessoas com as feições do “bugre”, como é chamado pejorativamente o morador local, cuja fisionomia é associada à do índio, mas é um índio “civilizado”, domesticado, uma vez que carrega nas mãos os símbolos maiores da colonização ocidental: a mulher carrega um santo em uma das mãos e na outra uma bíblia, o homem, um terço. Trata-se de símbolos religiosos, mas não de uma religiosidade qualquer, pois o santo é São Luiz, o padroeiro da cidade, portanto, o Deus dos “bugres”, o Deus dos índios é o Deus católico, o mesmo Deus do colonizador português. Assim, não há como, ao olhar para o quadro, não mobilizar uma memória da colonização, em que os portugueses impuseram aos habitantes do país, os índios, as suas crenças e costumes. Assim, o quadro produz efeitos que acionam a memória de constituição do país, quando os índios sofreram uma forte imposição cultural e religiosa dos portugueses, passando a assumir como seu o que era do outro, do europeu que, por

<sup>22</sup> Pintura presente no muro da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

extensão, moldou a cultura cacerense, assim como das principais cidades que nasceram no período colonial no Brasil.

As imagens (texto não verbal) são constitutivas dos sentidos, do mesmo modo que a língua se significa a partir de um fora, de um produto histórico, atravessado pela ideologia. No nosso material de análise, as imagens, por ser língua(gem), apresentam-se com o mesmo funcionamento, (re)significando a cidade e os sujeitos, que passam a se constituir, pela ordem do simbólico, e a se materializarem pelos textos imagéticos. Nas palavras de Souza (2001, p. 73):

Ao interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita.

Desse modo, a tela atualiza uma memória que diz do morador local (nativo), que é pejorativamente nomeado como “bugre”, para identificá-lo com o índio, o que produz uma dada identidade étnica para o cacerense. Assim, o morador local é tomado por efeitos de sentido que colocam o sujeito mato-grossense, brasileiro, nacional como sendo o “bugre”, o índio.

Almeida (2011, p. 109), a partir da poesia *Cabeludinho*, de Manoel de Barros afirma-a por um funcionamento que “[...] mobiliza sentidos de língua e sujeitos nacionais constituindo-os numa relação especular [...]. A poesia é feita de rupturas na língua [...] assinala para a erupção do novo em relação à constituição do sujeito e dos sentidos”.

A partir da imagem, o que se coloca em formulação é a religiosidade do morador local, mas uma religiosidade marcada por uma dada imposição religiosa, a religiosidade como arma de dominação, pois sentidos e dizeres se inscrevem na história e na ideologia para se significarem e para dar significado ao outro. Assim, nesse jogo simbólico, vemos materializados os sentidos que marcam a ideologia do discurso de dominação, a imposição da cultura do outro, do dominador, traduzindo modos de ser e de se identificar na cidade.

Orlandi (2010, p. 16) nos diz da importância de conhecer as condições de produção de determinados dizeres, pois são elas que nos permite compreender o que se coloca em funcionamento: “[...] os processos e as condições de produção da linguagem [se dão] pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”.

Vejamos mais um quadro também presente no muro da Câmara:



Figura 5<sup>23</sup>

Como vimos mostrando, a criação de uma identidade cristã é vestígio do colonialismo, período em que a construção de uma igreja na cidade era a marca dos sentidos ditados pelos colonizadores, a marca da religião do dominador (os portugueses). Do mesmo modo, mostramos como a Catedral se coloca presente em várias pinturas por muros da cidade, marcando a identidade do morador com a história de colonização e com a religiosidade. Assim, no quadro em análise, a presença da Catedral em meio à fauna e à flora pantaneira também são modos de marcar a identidade do morador, pois a Catedral não está na cidade, está no Pantanal, tal como o Marco do Jauru. Assim, vemos uma igreja atada ao corpo da natureza, marcando posição, que diz de uma imposição ideologicamente inculcada. A imagem naturaliza o que é de fora como sendo de dentro, pois a Catedral e o Marco, nos quadros analisados, compõem-se com a natureza pantaneira, do mesmo modo que uma dada religião, a

---

<sup>23</sup> Pintura presente no muro da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

católica, impôs-se ao povo brasileiro, que passou a naturalizá-la – o gesto mesmo de tomar o que é imposto como natural, faz da imposição algo que se produz, como efeito, como sendo, como pertencendo, como instituído no local.

Esses efeitos, tornados visíveis por nossas análises, constituem-se através da história conferindo identidade ao morador, colocando tanto a ele quanto a cidade em uma esfera ideológica em que se ouvem dizeres do colonizador, do nativo, do migrante, traduzindo esses lugares por muitas vozes – silenciando umas e sobressaindo outras – mas que se institui/constitui no dizer, seja na linguagem verbal ou não, como um fora atravessado por um dentro, determinando modos de significar o local e seus habitantes.

Segundo Maluf-Souza (2015, p. 2), pensar as calçadas da cidade como algo da ordem de um público e de um privado é reduzi-las apenas a um funcionamento jurídico. Pelo viés da Análise de Discurso, a autora afirma que é necessário tomá-las enquanto

[...] objetos simbólicos que (des)territorializam e (des)limitam a realidade das cidades – o que na calçada é da ordem do público e do privado, por exemplo –, fazendo escapar o seu real [...] [que] por sua condição simbólica, se materializa e se esconde dos sujeitos e dos sentidos que nela circulam. Trata-se de uma ordem de real fundada exatamente pela noção de emaranhamento dos espaços que constituem as calçadas. Carros, pedestres, pedintes, lojas: eis os componentes de um cenário cuja segmentação, instrumentalização, não se conforma pelo efeito da divisão dos sentidos – público e privado –, produzido pelo jurídico.

Conforme Maluf-Souza (2015, p. 6), esse espaço de constituição do sentido é marcado por embates, por um emaranhado de significações que faz funcionar os sentidos e os sujeitos na ordem do urbano.

A cidade se institui [...] como o espaço complexo de fronteiras que (des)marcam, de um lado, as potências das novas configurações urbanas e, de outro, a fragilidade que esse contexto produz. Ou seja, são sentidos ambivalentes que produzem, como efeito, a contínua necessidade de pertencer ao espaço e a sensação de que este pertencimento está constantemente ameaçado.

Nessa direção, a partir do que a autora coloca, podemos entender o processo de constituição identitária do cacerense como sendo constituído por um emaranhado de discursos, pelas muitas vozes que se traduzem na forma de interesses, de enfretamentos, de litígio, de modo a instalar formas de significação na/para a cidade e para os sujeitos, pois, nesse processo, o que há são querelas, são jogos de sentidos em um “campo de

batalha” no qual as questões se marcam por tentativas de repetição, de manutenção do passado, de um lado, e pelas tentativas de instituição do novo, do moderno, de modo a romper com o passado, apagá-lo, por outro. Enfim, são formas de significação que vão marcando e instalando modos de dizer e de se inscrever na cidade, pelos interesses em torno do (não)tombamento.

As telas em análise funcionam como processos de naturalização de uma dessas posições-sujeito, pois o embate também se coloca neste material, visto que, aquilo que é da ordem do corpo da cidade, colocado em meio à natureza, ou a natureza colocada na cidade, são marcas de um assujeitamento que identifica o morador, pois os sentidos de terra, de espaço citadino, de matas e florestas, de animais são sentidos atravessados por uma ideologia que produz eficazmente uma identidade para a cidade, e diríamos, para o estado de Mato Grosso, que, no imaginário nacional, é lugar de mato, de bichos, de povo sem cultura e nem educação, ou seja, o lugar de como uma das facetas do índio instalou-se na memória brasileira. Portando, a materialidade nos permite dizer que a cidade de Cáceres e o estado de Mato Grosso circunscrevem discursivamente, a partir de uma memória nacional, criada, inventada por um sentido já-dado, modos particulares de significação para a cidade e o Estado.

Podemos ver esse funcionamento em todo material de análise, mas, especialmente na tela que retrata o “bugre” como atravessado pela formação religiosa do colonizador. Ou seja, o que se coloca é um índio, mas que ao ser vestido, ao carregar o terço e a bíblia, já não é mais o índio habitante do Brasil, na época do “descobrimento”. Nas palavras de Orlandi (1990, p. 56), “[...] esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes”.

Esse processo de significar o Estado e, conseqüentemente, a cidade de Cáceres, como espaço do bugre, dos animais e das matas, tem, nas telas, o efeito de funcionar os sentidos ditados pela colonização: do Pantanal na cidade, da cidade no Pantanal, dos índios catequisados, enfim, dos efeitos de uma colonização, começada pelos portugueses e continuada internamente pelo migrante de outras regiões do país.

Esse funcionamento de “colônia dentro da colônia”<sup>24</sup> foi acirrado pelas grandes marchas rumo ao centro-oeste brasileiro, iniciadas principalmente no governo de Getúlio Vargas, na década de 30, e intensificadas na década de 60-70.

Nesse grande processo de migração interna, o Estado de Mato Grosso, alardeado como o Eldorado brasileiro, a Nova Canaã, recebeu povos de toda a parte do país – do Espírito Santo, de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e de Santa Catarina – em busca de terras agricultáveis. Assim, segundo Mendes (1992), as cidades do Estado, especialmente Cáceres-MT, que possuía uma grande extensão de terras tidas como ricas e promissoras, foi tomada pelos migrantes, que traziam consigo, além do desejo de ocupar as terras ociosas do lugar, suas culturas, seus falares e suas tradições. Esse movimento, que trouxe, por um lado, o progresso – a abertura de estradas e as construções de pontes (do Rio Paraguai, em 1953 e do Cabaçal, em 1967) – instalou, por outro, uma relação que se constituiu como litigiosa entre o morador do local (o nativo) e o migrante.

Esse modo de constituição do Estado, e de Cáceres, se marca pela instância do discurso jurídico e produziu/prodiz uma relação conflitiva entre o morador local (nativo) e o migrante, pois os sentidos que constituíram/constituem a cidade de Cáceres-MT, instala e mantém o migrante como aquele que produz, que possibilita e garante o progresso do lugar em detrimento do nativo, que, segundo Bisinoto (2007), é rústico, é bugre, é preguiçoso, fala diferente, e que, precisa, portanto, ser humanizado, educado, domesticado segundo os modos de instituição do migrante no lugar.

## **2.2 – Processos de (des)identificação do cacerense: entre o local e o nacional**

O sujeito da Análise de Discurso, que é um sujeito constituído na/pela linguagem – como defende a Psicanálise, com o inconsciente, e como defende o Materialismo Histórico, com a ideologia – é interpelado pelas formações discursivas,

---

<sup>24</sup> Chamamos efeito de “colônia dentro da colônia” o fato de outros povos, especialmente os sulistas (mais particularmente os paranaenses), continuarem, ainda hoje, a colonizar espaços dentro de Mato Grosso, como a cidade de Sinop, colonizada em 1971, enquanto ainda era a Gleba Celeste, pela Colonizadora Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná-Ltda. A gleba que passou a chamar-se Sinop (a sigla da colonizadora) é uma cidade fortemente marcada por ideais separatistas, lutando para se independentizar do restante do Estado.

assumindo posições, a partir das formações ideológicas nas quais se inscrevem para se constituir-se como tal (ORLANDI, 2010).

Podemos dizer, então, que o sujeito do discurso é ideológico e é inconsciente, assim, é constituído em sujeito, tanto pela ideologia, que o atravessa e o assujeita, quanto pelo inconsciente, que faz com que o que ele diga não seja fruto de uma intencionalidade, uma consciência. Esta é, então, a condição do sujeito do discurso, pois todo dito se inscreve na história, na memória e na ideologia e é atravessado pelo o inconsciente – fatores de sua constituição como sujeito para significar as coisas do mundo e para se significar.

Nessa direção, Orlandi, (2010, p. 17) afirma que “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeitado sem ideologia. [...] o discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. Por essa submissão à língua, pode-se entender o processo de assujeitamento que se manifesta nos símbolos identitários na/da cidade de Cáceres, pois o que se coloca em funcionamento, na/pela língua, são os fatos que constituíram a história do lugar, fazendo manifestar, na materialidade simbólica, a ideologia e o inconsciente, assim, sujeitos e sentidos são/estão submetidos à língua. O sujeito do discurso é, então, constituído pelo/no discurso, não podendo ser a origem do seu próprio dizer.

Nessa direção, Pêcheux (1997, p. 311) afirma que o:

[...] processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura<sup>25</sup> determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes”.

De acordo com o autor, vemos que o processo discursivo é gerado por uma “máquina discursiva”, e isso determina aos sujeitos o que devem e o que podem ou não dizer, ou seja, o que ele pode (re)produzir. Para o autor, tudo que é dito e expresso pelo sujeito é determinado pelas posições ideológicas colocadas em um jogo no processo sócio histórico em que são produzidas e reproduzidas. Dessa forma, sujeitos e sentidos se constituem em um processo simultâneo por meio da interpelação ideológica, que é

---

<sup>25</sup> Pêcheux (1997) define, no quadro teórico da AAD, a noção de *sujeito-estrutura* como sendo o sujeito determinado pela estrutura social.

materializada no discurso sempre que o sujeito assume uma posição-sujeito discursiva, ou seja, um lugar de onde se diz afetado e tomado por formações ideológicas. Portanto, o sujeito é sempre assujeitado ideologicamente, mas é também afetado por esquecimentos, que faz com que ele “esqueça” que os sentidos que produz já foram ditos, ou seja, são sentidos já-ditos – em outro momento, em outro lugar e independentes de sua vontade ou consciência – e esquecidos.

Os modos de instituição e de constituição dos sentidos históricos que significam a cidade e os moradores que a habitam. O funcionamento de estabelecer/criar uma identidade cultural para Cáceres-MT nos permite compreender que foi se formando, a partir da sua função de fronteira, do seu conjunto arquitetônico e da sua condição geográfica instalada, à margem esquerda do Rio Paraguai, em áreas pantaneiras, uma “identidade” que, conformada pelo discurso de dominação do colonizador, assujeitou sujeitos e sentidos na/para a cidade.

Esse movimento de forjar uma identidade local tem suas raízes no período nacionalista, que se marcou pela necessidade de o povo brasileiro criar uma identidade coletiva própria, engendrada pelas coisas tipicamente nacionais. Esse funcionamento é reflexo do discurso do Brasil pós-independente, pois a ideia de discurso nacionalista surge como uma tentativa de dar à nação uma nova e própria identidade, diferida da coroa portuguesa, assim, instituiu-se o discurso heroico do índio e dos desbravadores e demarcadores de terras, os bandeirantes, do período colonial.

Ao dizermos da cidade de Cáceres, estamos falando também do estado de Mato Grosso e do Brasil, pois o processo de constituição da nação brasileira, que viveu, no período colonial, a imposição de uma cultura; um período de proclamar-se como uma nação independente, no qual se reproduziu o modelo que fora imposto ao país, um período de pós-independência, de valorização da língua nacional, a partir dos movimentos e manifestos<sup>26</sup>, no século XX. Portanto, ler discursivamente os monumentos, as casas e vias da cidade de Cáceres, assim como, símbolos e lugares de memória, é trazer em discussão um embate discursivo que se trava, que se funde e que se confunde com os diferentes momentos históricos do país.

---

<sup>26</sup> Falamos dos manifestos literários na primeira metade do século XX, onde os autores considerados pré, e modernistas, pregavam uma produção literária própria do Brasil, assim valorizavam construções peculiar do brasileiro que fugisse das normas padronizadas, resquícios do colonizador. Estes pensamentos se concretizaram na *Semana de Arte Moderna* de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Um dos grandes modernistas desse período foi Oswald de Andrade que escreveu dois grandes manifestos: “Pau Brasil” e “Antropofágico”.

A partir dessas identificações, podemos entender a configuração da identidade cacerense, que foi conformada por um modelo europeu, assim, a influência desse modelo nas crenças, nas construções e no “amor” pela natureza, que são marcas de uma memória da presença do explorador, que tomou/toma o espaço apenas de sentido da exploração, da dilapidação<sup>27</sup>. Assim, a identidade local, marcada por imposições do colonizador, carrega deles os sentidos de depredação, de destruição, de descuido com o lugar, ou seja, nossa identidade foi aprendida e apreendida pelos nossos colonizadores.

Nesse batimento, que vimos mostrando por nossas análises, compreendemos que, na tentativa de se fortalecer uma identidade cultural para a cidade, o processo identitário tem se marcado como um resultado híbrido, que não diz só da cultura do nativo, do sentimento de nacionalismo, mas diz também de sentidos vindos de um poder imposto, de traços, de resquícios de um discurso do dominador, como vimos mostrando pela análise dos monumentos e dos símbolos de identidade, conformados como lugares de memória para a cidade e seu morador.

Para formar uma “identidade” local foi necessário, então, assumir, aos moldes de culturas ditas de prestígio, aquilo que dava prestígio ao lugar: a sua localização estratégica de fronteiras, o Marco do Jauru, que perdeu importância para o país, mas ganhou identidade com a cidade que demarca e que delimita, a natureza rica em biomas (região de pantanal, de cerrado e de vegetação amazônica), principalmente o pantanal, e seu conjunto arquitetônico e histórico.

Para a compreensão do que funciona, na cidade, como documento/monumento, trazemos a contribuição de Foucault (2008, p. 07):

[...] reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável.

É nessa direção que Cáceres significa, pois, há todo um processo ideológico que se presentifica no documento, no arquivo, na memória significando o sujeito e

---

<sup>27</sup> Os efeitos de colônia, fortemente presentes em todo o Brasil, é o de retirar do local as riquezas naturais, a madeira, os animais etc. São sentidos que fazem da conquista uma exploração depredatória. Basta observarmos a colonização interna, quando um estado mais desenvolvido, ocupa um estado com potencialidades e arranca do lugar, sem nenhuma preocupação sustentável, todos os recursos que ele pode render.

determinando os modos de constituir-se na/a cidade. Por essa via, o documento/arquivo/memória ganha o status de monumento.

A ressignificação do documento/monumento não diz apenas de um histórico empírico, materializado no monumento/objeto, mas também são brechas por onde escapa o funcionamento discursivo e o processo de constituição dos sentidos instaurando, significando a cidade e os sujeitos.

Nessa direção, Foucault (*idem, ibidem*) afirma que:

[...] o documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (2008, p.07-08).

O monumento, tomado enquanto uma memória de arquivo, é, pois, um objeto que diz de um percurso diacrônico, mas é sua análise sincrônica que nos possibilita compreender a ordem do que se institui como monumental, dando visibilidade aos processos de significação da/na cidade.

A análise sincrônica do monumento nos possibilita compreender o que o historiador Lacerda (2009) produz, ao dizer que o “marco [...] ainda demarca”, ou seja, nessa tentativa de definição, pelo autor, história e memória se confundem, estão ligadas intrinsecamente, uma reflete sobre a outra, assim, observamos a constituição do sentido diacrônico para compreender o sentido sincrônico e seus vários modos de significar a cidade e a sociedade.

Nora (1993, p. 9) marca o lugar da memória enquanto um lugar que não se confunde com a história:

Memória, história: longe de ser sinônimos, tomamos consciência de que as opõe. A memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e,

nesse sentido, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações vulneráveis a todas as utilizações e manipulações, suscetíveis de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno; a história, uma representação do passado. Por ser efetiva e mágica, a memória só se contenta com detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças opacas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, censuras, telas ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, chama análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a desaloja, ela sempre torna prosaico.

Pensando a memória enquanto um fato psicanalítico, associamos, com Freud (2010), a memória com o “trabalho do luto”, ou seja, com o sentido de perda, pois, para o autor, a memória se relaciona com algo que foi subtraído, que foi esquecido, e, é esse mecanismo que compõe a memória na Psicanálise, pois, esquecemos para evitar a aflição, a perturbação, o sofrimento.

Ricœur (1990, *apud* DOSSE, 2003, p. 288), inspirado na Psicanálise, opõe-se à abordagem do trabalho memória, que o autor considera como uma

[...] analogia passível no plano da memória coletiva. As memórias individual e coletiva têm de manter uma coerência na duração em torno de uma identidade que se inscreve no tempo da ação. Nesse sentido, é a essa identidade do *Ipse*<sup>28</sup>, diferente da *Mesmice*, que se refere essa travessia experiencial da memória em torno do tema da promessa.

Fedatto (2013, p. 22-23), para dizer dos processos de identificação que conformam uma memória discursiva para o sujeito, considera necessário que se discuta antes os modos de inscrição e de institucionalização cotidiana do saber no discurso sobre a cidade:

[...] a história do saber [sobre a cidade] não é desvinculada do *espaço* onde sua produção se efetiva nem das condições sócio-históricas que tornam possível (e muitas vezes imperiosa) a demanda por um determinado tipo de saber. [...] [visando compreender] a espacialização de saberes na cidade e sua interferência nos processos de identificação do sujeito urbano-nacional. [...] [pois as] relações

---

<sup>28</sup> **Ipeidade.** Do latim *ipse*, si mesmo. Na filosofia escolástica, designa o fato de um indivíduo ser ele mesmo, dotado de uma identidade própria e, por conseguinte, diferente de todos os outros indivíduos. Na filosofia heideggeriana, designa o ser próprio do homem como existência (*Dasein*) responsável. (Dicionário Enciclopédico – Sérgio Biagi Gregório).

de determinação são equívocas, visto que toda *dominação* instala, no momento mesmo em que se constitui, a possibilidade de *resistência*.

A autora, ao trabalhar a constituição do saber sobre a cidade, dá destaque para a relação mútua entre a língua e o espaço, localizando o papel do cotidiano e a institucionalização da construção de nacionalidade. Assim, para a autora, “[...] há um gesto oficial que não deixa de significar os saberes instituídos nesses detalhes prosaicos dos trajetos urbanos e sempre há um traço de trivialidade naturalizando os dizeres institucionais” (op. cit, p. 25).

A autora toma a cidade enquanto um arquivo que memoriza todo um processo de constituição e institucionalização do saber que se constitui sobre ela: “[...] a cidade inscreve no hoje um acúmulo, manifesto e velado, de outros cotidianos como alteridades que vacilam pela tensão dos sentidos que se inscreverão(am) na história” (FEDATTO, 2013, p. 36), é nesse embate e nesse jogo que a sociedade e o sujeito significam.

A autora chama a atenção para o paralelismo entre o “imaginário de localização” e a “língua nacional”, enquanto uma compreensão que a levou a afirmar que “[...] todo originário da nação, antes mesmo de haver estado, só é possível pela construção de *saberes urbano* que se centralizam como um *saber nacional* marcado amiúde em detalhes, ruínas e grandezas” (op. cit, p. 87-88).

Desse modo, os pontos de referência do processo de identidade permitiram à autora a compreensão sobre as representações e a produção de um “nós nacional”, no qual o monumento é compreendido como patrimônio, herança de um povo, portanto, há no monumento sentidos de unicidade, visto que representa o povo, instaurando-se, no imaginário nacional, como ponto de referência, como evidência do “nós”. Assim, para a autora, dizer do monumento da cidade é dizer de um patrimônio, de um arquivo, sendo “[...] um *bem* cuja enunciação de propriedade constrói um *nós fundador da nação*” (*idem*, p. 96-97).

As compreensões de Fedatto (2013) nos permitiram compreender o que se institui na cidade de Cáceres. Assim, pelo funcionamento, com base em nossas análises, queremos colocar em escuta um dito pichado em um muro da cidade, na Rua Dom Aquino:

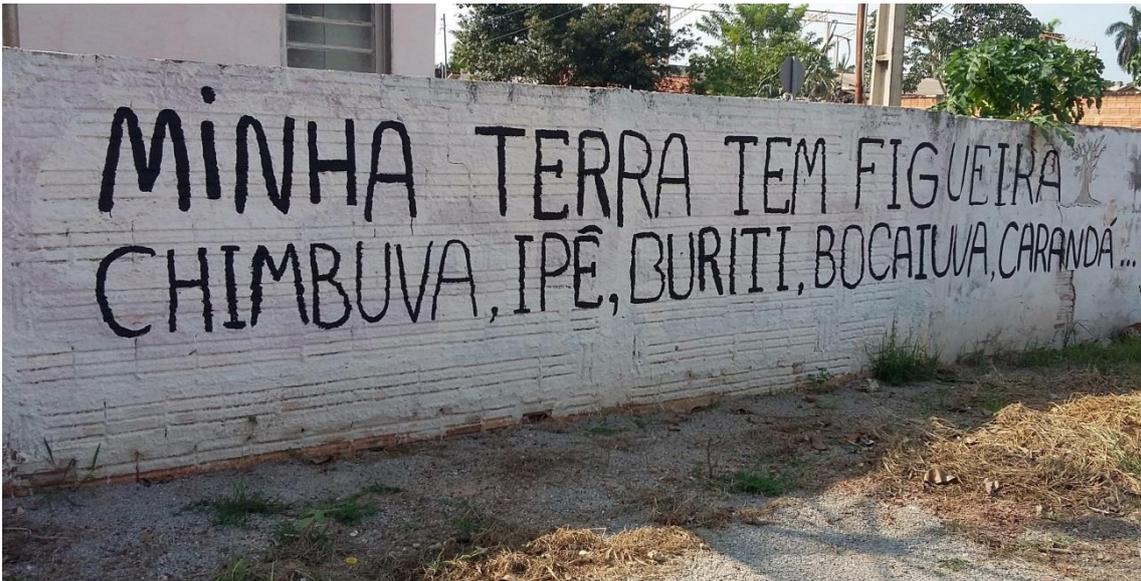


Figura 6<sup>29</sup>

Os ditos no muro, “Minha terra tem figueira, chimbuva, ipê, buriti, bocaiuva, carandá...”, é uma paródia dos versos de Gonçalves Dias (1847), na poesia *Canção do Exílio* “Minha terra tem palmeiras / Onde canta o Sabiá [...] Minha terra tem primores [...]”.

Podemos observar o funcionamento discursivo na escrita no muro, pois o morador produz uma ironia, ao parodiar um poema que canta romanticamente as belezas do país. As condições de produção do poema de Gonçalves Dias são aqui importantes, pois o poeta o escreveu em uma época que marcou o nacionalismo brasileiro, além disso, por estar cursando Direito em Coimbra, Portugal, sentiu-se exilado física e geograficamente das belezas do país, assim, as saudades da terra natal, o sentimento nacional e o rechaço a Portugal fizeram com que as belezas do Brasil ficassem maiores ainda. Do mesmo modo, o nacionalismo que se instalava em uma nação recém liberta dos domínios do colonizador fez com que um sentimento de rechaço e de negação a Portugal se colocasse fortemente entre os brasileiros. Assim, entre um lá (o Brasil) e um aqui/cá (Portugal), o poeta produziu comparações que demonstram aversão aos valores portugueses e ressaltam as belezas naturais do Brasil, o que não o colocou indiferente à situação de aversão aos europeus, como ilustram as primeiras duas estrofes do poema:

---

<sup>29</sup> Acervo pessoal. Fotografia, de 26/12/2015, de um muro situado à Rua Dom Aquino.

Minha terra tem palmeiras,  
Onde canta o Sabiá;  
As aves, **que aqui** gorjeiam,  
Não gorjeiam **como lá**.

Nosso **céu** tem **mais estrelas**,  
Nossas **várzeas** têm **mais flores**,  
Nossos **bosques** têm **mais vida**,  
Nossa **vida** **mais amores**.

O poema, tornado um ícone da nacionalidade brasileira, do qual dois versos foram usados na composição do Hino Nacional<sup>30</sup>, na fachada de um muro de uma rua de Cáceres-MT foi parafraseado por um morador, para dizer das riquezas/belezas que se encontram no aqui, em Cáceres, em Mato Grosso:

Minha terra tem figueira, chimbuva, ipê, buriti, bocaiuva, carandá...

Se as condições de produção da escrita de Gonçalves Dias materializam a rivalidade e aversão entre Brasil e Portugal, o dizer do morador parece ser uma resposta ao sul/sudeste brasileiro, que é a região mais desenvolvida do país, contudo, não possui mais florestas ricas e naturais como as de Mato Grosso. Assim, ao dizer das riquezas do lugar – **figueira, chimbuva, ipê, buriti, bocaiuva, carandá** –, ou seja, das árvores que predominantemente encontram-se no Estado de Mato Grosso, o morador fala das riquezas/belezas do lugar, falando, portanto de identidade, mas fala também de uma relação de litígio com os estados mais desenvolvidos do país, que ainda hoje acreditam que, em Mato Grosso, há cobras, índios, onças e jacarés nas cidades.

Esse efeito pode decorrer do próprio modo como o cacerense, o mato-grossense, através de órgãos responsáveis pela divulgação da região, mostram a cidade, o estado. Basta recordarmos de símbolos essencialmente citadinos, como o Marco e a Catedral, pintados entre pântanos, tuiuiús, jacarés e vegetação pantaneira.

Diante desse lugar de memória, materializado nos ditos do morador em um muro da cidade, não há como ignorar os sentidos outros que instituem a paráfrase, por ele produzida, bem como uma relação de sonoridade com o poema de Gonçalves Dias. Assim, ao mesmo tempo em que esse dizer o identifica com um discurso nacionalista – compondo um uníssono de vozes do “nós nacional” – também há elementos no dizer

---

<sup>30</sup> Trata-se da segunda parte do Hino Nacional, na estrofe dois, os dois últimos versos: “Nossos bosques têm mais vida”, “Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

que o desidentificam com uma parte do território nacional, instituindo modos particulares de se significar e de se (des)identificar com o território brasileiro.

Dessa maneira, não há, nos modos de manifestação simbólica do morador local, quer seja em ditos, em pinturas, em pichações ou grafite, outra forma que não seja a de remontar aos símbolos religiosos (santos, terços, bíblias, igreja), à natureza (fauna e flora pantaneira) e aos sentidos de cidade de fronteira (conformada pelo Marco do Jauru).

O funcionamento da resistência ocorre, contudo, quando o sujeito se desprende, em certa medida, da voz universalizante do “nós nacional” e diz com sua própria voz, diz com sua história, diz com sua memória: **Minha terra tem figueira, chimbuva, ipê, buriti, bocaiuva, carandá...** E tem mais ainda, que não é dito, mas é assegurado pelo emprego das reticências.

No capítulo seguinte, veremos como a destruição dos prédios históricos, cuja arquitetura remonta também ao colonizador europeu, se coloca como uma forma de resistência à destruição de uma história e de uma identidade forjada pelo discurso político do colonizador português, um discurso do qual o morador cacerense tenta resistir.

### III CAPÍTULO

#### GESTOS DE TOMBAMENTO: PRESERVAÇÃO E/OU APAGAMENTO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DA CIDADE

*Amar o perdido deixa confundido este coração.*

*Nada pode o olvido contra o sem sentido apelo do Não.*

*As coisas tangíveis tornam-se insensíveis à palma da mão.*

*Mas as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão.*

(Memória – Carlos Drummond de Andrade)

No poema intitulado “Memória”, de Drummond, o poeta relata como o amor transforma a maneira de sentir as coisas. Sobre esta obra, Sant’Anna (1972, p. 185) escreveu que “[...] a partir dele [a poesia] o poeta aprende a amar tudo aquilo que perdeu ou vai perdendo no atrito com o tempo”, e mais, a partir de suas análises, o crítico literário afirma que a “[...] sensação de perda e lembrança insistente das pessoas e coisas que ficaram para trás no espaço (província) e no tempo (morte)”.

Nessa direção, El Fahl (2009), afirma que o território da poética de Drummond, “[...] rememora o já vivido, traz de volta ao coração aquilo que lhe ficou registrado, fazendo vir à tona no tempo presente, o passado revisitado pelo olhar do poeta preso ao seu tempo, porém habitado pelos fantasmas do pretérito”.

A partir dessa discussão começamos a pensar o centro histórico da cidade de Cáceres-MT, enquanto Patrimônio Histórico tombado pelo poder público, pois estamos, no presente, olhando para o passado e, através da arquitetura, dos monumentos, dos casarões, somos levados a rememorar tempos de outrora. Essa volta do passado no presente dicotomiza esse espaço/lugar – antigo x moderno, velho x novo, passado x presente – confrontando-se, rebelando-se e, por consequência, determinando os modos de significação dos sujeitos e dos objetos na contemporaneidade e os modos de ser e de estar na cidade.

O Patrimônio Histórico Cultural pode ser definido, pelo IPHAN, para uma sociedade, como um bem material ou imaterial, natural, que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental.

A palavra *patrimônio*<sup>31</sup>, em seu significado mais primitivo, tem origem atrelada ao termo grego *pater*, que significa “pai” ou “paterno”, dando-nos, por consequência, o sentido de herança paterna, ou seja, aquilo que o pai deixa ou é transmitido para seus filhos, desse modo a noção de patrimônio acabou sendo estendida a um conjunto de bens materiais ou não, que está intimamente relacionado com a identidade, a cultura, o passado de uma determinada comunidade.

Gonçalves (2009) vai pensar o patrimônio, enquanto antropólogo, como uma categoria de pensamento, como um conceito que vem se fazendo e refazendo no rito do meio em que atua. O estudioso trata do patrimônio enquanto um lugar de embates, de ideias e pensamentos que não se resume a um mero objeto, rito, ou costume com tal caráter simbolizado. Para o autor, o patrimônio, material ou imaterial, é uma categoria de pensamento bem complexa, e sua forma de simbolizar vai além das discussões de ordem normativa e pragmática.

Nessa direção, o autor afirma que

Os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplados. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

Para o autor, a ideia de patrimônio o circunscreve enquanto arquivo que, como já abordado, guarda em seu processo de construção toda uma memória instituída e, portanto, cristalizada, uma vez que o patrimônio é arquivo, é monumento. Contudo, ao conferirmos ao patrimônio, pela ordem do simbólico, os sentidos de monumental/monumentalização, não olhamos apenas o que ele guarda enquanto memória, mas o que ele coloca como possibilidade de significação, visto ser tomado como um significante que diz da história, da memória, do espaço e, portanto, dos sujeitos e dos sentidos na/para a cidade.

---

<sup>31</sup> Dicionário Etimológico (origem das palavras) – *Online*.

A partir dessa compreensão, a cidade de Cáceres em Mato Grosso, com seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, foi homologada como patrimônio cultural brasileiro, em dezembro de 2010. O processo de preservação do centro histórico da cidade foi iniciado, então, na gestão do ex-prefeito Antônio Fontes, na década de 90. O Patrimônio Histórico de Mato Grosso, através da Secretaria de Cultura, foi o primeiro a reconhecer o centro histórico da cidade enquanto patrimônio tombado, sendo mais tarde, em 2010, homologado pelo Governo Federal através do IPHAN.

Diante desse gesto de tombamento, tendo em vista a ideia de construção do patrimônio como categoria de pensamento, que vai além de sua simbolização pragmática, queremos, por fim, dar visibilidade aos processos de constituição e de formação do sujeito segundo a ideia de patrimônio e preservação.

### **3.1 - De monumento à ruína: a significação no documento**

No processo de tombamento do centro histórico de Cáceres foram destacados os valores históricos que compõem a paisagem urbana. Desse modo, ler esse lugar é traduzir os sujeitos que o habitam e sua forma de significação e constituição histórica, por consequência, é ler os modos de ser e estar na cidade.

Nossa reflexão parte da própria palavra “tombamento” e como esta vem sendo significada na cidade, uma vez que, ao analisar o centro histórico, o que se coloca em questão é a palavra “tombamento”.

O tombamento é o mais tradicional dos instrumentos de reconhecimento e de proteção do patrimônio nacional, foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Aplicado aos bens de natureza material, desde 1937, em 2014 atingiu o total de 1113 bens materiais tombados pelo IPHAN, incluindo monumentos, conjuntos urbanos e paisagísticos, coleções e objetos de arte.

O Decreto-Lei nº 25 é o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil e nas Américas e seus preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. De acordo com o Decreto-Lei (1937), o Patrimônio Cultural Nacional é definido como “[...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A palavra tombamento se resume em preservação, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de/da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Arruda (2014) mostra-nos como se deu o processo de tombamento da cidade de Cáceres-MT, que, a partir de uma iniciativa do poder Municipal, mobilizou o governo do Estado e, por consequência, o poder Federal, sendo este representado pelo IPHAN, assim, o centro histórico da cidade foi reconhecido como um conjunto urbanístico e paisagístico com valores históricos e culturais.

Através do espaço urbano, da arquitetura do centro histórico da cidade temos acesso a uma memória instituída, uma memória que diz do povo e da cidade, do estado de Mato Grosso e, por consequência, do Brasil, enquanto cenário nacional e mundial, daí a importância do tombamento. Assim, através da ata da 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CCPC), entre 09 e 10 de dezembro de 2010, o centro histórico da cidade foi reconhecido pelo órgão federal, o IPHAN:

[...] conjunto arquitetônico, que retrata a **evolução da sua história, econômica e social** [...]. **A configuração do seu arruamento setecentista, as edificações, de estilos diversos, mas harmonizadas pela escala e volumetria, já se encontravam como que prenunciadas no documento de sua fundação, embora seu traçado urbano fosse, ao longo do tempo, registrando os diferentes períodos de sua história** de importante centro pecuário e agrícola, de pólo de extração do ouro, de porto fluvial relevante, na região pantaneira. **O centro histórico, na verdade, é um registro físico da história da cidade e, além disso, possibilita o entendimento da vida cotidiana e da organização social, que, desde meados dos anos setecentos transcorreu em Mato Grosso** (p. 15-16) (grifos nossos).

A partir do que se coloca na ata de defesa para homologação do centro histórico da cidade de Cáceres-MT como patrimônio histórico-cultural, o seu conjunto urbanístico e arquitetônico é compreendido como algo que não diz só de uma história, uma memória, mas, mais que isso, materializa-se nesse espaço a fragmentação de constituição da cidade e do Brasil. Desse modo, encontra-se em funcionamento no processo constitutivo do espaço citadino, a moldagem de efeitos que dizem dos sujeitos, da cidade e dos modos como ambos são representados pela arquitetura.

O conjunto arquitetônico de Cáceres-MT, segundo Arruda (2014), também chama atenção do Ministério da Cultura (MINC) que defende a homologação do seu

tombamento, ao inscrevê-lo, nos livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cáceres, Mato Grosso. Assim afirma que:

Diferente da proposta encaminhada ao Conselho pelo DEPAM, que incluía apenas os aspectos urbanísticos e paisagísticos, o Conselho reconheceu os valores arquitetônicos. Contudo, pode-se também entender que o mesmo acompanhou o voto do relator, considerando os valores arquitetônicos não enquanto bens artísticos ligados às belas artes, mas como “documento da história urbana do país” (idem, p. 123).

Diante desse contexto, Cáceres entra para a história do país como uma cidade que guarda, em suas construções, a espacialização do território nacional em uma zona fronteiriça, ou seja, a partir do seu conjunto arquitetônico podemos inferir uma história de constituição do Brasil.

Com base nessa constatação do Conselho, a questão que nos move, em meio a essa história e memória, é a de tentar compreender o que é arquivado nesse conjunto arquitetônico e, assim, analisar os efeitos que ali se produz, uma vez que esse sítio tombado compõe um entre outros, que diz do processo de constituição do território nacional. Por outro lado, o gesto de “tombar” é constituído, em Cáceres, como um modo próprio de marcar e de singularizar o sujeito, o que torna o tombamento do centro histórico da cidade diferente de outros tombamentos de cidades que possuem o mesmo caráter histórico.

Ao ler o centro histórico de Cáceres, a partir de alguns monumentos, casarões e casebres, vemos o processo de silenciamento do que prescreve o Decreto-lei nº25 de 1937, visto que alguns desses monumentos se instalam como um lugar de confronto de sentidos, pois há sentidos outros conotando a expressão cunhada pelo Decreto como “patrimônio tombado”. Nessas edificações, o verbo tombar ganha um novo sentido ao instituir o centro histórico da cidade enquanto uma área tombada.

De acordo com o dicionário Houaiss Eletrônico a palavra tombamento traz duas acepções distintas:

<sup>1</sup> tombamento

1 ato ou efeito de tombar, de fazer o tombo

2 ato de se guardar alguma coisa num arquivo público

<sup>2</sup> tombamento

Uma diz do tombamento enquanto um gesto de manutenção, de arquivamento e a outra diz do ato ou do efeito de cair, de ruir. Assim, o centro histórico de Cáceres-MT foi tombado pelo IPHAN dentro daquilo que prescreve a primeira acepção, mas, o que vemos na cidade é um tombamento dentro da segunda acepção. Dessa maneira, o que se coloca em formulação nesse espaço “tombado” são sentidos que fazem funcionar modos de ser/estar na cidade, pois o efeito da ação de tomo ali diz da própria constituição da sociedade cacerense e dos modos como esta sociedade se difere das demais ao instaurar o novo, o diferente.

Para melhor compreender esse funcionamento, colocamos em análise alguns casarões do centro histórico da cidade de Cáceres, que foram tombados pelo IPHAN e que estão sendo pichados pelos moradores com dizeres e imagens que marcam o lugar, o (não)dito, o confronto com as ideias de tombamento. Esses espaços colocam em funcionamento os modos como os moradores compreendem o tombamento, pois o sentido de tomar, colocado em circulação pelo IPHAN, não se aplica a tais construções.

A análise desse conjunto de dizeres nos permite ver o funcionamento do sentido de tombamento na cidade, e a partir dele, inferir o modo de constituição, tanto do saber sobre/da cidade quando dos sujeitos e do próprio sentido de tomar.



Figura 7<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Acervo Pessoal. Ruína do centro histórico de Cáceres-MT, situado na esquina da Rua General Osório com a Rua Tiradentes.

Pela imagem, que produz o efeito de ironia e de comicidade, podemos ver os sentidos atribuídos à expressão “patrimônio tombado”, que deixa o sentido de “patrimônio preservado” para ganhar o de “patrimônio abandonado, destruído, em ruínas”. Há, pois, na própria arquitetura um dizer que silencia o sentido de *tombo*, de *tombamento*, de *arquivo*, assumido pelo IPHAN, para dar visibilidade ao sentido que lhe é inverso, que lhe é contrário, pois, o tombamento a que o morador refere funciona como patrimônio *não preservado*, como patrimônio *abandonado*, como patrimônio *em ruínas*.

Há, no gesto de leitura do morador<sup>33</sup>, traços de grafite e de pichação<sup>34</sup> cujo propósito reverbera sentidos aos órgãos competentes pelo tombamento. Assim, o dizer pichado na porta do prédio – *Patrimônio tombado pelos cupins!!* –, produz o efeito de ironia para com o gesto de tombamento, pois o prédio tombado é uma ruína, abandonada, *tombada* pelos cupins.

Os ditos e seus efeitos, que se materializam nessa edificação<sup>35</sup>, tanto são extensivos aos órgãos de tombamento – no sentido da preservação – quanto ao poder público municipal – que deixa a arquitetura histórica ruir, que a deixa aos cupins. Somado ao dizer, a pintura na parede, que se traduz como linguagem não verbal, também permite leituras. Desse modo, vemos, na imagem, a compleição de um rosto que sorri sarcasticamente, com os olhos e o canto da boca, a presença de traços e de cores fortes, que contrastam com as cores opacas das paredes que se desfazem, que se acabam. O contraste de cores produz o efeito de ruína, de abandono, de depredação do bem público, ou seja, um discurso de contradição em relação à preservação.

Orlandi (2004, p. 13), ao falar do lugar do grafite e da pichação na cidade, afirma que essas ações não se configuram de forma pacífica, há nos modos de pichar/grafitar, formas de dizer, de se inserir na história e na ideologia para significar.

O grafitismo está inserido no nosso cotidiano como forma de arte, é a maneira que algumas pessoas acharam para expressar suas idéias

---

<sup>33</sup> No caso do grafite, a obra foi assinada pelo autor, contudo, não podemos dizer se a escrita teve a mesma autoria.

<sup>34</sup> O grafite é considerado como uma forma de arte na qual as letras e as figuras são pensadas e elaboradas para significarem aquilo que o artista quer mostrar. A pichação, por outro lado, é considerada vandalismo, pois traduz o ato de escrever ou rabiscar os espaços públicos.

<sup>35</sup> Quando o IPHAN homologa o tombamento de uma cidade ou parte dela, cabe ao poder público municipal e estadual uma contrapartida no sentido da preservação e do monitoramento do espaço, que passa a se constituir como um bem público.

recheadas de uma ideologia onde é expressa de maneira natural e sem represálias o que pensam e sentem. Os grafiteiros como são chamados buscam através dos seus desenhos mostrarem uma sociedade mais justas onde eles acreditam que seria a ideal no cotidiano de cada um deles. Esses espaços pichados e grafitados têm sido destinados a manifestações discursivas que aliam o sujeito à sua história e à sua língua, em uma relação de significação de si próprio, de sua identidade e desses locais, na medida em que, nas cidades grandes o movimento da grafiteagem é desencadeador de um movimento de consciência que atravessa toda a população segregada [...].

Podemos entender esse funcionamento, na linguagem urbana, como sendo da ordem de uma *resistência*, pois, ao grafitar a parede, o artista/o vândalo coloca em visibilidade o que se institui na “contramão” de um prédio tombado, estabelecendo, por um efeito ideológico, a noção de ruína, pois, segundo Pêcheux (1990, p. 17), “[...] toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica”.

A partir dessa compreensão, observamos o efeito ideológico que a pintura e a própria ruína produzem e aquilo que elas silenciam: a noção de arquivo, de tombo sendo tomada pela de destruição, de abandono, de entrega de um bem público aos cupins. Desse modo, o que se coloca em questão são os muitos discursos que conflitam na cidade sobre a ideia de tombamento, pois há aqueles que o defendem – que consideram a importância do arquivo, do passado, da história que o centro histórico carrega – e há aqueles que o abominam – pois atrapalha o comércio, impede que o próprio dono da construção descaracterize o prédio. O embate se coloca, então, entre os muitos interesses dos moradores e do poder público, que consideram o tombamento como algo atraente, como algo interessante ou desinteressante, como algo lucrativo ou que faz os proprietários das edificações perderem financeiramente. Portanto parece-nos necessário compreender em que formação discursiva cada posição-sujeito inscreve suas discursividades de modo a dar a compreender os sentidos que se materializam em formulações acerca desse ou daquele espaço/lugar.

É, pois, esse nível de compreensão que permitirá analisar os discursos que podem tomar a direção do poder ou fazer advir o irrealizado. Nas palavras de Pêcheux (idem, p. 17), que se comece a “[...] despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido”.

É nesse ponto de resistência que o material em análise se inscreve significando a cidade e o próprio sentido de tombamento do centro histórico. Os efeitos se colocam/inscrevem na resistência marcando esse lugar que, ao mesmo tempo, dá voz, mas que também silencia o morador/proprietário, colocando este terreno, então, em uma área de significação movediça, marcada pelos embates que, em última instância, diz dos modos de ser e estar na cidade de Cáceres-MT, conformando a constituição da própria cidade e dos sujeitos que a habitam.

Para Pêcheux (1990, p. 17), é nesse espaço de embates que ocorrem as

[...] quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição.

Na Rua 6 de Outubro, no centro histórico da cidade Cáceres, destacamos um outro imóvel, o de nº 432, construído em 1934, em estilo neoclássico<sup>36</sup>, amplamente usado no comércio e nas casas locais da elite cacerense:



Figura 8<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> O Estilo neoclássico destacou-se como o estilo próprio do período monárquico brasileiro, sendo introduzido em Cáceres-MT apenas no final do século XIX. As suas características são o pé-direito alto, colunas e frisos inspirados na Grécia e Roma antigas, portas e janelas com bandeira em arco, frontões, platibandas e cimalkas que ocultam o telhado.

A respeito do referido prédio – tombado pelo IPHAN – que ocupa uma grande área no cruzamento das ruas 06 de Outubro e General Osório – trazemos um recorte de uma matéria publicada em um jornal local:

O local, que já foi sede de banco, loja e casa de família, amarga, há quase uma década, um **abandono completo**. Seu interior já afundou, o teto cedeu, no chão há muito mato, insetos, lixo orgânico e roupas íntimas. Árvores se camuflam entre paredes sujas e **pixadas**. Um verdadeiro cenário de guerra.

O autor da notícia coloca em funcionamento dois sentidos dados ao prédio: um, do passado, que faz funcionar uma memória do quão grandioso e importante ele foi para a história de constituição da cidade – **foi sede de banco, loja, casa de família** –; e outro, do presente, que diz do seu estado atual – **um abandono completo**. Nesse embate entre a função do prédio, no passado e no presente – **muito mato, insetos, lixo orgânico e roupas íntimas** – funciona uma denúncia velada, pois o prédio, que serviu ao progresso, serve hoje como fachada para esconder usuários de drogas, encontros amorosos e descarte de lixo. Ao referir-se ao prédio, no presente, como **um abandono completo**, o autor da notícia faz funcionar efeitos de descaso pelo poder público, pois, ao dizer do seu valor histórico, do que a memória representa daquela edificação, produz efeitos do que levou o prédio à condição de patrimônio, ao mesmo tempo, em que denúncia como a história do lugar e dos moradores é subsumida pela administração municipal.

Colocar essa construção/ruína em escuta é dar visibilidade aos embates entre, de um lado, o poder político local e, de, outro, as formas de resistência na figura do morador, é ler o arquivo enquanto ruína e patrimônio, algo do passado fazendo funcionar, sobre a realidade atual, sentidos de resistência, pois ao ligar o presente ao passado, ao fazer convergir a história de constituição do lugar, o morador/editor produz divergências com o tombamento e com o poder público municipal, dado os sentidos que o prédio ganhou. Desse modo, produz efeitos que marcam formações discursivas conflitantes, uma vez que trazem em funcionamento os dois sentidos dicionarizados e em circulação de tombamento. Assim, o sentido de tomar em Cáceres, os sentidos

---

<sup>37</sup> Casarão do cruzamento da Rua 06 de Outubro com General Osório, em Cáceres-MT. Disponível em *Olhar Direto* – Jornal online, através da matéria intitulada *Descaso com imóveis tombados pelo patrimônio histórico ameaça segurança de cidadãos em Cáceres*, com fotografia e redação da autoria de Paulo Victor Fanaia Teixeira, de 22/11/2015.

dados ao tombamento do centro histórico, faz conflitar a lei, faz conflitar a responsabilidade de cada parte no ato de tombar (do município, do estado e da união), faz conflitar o morador sobre as vantagens/desvantagens, o ganho/a perda em se tornar um patrimônio histórico-cultural.

Nesse entendimento, tomamos a própria ruína enquanto um arquivo que diz de si mesmo e do poder público pelo que cala/fala, pelo que é anunciado/silenciado: o abandono e o descaso dos poderes constituídos, o município, o Estado, o IPHAN, para com a história, a memória de um lugar e de um povo.

No mesmo prédio (figura 07), queremos dar destaque às pichações que ali materializam para vê-las funcionar enquanto um discurso sobre o lugar e o que ele representa para a população local, ou seja, com esse gesto tentamos dar voz ao morador, ao sujeito desse espaço/lugar:



Figura 9<sup>38</sup>

Tomamos as pichações enquanto uma sequência discursiva que materializam e inscrevem sentidos de resistência para o morador local ao produzir e configurar um discurso sobre esse lugar. Em uma primeira descrição das imagens, observamos na sequência pessoas idosas e um jovem, cujos desenhos se montam em cenas que reproduzem, na grande fachada da ruína, uma história, um filme.

---

<sup>38</sup> Acervo Pessoal. Pinturas feitas no Imóvel nº 432, no lado que fica voltado para a Rua 6 de Outubro.

Por uma questão metodológica, tomaremos essa sequência discursiva (filme) em duas cenas, dois atos que nos dará possibilidade de ver o que se coloca em formulação:



Figura 10<sup>39</sup>

Naquilo que convencionamos como a *Primeira Cena*, observamos um jovem que se debruça diante de um cadáver de uma pessoa idosa, estendida e com as mãos postas e rodeado de flores, são modos que a memória do dizer faz evocar sentidos que se ligam a um leito de morte. Do mesmo modo, as mãos do rapaz sobre a cabeça produzem efeitos de dor e de desespero diante da morte, assim, como alguém que experimenta a impotência diante da morte, como quem não sabe o que fazer, o rapaz produz o efeito de lamentar-se pelo ocorrido, a morte de alguém.

Que leituras podemos fazer desta cena? Seria um filho, das muitas famílias que moraram naquela casa, chorando/lamentando a morte de alguém da família? Seria uma metáfora para simbolizar o passado e o presente da casa, como aludiu a reportagem?

Em nossa análise, optamos por tomar a cena como uma metáfora que faz funcionar sentidos que se ligam à própria casa, hoje uma ruína de um patrimônio que se encontra totalmente abandonado pelo poder público. Nessa direção, o jovem e o efeito de lamentação que ele produz dizem do povo, da sociedade em geral, que assiste desolada, paralisada a sua história sendo paulatinamente destruída, sem poder fazer

---

<sup>39</sup> Acervo Pessoal. Pinturas feitas no Imóvel nº 432, no lado que fica voltado para a Rua 6 de Outubro e que intitulamos como a *primeira cena*.

nada, a não ser lamentar. Se o velho morto é a casa e toda a história de constituição do povo local, o rapaz é o olhar da sociedade cacerense que vê sua memória, seu patrimônio sendo extinto, aos poucos. Nessa direção, o sentido de morte, posto em circulação, pode ser pensado como uma consequência da ideia de resgate. Como não é possível resgatar o *verdadeiro* sentido das construções, o tombamento, que só é pensado no sentido do resgate, não lida com outros sentidos possíveis, então, a edificação tomba, morre, cai, pois não pode ser ressignificada, uma vez que os sentidos de resgate são ilusórios.

Desse modo, a cena se apresenta enquanto uma metáfora do centro histórico, do centro tombado em Cáceres-MT e os sentidos de morte, de perda, de lamentação, de desespero, de impotência que a sociedade cacerense experimenta, que, funcionando como um efeito de descaso e de abandono para com sua história, com sua memória, é efeito de uma outra ordem: a da impossibilidade constitutiva do resgate e da preservação. É por essa razão que o jovem, que representa o morador local, “chora”, lamenta, se desespera, pois cada prédio histórico, que se torna ruína, carrega a dor do morador local, por ir “perdendo a história” que o identifica, que o institui e que não pode, pela via do simbólico, ser resgatada.

Vejamos o que designamos como a *Segunda cena*:



Figura 11 <sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Acervo Pessoal. Pinturas feitas no Imóvel nº 432, no lado que fica voltado para a Rua 6 de Outubro e que intitulamos como a *segunda cena*.

A *Segunda cena* apresenta três pessoas idosas, uma olhando assustada, a outra (que é a mesma que olha assustada) tapando os olhos e a terceira, separada por uma porta, apoia-se no espaldar de uma cadeira e carrega na expressão o desalento de quem já viu muito.

Do lado esquerdo da imagem podemos observar um velho de frente, com olhos arregalados como se não quisesse acreditar no que vê, e o outro de perfil, com a mão tapando os olhos, como se não quisesse ver o que vê. Ambos parecem ser a mesma pessoa em uma sequência cênica: olha, espanta-se com o que vê e cobre os olhos com a mão. Ao lado da primeira imagem do senhor que se espanta há um portão colocado em lugar de onde deveria haver uma porta e, no pórtico dela, vemos a palavra IPHAN.

Tomamos as imagens, nessa sequência fílmica, também como uma metáfora do velho que olha, que se assusta e que se nega a ver a realidade. O velho representa a sabedoria daquele que conhece, que sabe o que o prédio significou para a história do município, que vê, mas que não gosta do que vê, uma vez que o prédio patrimônio, o prédio monumento tornou-se apenas uma fachada caindo aos poucos, uma fachada que esconde os encontros clandestinos para o sexo ou para as drogas.

Compreendemos, então, o olhar do velho como o olhar de alguém que vê a sua própria história em ruínas, pois o que se coloca em formulação, pelos desenhos do prédio 432, é a sensação que experimentamos quando vemos um prédio histórico ruindo<sup>41</sup>, um arquivo sendo “apagado”, uma memória sendo “subtraída”, segundo aqueles que acreditam na preservação da memória do arquivo. Esse resgate da memória do arquivo/monumento, tal como defendido pelo IPHAN, se mostra como uma ilusão de preservação necessária, visto que não há resgate de memória, pois, pelo simbólico, há sempre uma ressignificação, uma reorganização na cadeia significante, de modo a garantir uma movimentação constante dos sentidos, e é nesse funcionamento que os sujeitos significam e marcam seu lugar no espaço.

Junto ao senhor que olha, que se espanta e que se nega a continuar a ver está a sigla do IPHAN, encravada na parede do prédio, para lembrar aos moradores que a destruição, o abandono, o descaso tem nome – IPHAN – o órgão que homologou aquele prédio como espaço de preservação, como bem público, tombado. Mesmo sabendo que o IPHAN não é o único responsável pela destruição dos prédios históricos de Cáceres-

---

<sup>41</sup> Recentemente assistimos, pela TV, o incêndio do atual Museu da Língua Portuguesa e a sensação que experimentamos foi a de estarmos perdendo parte da nossa história, da nossa identidade.

MT, uma vez que a gestão de um tombamento compete às instâncias federal, estadual e municipal, o efeito que a presença do órgão produz é a de uma memória que faz funcionar a inoperância dos poderes públicos, que deixa ruir a história de um povo, exatamente porque só compreende a significação da memória e da história como resgate de um sentido já dado e inalcançável.

Há uma grande máxima que diz que ao sabermos de onde viemos saberemos também para onde iremos. Ou seja, essa máxima reitera a ideia de que não há sujeito sem história, sem passado, sem memória, assim, só tomamos posição, só somos posição porque estamos lastreados por uma história e uma memória que nos sustenta, que nos torna pertencentes, que nos forja uma identidade. Dessa maneira, a partir desse funcionamento, os sujeitos clamam pelo resgate da memória, pela história que vai se perdendo com a própria ruína, mas, o próprio fato da não preservação, que deixa o prédio ruir, marca os modos de ser e estar na cidade de Cáceres-MT.

É o que nos diz Gonçalves (2009, p. 31), ao pensar o patrimônio como categoria de pensamento: “[o patrimônio] não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplados. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

Na sequência de imagens temos o homem que cobre os olhos para não ver e, colocada em perspectiva, como um fundo, como uma presença ausente, vemos a Catedral de Cáceres, com fiéis em volta dela. A Catedral, tal como o prédio 432, do cruzamento das ruas 06 de Outubro e General Osório, também se configura como lugar de identidade do povo cacerense, pois a sua história de construção e de instalação se confunde com a história de qualquer morador. Nessa direção, a imagem da Catedral não está ali por acaso, pois, ao fazer parte de um desenho que funciona de modo a denunciar o “apagamento” da história e da identidade local, ela mesma se configura como lugar de afirmação e de identificação do cacerense.

A Catedral posta em cena faz alusão a uma memória que constitui o morador local, uma memória que não tem apenas um funcionamento cognitivo, mas um funcionamento que (re)produz algo que é da ordem da Lei e da Cultura, assim, o que se formula com a presença da Catedral é a memória da fé, da identidade, da religiosidade do morador local, que, por se tratar de uma memória importante para os sujeitos da mesma religião, na cidade, impõe-se como presença para algo que o desenho pretende denunciar como ausente nos gestos de tombamento do poder público. A Catedral é, então, presença, para marcar uma ausência: a do respeito e da preservação da história e, portanto, da identidade do morador local. Ou seja, a Catedral como presença/ausência

funciona como o *Chapéu de Clémentis*<sup>42</sup>, cuja presença foi obliterada das fotografias do líder político russo, mas o seu chapéu continuou marcando, de forma insidiosa, a sua presença.

Há ainda, no lado direito do desenho, um outro velho, de ar desolado, que se apoia em uma cadeira e que usa óculos. Esses elementos, contudo, não estão ali por acaso, pois, são constitutivos da significação e do sentido de envelhecer. O velho perde o vigor, a vitalidade, mas não a sabedoria. Dessa maneira, a presença dos três velhos no desenho conta não só a história de apagamento da identidade do morador local, pelo poder público, mas diz também da impossibilidade de recuperá-la, daí tratar com descaso, com abandono os prédios históricos da cidade.

Nessa direção, o desenho funciona como uma metáfora da perda que as ruínas de arquiteturas antigas representam. Assim, o apelo à preservação e cuidados com a história local se traduz como um desejo latente do morador, que denuncia o apagamento de sua história, mas que se vê impotente diante dos destinos reservados à arquitetura do centro histórico em Cáceres-MT.

São funcionamentos que marcam seu processo de identificação, ou seja, um lugar de cobrança pelo funcionamento da lei, um lugar que se constitui a partir das fragmentações de um passado com muitas vozes, um lugar que institui os modos de os sujeitos e a cidade se apresentarem enquanto um patrimônio tombado. A sequência de imagens do desenho remonta à questão da preservação dos prédios tombados e, ao mesmo tempo, funciona como um pedido de socorro, pelo que se perde com o seu apagamento, segundo aqueles que acreditam no resgate, ou seja, aqueles que estão assujeitados ao discurso do IPHAN.

Ao retornarmos à imagem do prédio, na figura 07, veremos que ele é apenas uma parede, uma fachada, que seus beirais e arabescos ruíram em grande parte, que suas grandes portas e janelas foram substituídas, que a parte interna do prédio está tomada por mato e por árvores que se elevam acima de suas paredes. Assim, nos perguntamos: o que o tombamento significa? As verbas são/serão usadas para quê? O poder público está esperando para fazer o quê? Que história é essa que se quer preservar?

Se a história é contradição, entre as diversas formas de significar, não há como pensar em preservação de uma história, já que há muitas histórias, que elas não param,

---

<sup>42</sup> Para ler a anedota de Milan Kundera, ver Courtine (*In Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*, Indursky, F e Leandro-Ferreira, M.C., 2009).

pois continuam significando, se (re)inventando. Haveria, então, de se pensar em um tombamento que possibilitasse condições para continuar deixar o fluxo circulando, pois, imobilizar o sentido da história na ideia de resgate e de preservação pode ser verdadeiramente o primeiro passo para a ruína.

Vejamos mais uma fotografia, de uma outra perspectiva, do prédio 432:



Figura12<sup>43</sup>

No mesmo prédio, vemos pichado em sua parede um pedido expresso de socorro: *Me salva, por favor....* A súplica, colocada em um balão de diálogo, parece sair de um recorte na parede (provavelmente de um relógio de energia elétrica) como se a própria arquitetura estivesse pedindo socorro, como se o dizer ecoasse aos transeuntes.

Apesar desse funcionamento, quem escreve é o morador, o cidadão, que, ao colocar o dizer como sendo do prédio, se funde e se confunde com ele, pois o prédio é parte da sua história, da sua identidade como morador cacerense.

Tanto os ditos, os desenhos, quanto as cenas pichadas nas paredes da ruína funcionam como um filme em que o ator é o próprio patrimônio tombado e os moradores, na sequência fílmica, são personagens que também se espantam, que também se apagam, que pedem socorro e que morrem junto com cada ruína do que foi tombado na cidade, pois estão assujeitados ao discurso de tombamento propagado pelo

---

<sup>43</sup> Acervo Pessoal. Imóvel nº432.

IPHAN, embora o próprio estado de preservação dos arquivos/monumentos mostrem a impossibilidade de resgatar.

No filme que se desenrola na parede do casarão, o ator/patrimônio e o morador/personagem colocam-se como metáforas do processo de tombamento do centro histórico da cidade, pois o efeito produzido é o de comparação com os encaminhamentos que são dados ao tombamento, assim, a cena fílmica produz o efeito de denunciar, de questionar, de resistir aos sentidos outros no processo de significação da identidade do/para o sujeito que habita nesse lugar.

O que resiste é posto em cena pela metáfora construída como um filme, ou seja, é o expectador que olha para a ruína, que “assiste” o que ela diz e descobre o enredo que ali se projeta: as ruínas tombadas são histórias de uma memória que já não guardam as mesmas lembranças, memórias que vão sendo silenciadas, apagadas por aqueles que não querem vê-las preservadas: o poder público, o dono do imóvel, o migrante que veio plantar o progresso e o desenvolvimento da cidade.

Na sequência de imagens nas paredes do casarão, vemos o morador de Cáceres-MT resistindo à destruição, à morte do patrimônio, contudo, ele resiste falando de dentro da própria lei de tombamento, uma vez que é ela que instala os sentidos de preservação e de manutenção da história do lugar. Nessa direção, os sujeitos que dizem, formulam, reivindicam, resistem, falam, valendo-se da Lei do tombamento, contra aqueles para os quais a história local tem pouco ou nenhum significado.

Desse modo, o prédio/morador, ao pedir pelo salvamento, pode estar pedindo, para além da ideia imobilizadora do resgate de uma história e de uma memória, para não deixá-lo arruinar-se, para salvá-lo de tornar-se uma ruína, pois o tombamento, tal como é pensado pelo poder público, funciona de modo a museificar o patrimônio tombado e a cristalizar a história, apagando dela os sujeitos e as suas demandas atuais. Vemos, pois, nesses gestos de tombamento o funcionamento de uma imobilização do sujeito e do sentido na cidade, pois se tratam de modos sutis de tornar ruínas, pelos sentidos de resgate e de preservação, a arquitetura tombada, os sentidos e os sujeitos na cidade.

O que a cena materializa, então, são sentidos contraditórios e em litígio na cidade entre aqueles que inscrevem o seu dizer no discurso jurídico das políticas de preservação e que, portanto, defendem a manutenção do patrimônio, e aqueles para os quais a história local não se constitui como referência identitária. Entre essas posições marcadas há, contudo, posições intermediárias que tanto defendem a adequação (alteração) dos prédios às demandas atuais, quanto àqueles que querem vê-los ruir por

um funcionamento de inadequação, de inapropriação aos imperativos do momento, demandando uma cidade museificada, como se, através dela, se pudesse resgatar um dado momento com sua história e com seus sujeitos.

A condição dos casarios tombados em Cáceres-MT fez com que o jornal *Olhar Direto* publicasse a matéria intitulada *Descaso com imóveis tombados pelo patrimônio histórico ameaça segurança de cidadãos em Cáceres*, assim, destacamos nela o comentário de um morador, identificado como M.:

**É triste ouvir falar patrimônio histórico! Isso traz desvalorização do imóvel, aí o que os proprietários fazem? Destelha o casarão, e deixa que o tempo, sol, chuva e sereno incumbam de fazer o resto, [...] Estão errados? Não sei, mas com certeza está muito melhor e seguro do que os paredões que vão desabar a qualquer momento [...] ninguém assume nada, os herdeiros já estão na terceira, quarta geração e não se interessam por uma propriedade tombada [...].**

O que o morador coloca em funcionamento pelo seu dizer é uma realidade vivenciada em Cáceres-MT, pois o centro histórico, tombado em 2010, não sofreu nenhuma intervenção direta pelo poder público, assim, os donos dos imóveis tomados, situados na parte central da cidade, preferem destruir as suas partes internas (destelham, destroem paredes e piso etc.), mantendo apenas a fachada (para não se colocarem ao arrepio da lei de tombamento do IPHAN), que, sem sustentação, pode cair a qualquer momento, para usarem o espaço com construções mais modernas e que atendam ao apelo comercial da cidade.

Dessa maneira, a matéria (notícia) e o morador denunciam uma **desvalorização do imóvel**, que não é dada pelo tombamento, que, ao contrário, o valoriza, mas, pelas ações/inércia dos poderes públicos instituídos no país. Desse modo, o tombamento, que se institui pelo discurso da preservação, em Cáceres-MT ganha o sentido de descuido, de abandono, de desvalorização e de destruição dos imóveis históricos, pois ao dar voz aos sujeitos, o que se coloca em funcionamento é uma resistência em relação a própria forma de sua significação na cidade. Ou melhor, como a cidade e seu centro histórico, passa a significar o sujeito que a habita.

Novamente vemos funcionar o embate posto em circulação pelos modos de os moradores se identificarem com a Lei de preservação. O morador que denuncia ou é um cacerense, um nativo ou está atravessado pelos sentidos que o institui, pois fala contra os modos como os casarões tombados estão sendo destruídos: **destelha e deixa que o**

**tempo, sol, chuva e sereno incumbam de fazer o resto.** Do mesmo modo, ao dizer que os **herdeiros já estão na terceira, quarta geração e não se interessam por uma propriedade tombada**, o morador marca seu lugar de identificação, pois são poucas as famílias genuinamente cacerenses que mantêm imóveis no centro histórico da cidade, ou seja, os imóveis foram comprados, em sua maioria, pelo migrante.

No processo de perda dos casarões e, portanto, da história e da memória local, não é o migrante que perde dado que ele não guarda relações com essa história/memória, pois os casarões do centro histórico estão, em sua maioria, nas mãos do migrante, assim, o investimento no comércio, no progresso, no desenvolvimento da cidade são as motivações que os instituíram no lugar. Então, perguntamo-nos se há, por parte dos atuais donos da maior parte dos casarões do centro histórico, qualquer desejo de preservação, de tombamento? E mais: tombar o que? Resgatar que memória? Que história?

A desvalorização, portanto, não é só da estrutura física dos prédios históricos, mas é também – tanto pelos proprietários dos imóveis particulares que querem lucros imediatos quanto pelo poder público local que abandona seus imóveis – da memória do povo cacerense, da história de instituição da cidade e dos seus moradores, produzindo, como efeito, uma falta de orgulho e de amor para com o arquivo histórico da cidade, como se fosse a cidade que resistisse à preservação de seu patrimônio. Assim, nessa direção, observamos que há uma resistência do morador em relação ao tombamento; aquele que em nome da lei reivindica seus direitos institucionais; aqueles que não fazem funcionar a lei e; os que resistem à mudança, a concretização de outros sentidos atribuídos ao morador pelo que se lê nas suas edificações não preservadas ou em ruínas.

Contudo, são os órgãos competentes em preservação de patrimônios tombados que falham, que não funcionam, assim, tudo é permitido, tanto para os donos de prédios tombados que promovem a sua destruição quanto para a Prefeitura que deixa que prédios históricos sejam queimados, como veremos a seguir. Ou seja, as leis que organizam a memória e a história das cidades são silenciadas, em Cáceres-MT.

Nessa direção, o embate discursivo divergente que se materializa na cidade sobre o que é preservado, sobre o que resiste à preservação, marca esse lugar e seus sujeitos, que se identificam com seus arquivos/monumentos. Assim, o sujeito ao questionar o tombamento, faz parte dele, fala de dentro dele, ou seja, o que o identifica enquanto sujeito desse lugar é falar contra a lei, de dentro dela. Portanto, a cidade e os sujeitos se materializam como um arquivo que está em constante mudança, pois os

sujeitos tanto falam contra a lei de preservação que não funciona quanto falam em nome do progresso do lugar, instalando uma constante movência de sentidos nos processos de identificação.

Vejamos o que diz, na mesma entrevista, a chefe da Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Cáceres:

[...] sozinha se sente impotente. [...] responsabiliza os proprietários pela situação dos imóveis, argumenta que **é inconstitucional a prefeitura intervir em uma propriedade privada e transfere à população a responsabilidade pela solução do problema**. [...] os titulares dos imóveis tombados são irresponsáveis, pois não “regularizam” o bem. [...] que façam manutenções periódicas [...] que façam pelo menos a limpeza, como tirar lixo, capinar, e/ou que aluguem o prédio. [...] abandonam-os fechados, sem manutenção ou limpeza, acusando que o tombamento desvalorizou o imóvel (Jornal *Olhar Direto*, reportagem do dia 22/11/2015).

O discurso institucional (o Chefe de Divisão) desresponsabiliza a Prefeitura para responsabilizar totalmente os proprietários de imóveis tombados. Contudo, nos perguntamos sobre os prédios públicos do município, que foram tombados e que estão/são abandonados, que também servem de abrigo para o consumo de drogas e para ações que os coloquem em risco, como é o caso do prédio da antiga Prefeitura Municipal, frente à Rua General Osório, que foi incendiado.

Na mesma direção, o Jornal *Olhar Direto* questiona/contrapõe aos argumentos da chefe da Divisão ao trazer para a discussão a **Lei Estadual 9107**, de 31 de março de 2009, que afirma que, “[...] não havendo providências por parte do proprietário dos imóveis [como é o caso], a prefeitura pode intervir junto a Secretaria de Estado de Cultura (SEC)”. Observemos o que diz a lei:

**Art. 12 § 2º** A SEC providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa, quando o abandono for feito de má fé ou com intenção de causar danos irreparáveis ao bem.

**§ 3º** Caso ocorram urgência ou conveniência na realização de obras de conservação, reparação ou restauração em proveito da coisa tombada, a SEC poderá empreendê-las independentemente da comunicação a que alude o caput e o §1º desta lei.

**Art. 13.** Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente da SEC, que poderá inspecioná-los sempre que julgue conveniente, sem obstáculos dos respectivos proprietários, responsáveis ou ocupantes, sob pena de multa correspondente a 100 (cem) UPF/MT.

Como podemos ver, o argumento da Chefe não se sustenta, pois, para além da Lei estadual, há ainda o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que, ainda vigente, atribui responsabilidade ao IPHAN, mesmo que tenha que usar recursos da União:

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

**Art. 20.** As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dôbro em caso de reincidência.

O que se coloca em formulação, pelo dizer da representante municipal e pelas leis de preservação do patrimônio público, é que há um processo de desresponsabilização em curso, que produz uma (des)ordem entre os poderes, no que concerne à responsabilidade pela preservação. Assim, nesse jogo de responsabilização/desresponsabilização, os poderes não assumem cada qual sua responsabilidade, atribuindo-a uns aos outros. É esse funcionamento pouco claro de determinar a quem cabe a responsabilidade e as consequências para quem não a cumprir, que sustenta o dizer da representante municipal ao determinar, aos proprietários dos imóveis tombados, toda a responsabilidade pelo seu processo de destruição.

As falas cotidianas sobre as condutas e as formas de organização da/na cidade colocam-se de modo difuso, genérico, assim, esses modos de significação dos espaços significam também os sujeitos, que não sabem a quem recorrer ou como resistir ao processo de destruição da sua história/identidade, pois, tal processo se faz de forma silenciosa, sem nome, sem responsável direto para responder aos desmandos. Assim, a história do sujeito se confunde com a história da cidade, uma vez que sujeito e espaço estão intrinsecamente ligados. Nessa direção, as significações, que se dão a partir dessas “falas desorganizadas” (ORLANDI, 2008), nesses lugares que instalam/falam dos sujeitos, ao mesmo tempo em que os silenciam, vemos os modos de funcionamento das

leis no Brasil que, no caso da preservação do patrimônio público, associa três poderes para que a responsabilidade não seja assumida por nenhum.

Orlandi (2008, p.193), ao dizer sobre o processo de formular, dá a medida do seu funcionamento da cidade:

Formular é textualizar palavras, é dar corpo aos sentidos. No caso do discurso urbano, é essencial acentuar o processo de formulação, de seu modo de aparição pública, de sua circulação, de sua manifestação social concreta. Trata-se de compreender como os discursos se textualizam neste espaço de interpretação particular que é a cidade.

Nessa direção, na tentativa de compreender essa forma de significação do sujeito e da cidade, Orlandi (*idem*, p.187) afirma que, “[...] à busca de sentido, o sujeito se desorganiza”, pois “[...] o sujeito é parte do acontecimento do significante”. Nessa direção, “[...] o propósito é pensar como cidade faz sentido no sujeito, como ela se diz nele, como o sujeito se constitui enquanto posição-sujeito urbano e como ele significa (se significa) na cidade” (*idem*, p. 187).

Trazemos também para a discussão dos sentidos de preservação, postos pelo poder público em Cáceres-MT, a sede da antiga Prefeitura Municipal, um prédio localizado à Rua General Osório, de competência poder público:



Figura 13<sup>44</sup>

<sup>44</sup> Prédio da antiga prefeitura de Cáceres-MT. Foto de Celso Antunes, *Jornal Oeste* (09/09/2015).

O prédio, também em estilo neoclássico, foi edificado em 1929 com o propósito de ser a Prefeitura Municipal da cidade e, assim, foi durante um longo período, depois passou a ser a Câmara Municipal, o Arquivo Municipal, a Biblioteca Municipal e, nos últimos tempos, estava fechado para reforma.

Essa reforma tinha o propósito de restauração do prédio que, após sua conclusão, voltaria a abrigar a Biblioteca Municipal, enquanto parte do acervo/arquivo arquitetônico do centro histórico da cidade, uma vez que havia sido tombado pelo IPHAN, em 2010. Contudo, uma notícia veiculada pelo *Jornal Oeste* informa que a administração local perdeu os recursos para a reforma do prédio por não conseguir elaborar um projeto que atendesse às exigências do IPHAN. Assim, segundo a matéria do jornal, foram perdidas as verbas destinadas à reforma, da ordem de “[...] R\$ 750 mil reais liberados pelo Governo Federal e R\$ 180 mil reais do Governo do Estado”.

Em razão do descaso, da negligência, o prédio não foi reformado e passou a ser frequentado por usuários de *crack*<sup>45</sup>, por moradores de rua, até que no dia 07 de outubro de 2015, um dia depois do aniversário de 237 anos da cidade, um incêndio fez do imponente prédio mais uma “ruína tombada”:



Figura 14 <sup>46</sup>

<sup>45</sup> O *crack* é uma forma não salgada da cocaína isolada numa solução de água, que passa por um tratamento de sal, dissolvido em água com bicarbonato de sódio. É considerada a droga menos onerosa do mercado, mas a mais nefasta, pois, por ser fumada em cachimbos, causa uma imediata dependência física.

<sup>46</sup> O incêndio. Foto do *Jornal Correio Cacerense*.



Figura 15 <sup>47</sup>

Hoje, a imagem desoladora da edificação em ruína e abandono se materializa como um acontecimento discursivo, que põe em visibilidade a inoperância dos poderes instituídos no país, pois falha a Prefeitura e o Estado, pela incompetência na elaboração do projeto, mas falha também o órgão federal (o IPHAN), que parece não dar as orientações necessárias à elaboração do referido projeto. Nessa direção, falha o morador que tenta preservar, falha a lei que não se cumpre, e é por meio dessas falhas, dessas inoperâncias que a cidade se significa e significa os sujeitos, marcando-os como constituídos por esses ritos, essas falhas, esse acontecimento discursivo.

Por acontecimento discursivo compreendemos, com Orlandi (2002), que o mesmo se dá sempre que a língua se atualiza na história, assim, é na relação da língua com a exterioridade que a constitui que o acontecimento discursivo se instala. Trata-se, pois, do processo de atualização dos discursos, ou seja, no momento em que a língua é tocada pela exterioridade, por um fora que fala dentro.

Esse acontecimento discursivo, que também causou dor e indignação nos moradores, produziu, como consequência, vários comentários nas redes sociais. Trazemos, então, dois desses comentários para mostrarmos a lamentação dos moradores pela perda histórica e identitária que o incêndio produziu:

---

<sup>47</sup> A destruição. Fotografia do interior da antiga Câmara Municipal. Foto: Arquivo/Assessoria – Câmara Municipal de Cáceres-MT.

É muito triste ver esse prédio histórico de Cáceres sendo consumido pelo fogo, um dia depois do aniversário de 237 anos da cidade. Fogo alimentado, em muito, pelo fole famigerado da negligência do poder público. Queimou uma parte da memória da cidade. Que belo presente para todos nós!!!!

 Curtir  Comentar  Compartilhar

Comentário 1

aos envolvidos em fotos egos sorrisos negligencias e pirotecnias de incompetência. Confesso, as coisas para uma gestão integrada foram ditas em alto e bom tom em duas audiências públicas, e quem ouviu?? e quem fez o que??  
que absurdo. Quem puder olhar e fazer por Cáceres e fazer algo pelo seu patrimônio por favor, apareça...

[Exibir anexo](#)

 Compartilhar

Comentário 2

Pelo primeiro comentário, vemos funcionar uma memória histórica do prédio, que se associa ao aniversário de 237 anos da cidade, produzindo o efeito de que a cidade e o prédio têm uma história em comum, ou seja, a história do prédio está associada à história da cidade, pois ambas são *um*. Do mesmo modo, vemos funcionar, através da metáfora do **fole famigerado**, uma forma de denúncia à negligência do poder público, que, coloca em funcionamento o sentido pejorativo da palavra famigerado: algo tristemente afamado, como é o poder público em Cáceres, que alimenta o fogo da negligência, da omissão, do descaso.

O segundo comentário, do mesmo modo que o primeiro, escreve ao poder público local que são **os envolvidos em fotos, egos, sorrisos, negligência e pirotecnias de incompetência**. A denúncia parece ser produzida por alguém que, por ser engajado e militante nas questões do patrimônio público, disse, **em alto e bom tom nas audiências públicas**, como deveria acontecer os cuidados para com o patrimônio, ou seja, através de uma **gestão integrada**, contudo, denuncia também a inaudibilidade da sua voz, da

voz do morador, da voz de alguém preocupado com os destinos do patrimônio tombado: **quem ouviu?? E quem fez o quê??** O denunciante manifesta ainda a sua indignação: **que absurdo**, ao mesmo tempo que convoca alguém, que não seja ele mesmo, alguém que puder fazer alguma coisa pelo patrimônio a aparecer: **quem puder olhar e fazer por Cáceres e fazer algo pelo seu patrimônio, por favor, apareça....** Ou seja, novamente a história da cidade e a história do prédio são tomadas como uma só, assim, ao convocar aquele que **puder olhar e fazer** algo pelo patrimônio, o autor da postagem pede também pela cidade. Esse alguém inominado, que o autor pede para **olhar e fazer**, não é o poder público, uma vez que este se ocupa de fotos, de egos, de sorrisos, de negligência e de pirotecnias de incompetência, e nem ele próprio, que já disse em alto e bom tom em audiências públicas, mas que não foi ouvido e, então, que nada foi feito em relação às suas sugestões de gestão integrada.

Em síntese, são modos de dizer que se repetem, que funcionam como paráfrases, mas que também instituem o novo, o diferente, o sentido outro, marcando as posições que sustentam o dizer. No primeiro dizer, temos uma responsabilização do poder público, colocada na forma de um lamento pelo que a cidade perde – a história. No segundo, temos a voz que fala contra a inoperância poder público, reivindicando alguém que faça algo pela preservação do patrimônio. São, então, dois discursos que cobram diferentemente a ação do poder público.

Como vemos, os dois comentários, a exemplo de milhares de outros, denunciam e responsabilizam o poder público local pela omissão, pelo abandono e pelo descaso com o patrimônio tombado e, portanto, para com a história de Cáceres-MT e de seus moradores. Contudo, pensar no imaginário de resgate, tanto pelo poder público quanto dos que o denunciam, produz uma inércia, uma imobilidade que engessa os sentidos das construções. A questão, então, é pensar como fazer a história urbana significar no presente, com as injunções da contemporaneidade.

### **3.2 – A preservação/descharacterização do centro histórico de Cáceres-MT: o outro lado da moeda**

Sabemos que o centro histórico da cidade de Cáceres-MT deveria ser protegido pelo poder público por ser um patrimônio tombado. Contudo, através da materialidade em análise, vimos compreendendo que o sentido de tomar, na cidade, comunga com a segunda acepção dicionarizada, ou seja, significa cair, ruir, pois o tombamento, ocorrido

em 2010, até o momento, não significou proteção e cuidados no sentido do “arquivamento” da memória do morador local, ao contrário, prédios foram impedidos de qualquer mudança, em nome de uma preservação que não chegou.

Esse funcionamento produziu/produz efeitos que dizem a um dado morador da cidade, que quer ver a sua “história”, a sua “identidade” preservada, mas não diz ao morador que altera as fachadas dos prédios tombados, em nome do comércio, ou que deixa o prédio tombado ruir para poder, finalmente, construir em seu lugar algo moderno, funcional e que dê retorno aos sentidos desenvolvimentistas.

Nosso propósito agora é o de fazer a escuta de edificações tombadas no centro histórico de Cáceres, que estão em pleno uso, pelo comércio local, visando a compreender em que medida estes espaços atendem ao que estabelece a lei de preservação. Acreditamos, pois, que nosso gesto permitirá a análise de como as edificações, enquanto  *fatos*  que significam e são significadas para o morador local e que constituem os  *acontecimentos discursivos* , permitem compreender como a cidade se estabelece enquanto patrimônio histórico do Brasil, marcando, pelo eixo da significação, os processos de (des)identificação dos moradores.

Primeiramente, tomaremos o  *fato*  histórico enquanto material de análise, a fim de ver, pela concepção de história que a Análise de Discurso conforma, o que se coloca em formulação, portanto, parece-nos necessário a distinção entre  *dado*  e  *fato* .

Segundo Orlandi (2007, p. 36 - 58), o deslocamento, que se faz na linguagem, e que permite a passagem do  *dado*  para  *fato*  “[...] nos coloca no campo do acontecimento lingüístico e do funcionamento discursivo. [...] o dado tem sua organização, o fato se produz como um objeto da ordem do discurso (lingüístico-histórica)”.

Assim, para a autora

Os dados não têm memória, são os fatos que nos conduzem à memória lingüística. Nos fatos temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. Em suma, olharmos o texto como fato, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona (op. cit, p. 58).

De toda a maneira, o casario do centro histórico, restaurado, em uso ou não, circunscreve discursivamente a cidade pelo discurso das políticas de Estado, políticas

jurídicas, assim, como vimos mostrando, há imóveis tombados que se tornaram ruínas, tanto por ação dos seus donos quanto por ações de drogados<sup>48</sup> ou por acidentes elétricos.

Há, por outro lado, sem que haja nenhuma ação no sentido de coibir a destruição de prédios públicos tombados pelo IPHAN, prédios que se tornam ruínas. Assim, tomar essas ruínas em análise é tentar compreender como os sentidos de tombamento e de preservação são significados na cidade, bem como os gestos de resistência do morador local. Desse modo, o que tentamos mostrar, até aqui, foram os gestos de resistência do morador, que fala pelo prédio destruído, que se coloca no lugar das ruínas e que pede socorro pelos prédios, e, conseqüentemente, por sua história/identidade. Pelas inscrições nos prédios tombados em ruínas, vimos que o morador não se cala, que ele reivindica, que ele clama pela memória que lhe está sendo “subtraída”, pois, ao tomarmos a arquitetura, o monumento enquanto arquivo, enquanto lugar de memória, estamos, como moradores locais, falando contra a “queima do arquivo”, contra o apagamento sumário da memória e contra o fim da história.

Contudo, a questão que nos parece crucial é tentar saber qual a memória que se reivindica, pois há memórias, há histórias. Assim, a fixidez dos sentidos em torno de uma única memória (mesmo que não se saiba qual é ela) é o ponto de captura que o discurso do tombamento eficazmente instala, pois cada sujeito reivindica uma memória que lhe é própria, mas é exatamente a ideia de consenso em torno do resgate e da preservação que imobiliza, que faz cair, que torna ruína.

Não foi e nem é o nosso propósito fazer uma investigação criminal ou buscar a verdade sobre os responsáveis pelo fato de que prédios históricos tombados estão, em Cáceres-MT, sendo destruídos sem que o poder público faça coisa alguma no sentido de evitar essa destruição. No entanto, para evitar a destruição das edificações é preciso torná-las úteis, funcionais para a contemporaneidade e não fixar o sentido das construções em um passado do qual só temos versões. É necessário torná-las significativas, na atualidade, o que implica em fazer concessões, mudanças, adequações, pois, ao contrário, o patrimônio histórico se tornará uma busca incessante por uma memória *para sempre perdida*, o resgate de um passado do qual desconhecemos os sentidos e do qual podemos apenas inferir os efeitos.

---

<sup>48</sup> Conforme notícia veiculada pelo *Jornal Oeste*, a Politec está investigando as causas do incêndio, mas não se sabe ainda se o ato foi acidental ou criminoso. Contudo, as hipóteses mais prováveis caminham na direção de que tenha sido provocado, involuntariamente, por usuários de crack ou tenha sido resultado de um curto circuito nas velhas instalações do prédio. Tanto por uma ou outra hipótese, a negligência do poder público é a grande responsável pela destruição anunciada. Notícia de 07/12/2015.

Nosso objetivo, ao contrário, é colocar os materiais em análise, como é o caso dos prédios tornados ruínas, para compreender os sentidos postos em circulação e os modos como a cidade significa e é significada discursivamente por seus moradores, a partir da ideia de tombamento do seu centro histórico, enquanto uma medida de preservação/desvalorização da história de constituição da cidade e dos sujeitos que a habitam.

Tomamos, então, o casario do centro histórico como um arquivo da cidade e dos seus moradores, o que, na acepção de Foucault (1969, p. 159), implica em lê-lo a partir da regularidade dos enunciados e da descrição dos fatos que nele encontram-se arquivados. Assim, na arqueologia dos casarios, enquanto arquivos da história dos sujeitos e da cidade, buscamos

[...] definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alébrica”.

Foi com essa compreensão que olhamos para esse lugar, visando a entendê-lo como acontecimento discursivo, constituído por *formações discursivas* que engendraram/engendram o centro histórico de Cáceres-MT, pois, compreender as discursividades ali (re)produzidas e postas em circulação é compreender o seu funcionamento de reprodução/rechaço da memória, da história, da cidade e dos sujeitos.

Orlandi (1996, p. 95) reitera a constatação de Henry, de que os fatos reclamam sentidos, acrescentando-lhe a da condição de determinação da capacidade interpretativa no homem: “Se, de um lado, os fatos reclamam sentidos e, por outro o homem está condenado a significar, é esta relação entre as duas necessidades, a dos fatos e a do homem, em relação ao significar, que constitui o cerne do gesto de interpretação, e sua eficácia ideológica”.

Se o sujeito é, diante de qualquer objeto simbólico, instado a interpretar e se os fatos, postos como acontecimentos discursivos, demandam sentidos, o discurso que aí

se produz não é homogêneo, pois há diferentes gestos de leitura sobre o fato interpretado. Nessa direção, Pêcheux (1997, p. 56) afirma que o

[...] discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.

Há, portanto, uma determinação de fatos que rompem com o estabelecido (re)significando esse lugar e reestruturando a cadeia significante, que determina os sujeitos e seus gestos de interpretação da/na cidade.

Diante desses fatos, podemos dizer que a cidade de Cáceres não significa pelo seu arquivo memorável, mas sim pela forma como trata esse arquivo, pois, não há na cidade uma tentativa de arquivar sua memória, mas, ao contrário, há gestos que consolidam uma memória que funciona pela sua própria “desmemorialização”, ou seja, pelo que se apaga da memória de arquivo, um apagamento que produz como resultado uma forma cruel de arquivamento: o que se faz pelo descaso com a própria arquitetura em ruína do centro histórico da cidade. Trata-se do funcionamento jurídico pelo seu avesso. Essa história fachada<sup>49</sup>, essa história aparente, essa história falácia que faz conflitar os resquícios, os fragmentos do passado glorioso, histórico, significativo da cidade, do seu conjunto arquitetônico e dos seus moradores com os sentidos presentes em uma cidade que se mostra “sem memória”, “sem história”.

Esse movimento faz funcionar os sentidos, postos por Orlandi (1993, p. 13), acerca do *discurso fundador*, uma vez que, ao conflitar o interesse do povo brasileiro com o do colonizador,

[...] ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. [...]. O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”.

---

<sup>49</sup> A fachada é, ao mesmo tempo, um dos lados de um prédio e aquilo que apenas aparenta. Em Cáceres-MT, as fachadas de prédios históricos em ruína, são apenas fachadas, em ambos os sentidos.

Diante desse pensamento, compreendemos que a cidade de Cáceres se estabelece em um lugar de embates e de contrastes, pois, nascida como cidade fronteira, demarca, não apenas terras brasileiras, mas também aquilo que identifica/desidentifica a cidade, o seu morador, o estado e o país. Assim, ao mesmo tempo em que a cidade institui uma história brasileira, contada pelas suas construções históricas, também se distancia dela, pela (des)organização, pelo desmando, pelo descaso, colocando-se, em formulação, como um espaço que se identifica/se desidentifica com o território nacional. Essa é a ordem do discurso da/na cidade, que a conforma, ao mesmo tempo em que conforma os seus moradores.

Tomamos a noção de “ordem” para o real da cidade, com seus movimentos, sua forma histórica, como propõe Orlandi (2008, p. 186), assim como a “organização” descrita enquanto um:

[...] imaginário projetado sobre a cidade, tanto pelos seus habitantes como pelos especialistas do espaço, como urbanistas, administradores etc. que, assim, se relacionam com a cidade através desse imaginário, organizando o espaço da cidade, planejando-o, calculando-o de maneira empírica ou abstrata de acordo com seus objetivos.

Para dar sustância ao que estamos dizendo, colocamos em escuta o próprio sujeito cacerense e sua forma de significar a partir da organização da cidade enquanto uma cidade histórica tombada, pois, “[...] compreender a ordem do discurso urbano (organização) é compreender o discurso da cidade (ordem)” (ORLANDI, 2008, p. 188), pois, é pela organização da cidade de Cáceres-MT e do seu centro histórico que compreendemos esse lugar e os sujeitos que o habita:

Uma das características tradicionalmente atribuída a esse sujeito e a esse espaço é a fragmentação. Falar em uma cidade fragmentária é inscrever-se em uma formulação discursiva que desconhece o movimento como núcleos dos processos de significação da cidade e do sujeito que a habita (*idem*, p. 194).

O que se coloca em funcionamento no centro histórico da cidade são discursos fragmentários e contraditórios, como mostraremos, a partir de casarões “tombados”, utilizados pelo comércio local.

Vejamos, antes, o que prescreve o Decreto-Lei nº 25 de 1937, acerca dos imóveis tombados:

Art. 17. As coisas tombadas **não poderão**, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, **nem, sem prévia autorização especial** do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **ser reparadas, pintadas ou restauradas**, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Trouxemos, então, o Artigo do Decreto-Lei para colocar em escuta o centro histórico de Cáceres, visando a verificar, mais uma vez, os sentidos dados ao tombamento:



Figura 16<sup>50</sup>



Figura 17<sup>51</sup>

<sup>50</sup> Acervo Pessoal. Casarão situado à Rua 06 de Outubro com a Comandante Balduino, em Cáceres-MT.

<sup>51</sup> *Idem*



Figura 18<sup>52</sup>



Figura 19<sup>53</sup>



Figura 20<sup>54</sup>



Figura 21<sup>55</sup>

<sup>52</sup> Acervo Pessoal. Imóvel situado à Rua Comandante Balduino, em Cáceres-MT.

<sup>53</sup> *Idem*

<sup>54</sup> Acervo Pessoal. Imóvel situado à Rua João Pessoa, em Cáceres-MT.

<sup>55</sup> *Idem*



Figura22<sup>56</sup>

Essa sequência pretende dar visibilidade ao processo de reutilização dos casarios do centro histórico da cidade, o que é tomado por muitos moradores como um processo de descaracterização do patrimônio histórico. Contudo, uma primeira questão que nos colocamos é a de que a cidade cresce, desenvolve e cria, permanentemente, outras/novas demandas. Tomar, então, a adequação do centro histórico como descaracterização é insistir em mantê-lo no passado, é tomá-lo em uma forma de museificação que o dessignifica, que, de fato, o descaracteriza.

No funcionamento da reutilização vemos funcionar efeitos de (re)atualização dos sentidos dados pelo morador ao patrimônio tombado, uma vez que a cidade parece funcionar na direção de fazer equilibrar a manutenção do passado com as necessidades, inclusive as mercadológicas, do presente.

Por outro lado, pelo processo de descaracterização, vemos funcionar efeitos de destruição do patrimônio, uma vez que os sentidos de preservação postos pelo IPHAN parecem colocar o casario histórico em uma relação de museificação do passado, tirando das construções as características que as instituíram: constituir-se como edificações que marcam o que é da ordem do urbano.

Esses efeitos de sentido produziram, em Cáceres-MT, uma relação de litígio entre os interesses dos donos de imóveis tombados e os interesses do IPHAN. Assim, grande parte optou por deixar o imóvel ser destruído pelo tempo, pelo desuso e pela depredação natural ou provocada, o que levou à condição de ruínas uma série de prédios tombados.

---

<sup>56</sup> Acervo Pessoal. Imóvel situado à Rua Antônio Maria com a Padre Casimiro, em Cáceres-MT.

Contudo, a série de fotografias de casarios do centro histórico servindo ao comércio local, mostra uma frequente e ininterrupta descaracterização do patrimônio que passa a ser modificado para atender às demandas do mercado.

Senão vejamos, a figura 17 mostra um casarão instalado na esquina das ruas 06 de Outubro e Comandante Balduino, famoso pelo *Anjo da Boa Ventura*<sup>57</sup>. O casarão, como todos os outros da sequência de fotos, é “dividido” entre os comerciantes, que marcam, com cores berrantes e diferentes as fachadas de suas lojas, descaracterizando e poluindo visualmente o prédio. Além disso, os letreiros, as placas, os cartazes, as marquises postas nas paredes para anunciar cada estabelecimento comercial presente no prédio, contribuem enormemente para a poluição visual e ainda apaga os traços arquiteturais do prédio. Soma-se a isso as caixas de ar condicionado, os postes, as fiações, a substituição de elementos antigos por modernos (os grandes portais e janelas em madeira, foram, na maioria das vezes, substituídos por portas comerciais e de vidro, funcionando como vitrines) contribuem para “apagar” a história e os próprios casarios<sup>58</sup>.

Podemos afirmar, então, que uma parte do centro histórico tombado em Cáceres-MT funciona pela destruição, causada por proprietários e outro, de modo a constituir-se como ruínas das edificações, da história, da cidade e do morador local. A outra parte, a tomada pelo comércio, também carregando sentidos de descaracterização, se marca pelo excesso, pela poluição visual, que, com tantas informações, faz subsumir a história e a memória local, encoberta por uma profusão de cores, de escritas, de trânsito, de pessoas e de carros pelas calçadas e ruas estreitas.

O efeito que esses modos de reorganização do espaço urbano produz apaga, em certa medida, a história que a memória de fundação constituiu para a cidade. Assim, nos modos de identificação do sujeito com a cidade claudica<sup>59</sup> uma memória e uma identidade fixada pela história – a do morador nativo – e outra marcada pelos desejos de progresso de modernidade – a do morador migrante.

---

<sup>57</sup> Entre os fatos históricos relevantes do município está a visita, em 1914, do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, que, participando da Expedição Roosevelt-Rondon, encantou-se com o comércio local, principalmente a loja “Ao Anjo da Ventura”, de propriedade da firma José Dulce & Cia.

<sup>58</sup> Só temos a noção de que o conjunto de lojas está alocado em um único casarão quando temos uma visão distante ou aérea da fachada de cada edificação, pois, quando andamos pelas estreitas calçadas do centro histórico, não conseguimos ter a real descaracterização que o comércio local produziu/produz nos prédios tombados.

<sup>59</sup> Claudicar/mancar no sentido lacaniano do termo, quando formulou que “[...] Só há causa daquilo que manca” (Il n’y a de cause que de ce qui cloche!) e que Pêcheux (1995, p. 293) traduziu como “[...] Só há causa daquilo que falha” no anexo 3 do *Semântica e Discurso*.

De toda a forma, o que podemos depreender desses funcionamentos é que os processos de identificação não são fixos, uma vez que abarcam interesses distintos de diferentes posições-sujeito, assim, a história de identificação do povo cacerense se traduz por processos que são determinados pelos modos como cada morador é interpelado pela memória do dizer e de ser na cidade. Nos processos de identificação, não há, portanto, nem fidelização ao passado nem o seu apagamento absoluto.

São essas as razões que produzem os sentidos e os sujeitos na cidade, pois, tanto nos modos de escrita/inscrição dos moradores nas ruínas tombadas quanto nos dizeres que parafraseiam Gonçalves Dias, temos sentidos e temos sujeitos, portanto, temos modos distintos de identificação.

Nesses processos, tanto dizer contra a destruição causada pelo IPHAN com o gesto de tombamento, falando de dentro do discurso que o instituiu – o jurídico que o IPHAN representa –, quanto falando pela ordem do comércio, que quer expor produtos que precisam de vitrines para mostra-los, os modos de identificação não são idênticos, não são consensuais, visto que há determinações outras dizendo sobre o modo de ser e de estar na cidade.

Esse estado de descaracterização/(re)utilização é uma decorrência de um jogo de interesses que marca a formação de identidades para o morador local, que tanto pode exigir o tombamento – que efetivamente se cumpra, que haja monitoramento do patrimônio tombado, que se cumpra a Lei, que é contrário ao processo de descaracterização (marcado por interesses da modernidade, da contemporaneidade, interesses ditados pelo mercado de consumo) – quanto pode silenciá-lo – fazendo alterações silenciosas, furtivas, ilícitas coniventes nos prédios tombados, em nome do comércio, em nome do mercado, do progresso e da modernidade/modernização da cidade.

Dito de outro modo, temos, de um lado, uma série de interesses e os modos de identificação que decorrem dela – a reivindicação da história, dos documentos, dos monumentos como manutenção do passado, pois o entendimento é o de que debaixo de cada prédio há história, há memória, há identidades, que estão sendo apagadas ou subsumidas pelo apelo mercadológico atual – e de outro, temos outros interesses – o da mudança, o da modernidade etc. e as identificações que essa posição conforma.

São posições que colocam em questão uma memória de enfrentamento, litígio, confronto entre duas ordens de moradores, o nativo e o migrante. Assim, não há como

falar em identidade, mas em processos de identificação, marcados por distintas posições-sujeito.

Podemos destacar também a fachada do prédio da Figura 20, que teve a parte superior da fachada totalmente encoberta por uma armação de zinco, assim as platibandas (com frontões) e as cimalthas (que escondem os telhados) do prédio foram escondidas, foram “apagadas”, como um efeito que se configura como uma tentativa de apagar a memória e a história do lugar, o que se deu, provavelmente, em razão de não significar, de não dizer nada para o morador atual. Essas partes altas das edificações, famosas em todo o período colonial, tinham o propósito de anunciar a condição econômica e social do morador, pois as casas que tinham eira, beira e tribeira<sup>60</sup> nas fachadas já anunciavam sua condição econômica, garantindo-lhe destaque social, cultural e prestígio religioso. Mas, quem é o morador que se identifica com isto? Quem quer manter a cidade ou quem quer mudá-la? Quem precisa ver vivo esses detalhes do centro histórico de Cáceres e quem precisa apagá-los?

Diante do que se estabelece nesse espaço, podemos dizer que as arquiteturas do centro histórico, que se carregam pelo excesso de informação, se marcam como um lugar de confronto entre os comerciantes, de confronto entre um passado e um presente, entre o antigo e o moderno, com as leis e seus apagamentos, entre um mostrar e esconder da história da cidade e de seus moradores.

Nos modos de identificação há, para uns, um funcionamento que silencia e que se dá a mostrar, pelas ruínas tombadas, pelo excesso que produz falta, pela inoperância do poder público, pelo apagamento das leis de tombamento, pelo processo de resistência do morador que lamenta, que diz, que picha, que grafita, falando não pelo tombamento, mas pela preservação da história/memória, e há também aquele que exige a mudança, que quer o “progresso”, que quer modificar a cidade e o seu centro histórico.

O que os dois lados convocam são sentidos que a memória da cidade e do Estado conformam como sendo seus, de um lado, e o quanto de descaracterização, de perda, significou as marchas, as avalanches de povos de outros estados brasileiros para as terras mato-grossenses, marcando o que falta e o que excede no centro histórico da

---

<sup>60</sup> Sem **eira nem beira** é uma expressão popular muito usada no Período Colonial, no Brasil, para se referir às pessoas muito pobres que moravam em casas que eram construídas sem uma ondulação característica que acompanhava a beirada inferior dos telhados. Quando o telhado tinha só uma ondulação dizia-se que o morador não tinha eira, se o telhado não tinha nenhuma ondulação dizia-se que o morador não tinha nem eira nem beira.

cidade, pois Cáceres-MT é marcada por uma memória de enfrentamento entre o morador migrante, o “pau rodado”<sup>61</sup>, que, para o morador nativo, se ancora, que parasita um lugar, retirando dele o seu sustento, sem guardar com ele nenhuma relação de afeto, e o saudosismo inerte e acomodado do morador nativo, pela visão do migrante.

---

<sup>61</sup> A expressão *pau rodado* tornou-se comum em todo o Mato Grosso, a partir da “Marcha para o Oeste”, quando o migrante, dado o grande fluxo migratório de povos de diferentes estados do país para as terras mato-grossenses, foi assim designado pelo morador local. Assim, se a história, a memória, a identidade de um povo e de uma cidade se apaga, todo o morador cacerense, migrante ou não, passa a ser um pau rodado em seu próprio lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas em nossa pesquisa nos levaram a entender os modos de significação do sujeito cacerense a partir da leitura de sua cidade, Cáceres-MT – monumentos, arquiteturas do centro histórico (casarões e ruínas), grafite e pichação – a fim de entender os modos de significação da cidade e de seus moradores marcando os modos de ser e estar nesse espaço citadino.

Ler discursivamente a cidade de Cáceres e entender como ela, enquanto uma cidade histórica do período colonial significa enquanto parte constitutiva do/no Brasil, e como vem se formando no decorrer da história, significando o espaço e os sujeitos que a habitam. Portando, ao dar voz aos seus monumentos e arquivos, conseguimos entender esse espaço/lugar e, assim, entender seu processo de constituição/instituição de uma identidade histórica.

Para entender os sentidos que se colocam em formulação através dos monumentos, nos aventuramos em marcar sua representação simbólica (a do monumento) – caracterizada por nós enquanto *monumental/monumentalidade* – para falar das discursividades e representação simbólica do monumento (documento) e, portando, determinando o modo de significar a/na cidade.

No primeiro capítulo desse estudo, compreendemos os sentidos monumentais instituídos ao marco do Jauru, e assim, pela ordem monumental do monumento, como a cidade de Cáceres significou/significa, ligando passado e presente, adicionando e subtraindo pelo que se identifica e se desidentifica, colocando sentidos novos e formas de estar e significar na cidade, rompendo e ligando com o passado memorável e, ao mesmo tempo, instituindo sentidos outros através dos embates nos modos de significar/significação.

Na mesma direção colocamos em análise, no segundo capítulo, os *lugares de memórias e ícones* que, de algum modo, passaram a representar a cidade em sua constituição identitária. Podemos compreender que a cidade de Cáceres se estabelece enquanto um lugar que faz ouvir muitas vozes ao lê-la, determinando um modo singular de significar em território nacional, pelo que se desidentifica em relação às discursividades da identidade brasileira.

Essa constituição, instituição e condição histórica, determinam o modo de significar e significação de uma identidade cacerense, estabelecida a partir de discursos fragmentários vinculados a várias formações discursivos; como o Brasil colônia, os

heroicos e desbravadores bandeirantes, a independência do Brasil e a constituição da língua nacional brasileira a partir do século XX segundo a proposta modernista e, entre muitas outras, como a cultura indígena local, a fronteira de terras luzas e castelhanas, a Marcha para o Oeste a partir da terceira década do século XX, assim como o processo de comercialização e industrialização do município.

É diante dessas condições de produção que olhamos para a cidade de Cáceres, pois ler seus lugares de memória, assim como seus ícones de representação memorial, é ler o arquivo enquanto documento, é ver os seus modos de constituição, e assim compreender por que a cidade significa como significa.

O material nos permitiu lê-los de forma *sincrônica* e *diacrônica*, sendo que, compreender a identidade de Cáceres diacronicamente é ver como o seu terreno constitutivo se vincula as discursividades, as formações discursivas, para significar o lugar sincronicamente, sendo a leitura deste, uma forma que se desidentifica de sua própria constituição, pois no jogo e ato de construir, instituir, repetir, há sempre a instauração do novo, do diferente, do estranho, levando o objeto (o documento) a não significar mais como antes, mas como um outro.

A partir dessa compreensão, segundo o modo de (des)identificar e significar a cidade, adentramo-nos ao terceiro capítulo para ler o centro histórico da cidade de Cáceres-MT enquanto patrimônio tombado e, a partir de leis de preservação, diante do descaso e negligência do poder público na cidade em relação ao patrimônio, colocar esse espaço/local em questão. Contudo, salientamos que o *descaso* abordado por nós não se trata de um julgamento moral, mas é uma decorrência direta da primazia da ideia de resgate, que fixa um sentido inatingível para esse lugar de memória e assim imobiliza suas significações presentes e futuras.

Nossas análises levaram a entender esse espaço enquanto resistência, lugar de seus embates discursivos, de silenciamento, subtração e substituição de uma memória instituída, a partir do patrimônio histórico não preservado, em ruína e descaracterizado.

Observamos que a cidade de Cáceres se institui em um lugar onde o presente se confunde com o passado e se institui (re)significando-a. Trata-se de um acontecimento que determina os modos de ser e estar na cidade, assim como a própria identidade que apresenta um funcionamento que, pelos acontecimentos históricos, pelos processos identitários, marca, rompe e institui o novo, (des)identificando com o Brasil. Dessa maneira, silencia-se o passado e institui-se uma identidade na poeira do velho que se

perde, que se desfaz, assim como sua arquitetura em ruína, descaracterizada, ou pelo que silencia das leis de preservação do poder público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eliana de. “Poesia: uma história das ideias linguísticas”. In DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luíza A. R. da; OLIVEIRA, Tânia P. B de (orgs). **Linguagem, história e memória: discursos em movimento**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Sistemas, ações articuladas e patrimônio: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação**. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2014.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. **Atitudes sociolingüísticas: efeitos do processo migratório**. Campinas: Pontes editores, 2007.

BORGES, Águeda Ap. C.; Arquivo e memória: Observações teóricas e analíticas em “flagrantes” na cidade. In **Linguagem e interpretação: A institucionalização dos dizeres na história**. ORG: Joelma Ap. Bressanin, Neuza Zattar, Taisir M. Karin, Ana M. Di Renzo. Editora RG. Cáceres-MT, UNEMAT, 2013. (p. 43-60).

COURTINE, Jean-Jacques. “O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”. In INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

DOSSE, F. **A história**. Bauru: Edusc, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREUD, S. (1917). “Luto e melancolia”. In **Obras Completas**. Trad. de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. V. 12.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MALUF-SOUZA, Olimpia. “Calçadas: tramas que materializam desejos inconscientes e políticos nas cidades”. In **Anais do SEAD – UFPER**. Recife-PE, 2015.

Marx, Karl & ENGELS, Friedrich. “Manifesto do partido comunista”. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982.

MENDES, Natalino Ferreira. **Cáceres: origem, evolução e presença da força armada**. In Cuiabá, diário oficial – suplemento de cultura, 1992.

MOREIRA RODRIGUES, C. “Cidade, monumentalidade e poder”. In **GEOgraphia**, América do Norte, 3, set. 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. “Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória”. In **Entremeios: Revista de estudos do discurso**. v.1, n.1, jul/2010.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP. Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. (org). “Vão surgindo os sentidos”. In **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993, p.11-26.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**. Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas, SP. Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista!** Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. In **Cadernos de Estudos Linguísticos**. UNICAMP: Campinas-SP, 1990.

\_\_\_\_\_. “A Análise de Discurso: três épocas”. In GADET, F.; HACK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. “Ler o arquivo hoje”. In ORLANDI, E. **Gestos de Leitura**. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SANT’ANNA, Affonso Romano. **Drummond**: o gauche no tempo. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1972.

SAUSURRE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1995.

SOUZA, Tânia C. C. de. “A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação”. In **Rua** (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp) n ° 7 NUDECRI – Campinas, SP: Unicamp, março 2001.

## WEBGRAFIA

ANTIDROGAS – CRACK. Disponível em <http://www.antidrogas.com.br/crack.php>. Acesso em 07/01/2015.

ATA DA 66ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, de 09 e 10 de dezembro de 2010. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010\\_04\\_66a\\_reuniao\\_ordinaria\\_09\\_de\\_dezembro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010_04_66a_reuniao_ordinaria_09_de_dezembro.pdf). Acesso em 22/10/2015.

BLOG PLATAFORMA CÁCERES. Disponível em: [http://plataformacaceres.blogspot.com.br/2014\\_04\\_01\\_archive.html](http://plataformacaceres.blogspot.com.br/2014_04_01_archive.html). Acesso em 06/12/2014.

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. A destruição. Fotografia do interior da antiga Câmara Municipal. Foto: Arquivo/Assessoria. Disponível em 13/10/2015: <http://www.camaracaceres.mt.gov.br/?pg=mostra/1274#.Vp2SffkrLIU>. Acesso em 14/12/2015.

DECRETO-LEI nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm). Acesso em 15/10/2015.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=tombamento>. Acesso em 05/01/2016

EL FAHL, Alana de Oliveira Freitas. “Molduras da memória, palimpsestos do tempo: uma leitura da poesia memorialística de Carlos Drummond de Andrade”. In. **Espéculo**. Revista de estudos literarios. Universidad Complutense de Madrid, 2009. Disponível em <https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero42/memdrum.html>. Acesso em 18/09/2015.

GONÇALVES DIAS. Primeiros cantos, 1847. Disponível <http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html>. Acesso em 22/12/2015.

JORNAL CORREIO CACERENSE. Foto do incêndio. Disponível em: [http://www.jornalcorreiocacerense.com.br/ver\\_noticia.php?noticia=10450](http://www.jornalcorreiocacerense.com.br/ver_noticia.php?noticia=10450). Acesso em 17/12/2015.

JORNAL OESTE. “Por falta de projetos, prefeitura de Cáceres perde recursos para reforma da antiga Câmara”, de 09/09/2015. Disponível em [http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=35454&noticia=por\\_falta\\_de\\_projetos\\_prefeitura\\_de\\_caceres\\_perde\\_recursos\\_para\\_reforma\\_da\\_antiga\\_camara](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=35454&noticia=por_falta_de_projetos_prefeitura_de_caceres_perde_recursos_para_reforma_da_antiga_camara). Acesso em 25/11/2015.

\_\_\_\_\_. Parecer da POLITEC, de 07/12/2015. Disponível em [http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=36379&noticia=incendio\\_que\\_destruiu\\_predio\\_da\\_antiga\\_camara\\_foi\\_acao\\_humana\\_diz\\_pericia#prettyPhoto](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=36379&noticia=incendio_que_destruiu_predio_da_antiga_camara_foi_acao_humana_diz_pericia#prettyPhoto). Acesso em 14/12/2015.

JORNAL OLHAR DIRETO. *Descaso com imóveis tombados pelo patrimônio histórico de Cáceres ameaça segurança de cidadãos*, de 22/11/2015. Disponível em [http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Descaso\\_com\\_imoveis\\_tombados\\_pelo\\_patrimonio\\_historico\\_de\\_Caceres\\_ameaca\\_seguranca\\_de\\_cidadaos&id=411043](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Descaso_com_imoveis_tombados_pelo_patrimonio_historico_de_Caceres_ameaca_seguranca_de_cidadaos&id=411043). Acesso em 14/12/2015.

LAGAZZY, Suzy. “Linha de Passe: a materialidade significativa em análise”. In. **Revista Rua**. Campinas. Número 16. Volume 2, Novembro 2010. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/10-16-2.pdf>. Acesso em 29/02/2016.

OLHAR DIRETO. – Jornal *online*. Disponível em <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=411043>. Acesso em 14/12/ 2015.

PLATAFORMA CÁCERES. *Marco do Jauru e Catedral de Cáceres*. Disponível em [http://plataformacaceres.blogspot.com.br/2014\\_04\\_01\\_archive.html](http://plataformacaceres.blogspot.com.br/2014_04_01_archive.html). Acesso em 14/06/2015.

SIGNIFICADOS – EIRA. Disponível em <http://www.significados.com.br/eira>. Acesso em 21/12/2015.

TERRA MATRIS DEI. “15 paródias e/ou versões do poema “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias”. In Blog do Jeff Rossi, 2015. Disponível em <http://blogdojeffrossi.blogspot.com.br/2015/02/15-parodias-eou-versoes-do-poema-cancao.html>. Acesso em 26/12/2015.

WIKIPEDIA. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1ceres\\_\(Mato\\_Grosso\)#Tipologia\\_Colonial](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1ceres_(Mato_Grosso)#Tipologia_Colonial). Acesso em 04/01/2016.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO – *online*. Disponível em <http://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>. Acesso 04/01/2016.

## **ANEXO I – Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.**

Prosseguindo, o Presidente passou a tratar da proposta de tombamento do **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres**, no Estado de Mato Grosso, contida no Processo nº 1.542-T-07 (Processo nº 01450.003851/2007-53). Inicialmente, o Presidente solicitou que a projeção de imagens fosse acompanhada das explicações do Diretor do DEPAM, arquiteto Dalmo Vieira Filho, transcritas a seguir: “Selecionamos uma série de imagens mostrando a posição geográfica do Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 13 Município de Cáceres. O núcleo da cidade foi estabelecido em quadrícula, junto ao rio Paraguai, na extremidade oeste da divisa do Brasil com a Bolívia, no século XVIII. Da planta projetada, reproduzida de estudo do Conselheiro Nestor Goulart Reis, consta a praça da vila, origem da quadrícula que se estendeu na cidade. Nas imagens atuais do contexto geográfico em que se insere a cidade, o rio é o fator determinante. Os edifícios, térreos ou com dois pavimentos, possibilitam a interação com a paisagem do Pantanal. Além da estrutura urbana, rigidamente em quadrícula, deve ser destacada a ocorrência de edifícios antigos, de valor cultural, que documentam a trajetória histórica da ocupação da região. A arquitetura é predominantemente do princípio do século XX. O conjunto se caracteriza pela preservação absoluta da rede urbana e pela ocorrência de um número considerável de imóveis. A área proposta para o tombamento envolve a praça, o núcleo original da cidade, alcança as margens do Rio Paraguai e protege a relação com a paisagem fluvial.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, Relator da matéria, para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: “**Processo nº 1.542-T-07 (01459.003851/2007-53) Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres.1.INTRODUÇÃO.** A cidade de Cáceres foi fundada, em 6 de outubro de 1778, pelo Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, por ordem do Capitão- General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, quarto Governador de Mato Grosso, com o nome de Vila Maria do Paraguai. Em 1779, passou a denominar-se São Luiz do Paraguai; em 30 de maio de 1874, foi elevada à categoria de município, com o nome de São Luiz de Cáceres e, em 1938, passou a chamar-se Cáceres. Localiza-se no Sudoeste de Mato Grosso à margem direita do rio Paraguai, na fronteira com a Bolívia. Na época de sua fundação, ocupava uma posição estratégica, a meio caminho de Cuiabá e da Vila Bela da Santíssima Trindade. Na verdade, Vila Maria do Paraguai absorveu o Distrito do Paraguai, pequeno núcleo populacional, já existente no local, que vivia em torno de um Registro que objetivava contabilizar o ouro proveniente de Vila Bela da Santíssima Trindade. O advento de Cáceres ou Vila Maria do Paraguai resultava da política de Portugal de ocupar o território da grande região do Pantanal de modo a garantir o posse do terreno em áreas conquistadas no território espanhol. O vazio demográfico dessa região estimulava a atração e a fixação de indígenas, mesmo aqueles denominados “índios castelhanos”, provenientes das Missões Castelhanas do Coração de Jesus e São João da Província de Chiquitos. Além dessa motivação inicial, a nova cidade facilitava a comunicação e o comércio com Cuiabá e se constituiu, com o tempo, em entreposto entre Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila de Cuiabá. Portanto, Cáceres ocupava um relevante papel, no quadro das medidas estratégicas de Portugal para região. Aos Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 14 poucos, Cáceres foi assumindo o papel de centro pecuário, atividade econômica que rivalizava com a extração do ouro. No entanto, a Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870, desestruturou a atividade pecuária, que se recuperou após 1875 e progrediu até 1920, quando se evidenciou a sua vocação de importante porto fluvial, voltado

para o extrativismo, para agricultura e para a pecuária. Cáceres passou, com o tempo, a ser uma importante saída fluvial para o Pacífico, facilitando a importação e a exportação de produtos industrializados e regionais, o que estimulou o aparecimento de grandes casas comerciais, como as das famílias Dulce e Arruda. Essa exuberância econômica – Cáceres tornou-se um dos principais portos e centros econômicos da região - se refletiu na arquitetura e no traçado urbano da cidade. Casarões imponentes foram erguidos, sucessivamente, no centro urbano, constituindo-se em verdadeiro registro histórico daqueles dias gloriosos dos períodos colonial e imperial brasileiro. Nos dias que correm, esses casarões ainda demarcam o centro da cidade e se destacam pelos seus estados de conservação, constituindo um conjunto arquitetônico de diferentes estilos: colonial, art déco ou mesmo contemporâneo. Portanto, o valor histórico desse sítio é inquestionável. Ressaltem-se, também, os valores arquitetônico, urbanístico e paisagístico, evidentes no centro da cidade, pelo seu arruamento e a volumetria dos logradouros iniciais e das edificações posteriores. Como está descrito na página 56 do Anexo I, que instrui o presente processo de tombamento: “O conjunto urbano, assim representado por arquitetura de tipologia diversa, é harmonizado pela escala e volumetria parcimoniosa em que se mantiveram as edificações, bem como pela qualidade da concepção arquitetônica e da técnica construtiva, herdadas, tanto das determinações feitas por Luis de Albuquerque ainda no século XVIII por ocasião da fundação da Vila Maria, quanto da riqueza gerada, ao menos para as classes abastadas, pela navegação nas primeiras décadas do século XX”.

**2. O PROCESSO DE TOMBAMENTO.** Em 1º de dezembro de 1993, o Prefeito Municipal de Cáceres encaminhou, à 18ª SR-II do então Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, solicitação de “tombamento em nível federal de um conjunto de 42 imóveis, que constituem o Centro Histórico da cidade de Cáceres – MT”. Cumpre ressaltar que o referido conjunto está registrado no Livro de Tombo da Fundação de Cultura e Turismo do Estado do Mato Grosso, conforme publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso em 25/10/1991, ato que corresponde ao tombamento em nível estadual. Em janeiro de 1994, foi remetido, ao então IBPC, o “Inventário Cadastral do Centro Histórico de Cáceres”, com a finalidade de possibilitar a abertura de processo de tombamento. Em maio de 1994, a Coordenadora da 14ª CR/IBPC solicitou, à 18ª CR, outros dados necessários a demonstrar, com maior precisão, a área a ser tombada. Em fevereiro de 2007, a 14ª SR/IPHAN encaminhou, ao Diretor do Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 15 DEPAM /IPHAN, dossiê de propositura do tombamento de Cáceres. Em setembro de 2007, foi aberto o processo de tombamento do “Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Cidade de Cáceres”, que tomou, na série histórica, o número 1.542-T-07. A partir de dezembro de 2007 até maio de 2010, desenvolveram-se, no âmbito do IPHAN, com a participação da Coordenação e da Gerência de Proteção do DEPAM e da 14ª Superintendência Regional, um minucioso estudo e um intenso debate no sentido de trazer ao processo de tombamento análises e avaliações que permitissem uma compreensão mais profunda do tema. O aspecto que suscitou mais atenção, durante essa fase, foi o da delimitação da área a ser tombada: qual a configuração do “Centro Histórico” a ser protegido e o que, portanto, deveria ser tombado ? Esse tema ensejou diferentes propostas de abordagens: a aplicação do conceito de sítio urbano como testemunho de um processo de organização social, a ser considerado como documento histórico; a utilização da categoria sítio histórico e outras perspectivas. A análise dos documentos que constituem o Processo nº 1.542-T-07 indica um progressivo avanço no sentido de compreender e de delimitar, com precisão, o bem a ser protegido, questão que se objetivava no traçado das poligonais de tombamento e de entorno. As pesquisas realizadas, a crítica dos conceitos utilizados e as continuadas correções das propostas apresentadas permitiram chegar a uma proposição consistente, que resultou na indicação, pela Coordenadora de Proteção do DEPAM, de que o Conjunto urbanístico e paisagístico da **cidade** da Cáceres, no Estado de Mato

Grosso, deveria ser objeto de tombamento federal, com inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; indicação aprovada pelo Diretor do DEPAM, DR. Dalmo Vieira Filho. A questão, também, foi submetida à apreciação da Procuradoria Federal do IPHAN, que concluiu sobre a adequação do Processo aos preceitos legais. **3. CONCLUSÃO.** A cidade de Cáceres, fundada, com o nome de Vila Maria do Paraguai, em 1778, na margem direita do Rio Paraguai, confronta-se com a Bolívia, tendo desempenhado importante papel no processo de consolidação do território brasileiro na região do pantanal. Detém um conjunto arquitetônico, que retrata a evolução da sua história, econômica e social, nesses seus duzentos e trinta anos de existência. A configuração do seu arruamento setecentista, as edificações, de estilos diversos, mas harmonizadas pela escala e volumetria, já se encontravam como que prenunciadas no documento de sua fundação, embora seu traçado urbano fosse, ao longo do tempo, registrando os diferentes períodos de sua história de importante centro pecuário e agrícola, de pólo de extração do ouro, de porto fluvial relevante, na região pantaneira. O centro histórico, na verdade, é um registro físico da história da cidade e, além disso, possibilita o entendimento da vida cotidiana e da organização. Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 16 social, que, desde meados dos anos setecentos transcorreu em Mato Grosso. No encaminhamento do presente processo, ao justificar o valor histórico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres, a Coordenadora de Proteção, Dra. Jurema Kopke Eis Arnaut, assim se pronunciou: “pelo papel que desempenhou desde a implantação do núcleo setecentista de Vila Maria do Paraguai (primeira designação do núcleo) para a definição de fronteiras entre terras lusas e castelhanas e, mais tarde, por seu destaque na defesa da fronteira entre terras brasileiras e bolivianas, representando importante documento da história urbana do país; e no incremento da comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo rio Paraguai, com a Capitania de São Paulo”. Percepção da qual este Relator também compartilha. Mas os valores urbanístico e paisagísticos estão também presentes em Cáceres, seja pela configuração que a cidade assumiu, a partir de um termo de fundação, datado de 1778, mas resultante, também, da política portuguesa de expansão para Oeste, de forma a garantir a posse do terreno, frente os interesses espanhóis na região, seja, no caso do valor paisagístico, pela interação dos processos naturais e sociais, no qual o Rio Paraguai marca profundamente a configuração do sítio urbano. Portanto, indicamos para a inscrição, no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso. As poligonais de Tombamento e do Entorno propostas são aquelas descritas no Edital de Notificação, constantes das folhas números 243, 244 e 245 do Processo de Tombamento nº 1.542-T-07, “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres. Estado do Mato Grosso. Synésio Scofano Fernandes, Conselheiro.” O Presidente agradeceu ao Relator e deu início aos debates concedendo a palavra à Conselheira Rosina Coeli Alice Parchen para as seguintes considerações: “Minha sugestão, Senhor Presidente, é no sentido de ampliarmos a área tombada, incluindo o rio, que figura na área proposta para entorno. Considerando a sua relevância, destacada inclusive no parecer do Conselheiro Relator quando registra a interação dos processos naturais e sociais, no qual o rio Paraguai marca profundamente a configuração do sítio urbano, acredito que seria uma forma de proteção paisagística oportuna, na minha concepção.” O Presidente, após consultar o Superintendente do IPHAN em Mato Grosso e o Diretor do DEPAM, colocou em votação a proposta da Conselheira Rosina Parchen, aprovada por todos os membros do Conselho. Foi também esclarecido que a área em questão não tem fronteira com a Bolívia. Respondendo indagação do Conselheiro José Liberal de Castro, o Diretor do DEPAM informou que, em linhas gerais, a poligonal de tombamento corresponde ao traçado original da cidade. Esclareceu,

ainda, que se baseou em documentos pesquisados pelo Conselheiro Nestor Goulart Reis. O Conselheiro Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 17 José Liberal tomou a palavra para fazer um elogio a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, uma grande figura que considerou pouco reconhecida. O Conselheiro Arno Wehling pediu a palavra para os seguintes comentários: “Querida acrescentar à fala do Conselheiro Liberal a informação da existência de um grande estudo de Gilberto Freyre sobre Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Há alguns trabalhos portugueses sobre ele, mas acho que, ainda agora, o grande trabalho, a grande biografia, diferente do tipo de trabalho normal do Gilberto Freyre, é a biografia dele sobre Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Embora os historiadores não devam trabalhar com cenas da história, vou fazer um pequeno exercício contrafactual, que é a maneira elegante de se defender, e dizer que, na ausência de Cáceres, na ausência de sua política, que foi uma grande política pública, como chamaríamos hoje essa afirmação das fronteiras em região muito frágil na ótica luso-brasileira, muito perto das Missões dos Chiquitos, que em vários momentos o Vice-Rei de Lima pretendeu anexar, eu diria que poderíamos ter a fronteira muito recuada na parte norte de Mato Grosso.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho tomou a palavra para as seguintes observações: “Existe a Casa de Cáceres, a família Albuquerque, em Portugal. Luiz Albuquerque continua com um acervo extraordinário. Para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para o Conselheiro Arno Wehling talvez seja uma pista. Porque quando publiquei meu livro no ano 2000, entrei em contato com ele. Tem documentação importantíssima, ainda hoje por publicar. Homem ilustrado, o Luiz de Albuquerque, seu antepassado. Seguindo a pista de Afonso Ávila no seminário sobre o barroco, em um daqueles belos seminários em Ouro Preto, há 20 anos, lendo um artigo de Afonso Ávila sobre as quatro casas de ópera em Minas, sai pesquisando sobre outras casas de ópera no Brasil, e encontrei dezoito delas, até o momento. Uma que me impressionou foi a casa de ópera que está assinalada nas plantas de Vila Bela da Santíssima Trindade. Voltei para as plantas que havia publicado e encontrei a casa de ópera de Vila Bela. Havia espetáculos operísticos. Naquela extraordinária distância do litoral, havia atividade cultural de alto nível. Ao passar por outros lugares, como Cuiabá, o governador já promovia, em tablados públicos, espetáculos de ópera. Era um homem refinado, que desenhava. Deixou uma documentação importante. Essa é apenas uma das faces da história de Luiz de Albuquerque.” O Presidente agradeceu e, não havendo outras manifestações, colocou em votação a proposta de tombamento contida no Processo nº 1.542- T-07, e a sugestão da Conselheira Rosina Parchen de ampliação da poligonal de tombamento para incluir o Rio Paraguai, acolhidas por todos os Conselheiros, ficando tombado, por unanimidade, **o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres**, no Estado do Mato Grosso, devendo ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 18 Etnográfico e Paisagístico, e no Livro do Tombo Histórico. Ficou também aprovada a delimitação do entorno proposta, do qual foi excluído o Rio Paraguai. Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para reinício na parte da tarde. Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de dezembro de dois mil e dez, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, foram retomados os trabalhos da 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Angela Gutierrez, Arno Wehling, Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis -, Jorge Lucien München Martins – representante do Ministério das Cidades -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia – e Rosina Coeli Alice Parchen – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Marcos Vinícios Vilaça – representante da sociedade civil - , Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eduardo Góes Neves – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação – e Roberto Luiz Bortolotto – representante do Ministério do Turismo.

(Ata a 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010\\_04\\_66a\\_reuniao\\_ordinaria\\_09\\_de\\_dezembro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010_04_66a_reuniao_ordinaria_09_de_dezembro.pdf))

## ANEXO II – JORNAL OLHAR DIRETO.

Notícias / [Cidades](#)

22/11/2015 - 16:50

Descaso com imóveis tombados pelo patrimônio histórico ameaça segurança de cidadãos em Cáceres

Da Redação - Paulo Victor Fanaia Teixeira

Foto: Paulo Victor Fanaia Teixeira / Olhar Direto



Quem passa pela rua General Osório, em Cáceres (a 250 km de Cuiabá), se depara com a mensagem impressa em um imóvel. “Patrimônio tombado por cupins”, denunciando a situação dos prédios históricos da cidade. A maioria, em flagrante abandono, está desabando a conta gotas, alguns estão até se transformando em ponto de drogas.

**Leia mais:**

**[Cuiabanos voltam a reclamar de infrações e reacendem polêmica sobre 'indústria da multa'](#)**

Uma das denúncias parte dos moradores da rua 6 de Outubro, no centro da cidade. Eles denunciam o prédio n. 432, na esquina da mesma rua. O imóvel, construído em 1934, hoje representa uma grave ameaça à segurança de quem transita. O local, que já foi sede de banco, loja e casa de família, amarga, há quase uma década, um abandono completo. Seu interior já afundou, o teto cedeu, no chão há muito mato, insetos, lixo orgânico e roupas íntimas. Árvores se camuflam entre paredes sujas e pixadas. Um verdadeiro cenário de guerra.

Tradicional moradores, como a dona Antonieta, denunciam que suas noites têm se tornado cada vez mais inseguras, pois usuários de drogas estão usando o local como ponto. “A gente fica que não pode passar pela calçada durante o dia, pois há o risco

das telhas caírem sobre nós, e de noite, tomam o local para uso de drogas. É um absurdo essa situação”, revolta-se.

A sua vizinha, a professora Selma, também está indignada. “O que mais nos preocupa é o fato da estrutura estar desabando aos poucos, colocando em risco todas as pessoas que aqui transitam”, afirma. E denuncia. “Além das situações já mencionadas acrescentamos a proliferação de ratos, morcegos e insetos”. Diante da inércia do poder público, ela diz não saber o que fazer. “Já pedimos providências para a prefeitura, para o Ministério Público, chamamos televisão e nada foi feito”.

### **O Outro lado:**

Em entrevista ao **Olhar Direto**, a chefe da Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Cáceres, a arquiteta Reginete Maria Rondon da Silva, diz que sozinha se sente impotente. Ela responsabiliza os proprietários pela situação dos imóveis, argumenta que é inconstitucional a prefeitura intervir em uma propriedade privada e transfere à população a responsabilidade pela solução do problema.

Para a chefe da divisão, os titulares dos imóveis tombados são irresponsáveis, pois não “regularizam” o bem. Ela explica. “Que façam manutenções periódicas, como em todo imóvel a gente faz. Que façam pelo menos a limpeza, como tirar lixo, capinar, e/ou que aluguem o prédio. Ao invés disso, eles abandonam-os fechados, sem manutenção ou limpeza, acusando que o tombamento desvalorizou o imóvel”.

Diante do suposto descaso dos proprietários pela preservação da história e da cultura da cidade, a Divisão de Patrimônio Histórico de Cáceres, bem como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) ficariam de mãos atadas, argumenta a chefe da divisão.

Um das formas de se reverter o quadro seria o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), uma variação do PAC destinada a manutenção de cidades históricas como Ouro Preto (MG). Cáceres deveria se enquadrar no programa, mas está fora. A arquiteta não sabe explicar porque, ao contrário da capital mato-grossense, que foi selecionada e que está em plena revitalização de seu centro histórico, Cáceres não conseguiu se enquadrar entre os beneficiários.

Por fim, ela atribui ao povo a responsabilidade pela solução e sugere um maior engajamento da população. “A sociedade precisa ser provocada, para que se levante para exigir soluções”, conclui.

### **Porém...**

Uma pesquisa realizada pelo **Olhar Direto** constata que não havendo providências por parte do proprietário dos imóveis, como é o caso, a prefeitura pode, sim, intervir junto a Secretaria de Estado de Cultura (SEC), conforme diz a Lei Estadual 9107, de 31 de março de 2009.

*Art. 12 § 2º A SEC providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa, quando o abandono for feito de má fé ou com intenção de causar danos irreparáveis ao bem.*

*§ 3º Caso ocorram urgência ou conveniência na realização de obras de conservação, reparação ou restauração em proveito da coisa tombada, a SEC poderá empreendê-las independentemente da comunicação a que alude o caput e o §1º desta lei.*

*Art. 13. Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente da SEC, que poderá inspecioná-los sempre que julgue conveniente, sem obstáculos dos respectivos proprietários, responsáveis ou ocupantes, sob pena de multa correspondente a 100 (cem) UPF/MT.*

O processo de preservação histórica do centro de Cáceres foi iniciado na década de 90, na gestão do ex-prefeito Antônio Fontes. O tombamento do centro histórico de Cáceres foi feito pelo Patrimônio Histórico de Mato Grosso, através da Secretaria de Cultura, e foi homologado pelo Governo Federal no dia 31 de setembro de 2010, através do IPHAN.

Confira abaixo uma galeria de imagens que ilustram a situação dos imóveis:



### 13 comentários

por **Rachel Tegon de Pinho**, em 03/01/2016 às 22:34

Concluindo...Em 2012 com a homologação do tombamento federal solicitei orientação técnica do IPHAN. Esta orientação foi entregue em mãos no dia 11/12/2015, no mesmo dia em que a construtora do Fransérgio Rojas Piovesan realizou mutirão para retirada das árvores que cresceram no interior do imóvel e que ameaçavam mais desabamentos na edificação. No dia 13/12/2015, já de posse da orientação técnica requerida teve início os trabalhos de vedação de portas e janelas e os trabalhos prosseguem, seguindo

deste modo as determinações do IPHAN. Na oportunidade convido-o para visitar Cáceres e verificar in loco as mudanças no referido imóvel.

---

por **Rachel Tegon de Pinho**, em 03/01/2016 às 18:32

. O Conselho Estadual emitiu parecer afirmando o interesse na restauração e solicitando a reapresentação do projeto no ano seguinte. Novamente requeri a arquiteta que atualizasse o orçamento e encaminhei a Cáceres, para que o meu irmão Rubens de Pinho Filho, coordenador do projeto protocolasse o mesmo junto ao Cons. Municipal. Infelizmente ele não conseguiu porque o Secretário Municipal de Educação e Cultura da época afirmou que o prazo tinha se extinguido. Mas, na época eu era suplente no Conselho Estadual e sabia que havia prazo. Em 12/02/2010, em decorrência de um temporal que inundou grande parte da cidade, parte do casarão desabou. No mesmo dia protocolei junto a Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e MPE requerimento informando o desabamento e solicitando em regime de urgência orientações técnicas no sentido de evitar maiores danos aos vizinhos e transeuntes. Pois bem, no dia 17/10/2010 recebi como resposta da prefeitura, um laudo, com reprodução de imagens do casarão anterior ao desabamento e nenhuma orientação técnica sobre como proceder. Em 2012 com a homologação do tombamento federal solicitei orientação técnica do IPHAN. Esta orientação foi entregue em mãos no dia 11/12/2015, no mesmo dia em que a construtora do Fransérgio Rojas Piovesan realizou mutirão para r

---

por **Rachel Tegon de Pinho**, em 03/01/2016 às 16:22

Prezado Paulo Victor Fanaia, imagino que você seja jornalista e deste modo deveria ouvir as partes e já que esta matéria diz respeito a espólio de minha avó paterna penso que este espaço é o lugar ideal para que eu exponha o meu direito de resposta e te auxiliar na atualização da matéria. Este casarão, cuja imagem foi destaque de sua matéria publicada em novembro de 2015 foi construído pelo meu avô, Luiz Francisco de Pinho que faleceu no início dos anos 50 em Campinas-SP. Em 1975 meu pai, Rubens de Pinho trouxe a família de Campinas (minha mãe, eu e meus irmãos) e residiu no imóvel até 1985, quando faleceu- também em Campinas/SP (minha mãe mudou-se para Cuiabá no mesmo ano, onde todos nós já morávamos). Em 1996 o imóvel foi tombado pelo município e estado de MT, assim como outros 47 imóveis dentre os quais a casa do finado Sr. Lalico, que mesmo tombada foi demolida. Em 2002, já residindo em Cáceres elaborei projeto de restauração do imóvel e protocolei em duas vias junto ao Conselho Municipal de Cultura de Cáceres-MT e uma vez aprovado foi encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura. Contudo, inexplicavelmente foi entregue ao Conselho Estadual uma versão incompleta do projeto (sem os devidos orçamentos feitos por arquiteta). O Conselho Estadual emitiu parecer afirmando o interesse

---

por **João Edson Fanaia**, em 24/11/2015 às 15:27

Detalhes de natureza legal, esclarecem, mas não resolvem nada. Tem lei que pega e a que não pega. Do ponto de vista de resoluções, artigos, parágrafos, incisos entre outros, nosso país é riquíssimo, assim como em discussões bizantinas. Fato concreto, os prédios permeados por sua representação histórico-cultural estão desmoronando, se é o município, o Estado, a União o Vaticano que tem a responsabilidade, que assuma. Só uma pergunta básica: de onde vem o recurso? País que corta bolsa de pós-graduação no exterior, vai aplicar recursos em escoramento de prédio "velho". No fundo a aposta é que as chuvas sejam torrenciais no verão, deste modo sobra menos imóvel para repartir as migalhas destinadas à restauração.

---

por **Cézare Pastorello**, em 24/11/2015 às 13:29

Na verdade, o título apropriado seria: "Imóveis DE CÁCERES tombados pelo patrimônio histórico ameaçam segurança de cidadãos." Isso porque não é o município quem tomba nada. O tombamento, ou seja, a restrição de uso e reforma, é Federal. Quanto à competência para tomar providências, a própria reportagem disse de quem era, induzindo o leitor a pensar que era da prefeitura, já que o "Porém" é uma conjunção adversativa. A legislação citada, Lei Estadual 9107, diz "A SEC providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa" e "Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente da SEC", além de dizer que a SEC poderá fazer obras de conservação, reparação e restauração, além de aplicar multa. Neste caso, SEC é "Secretaria ESTADUAL de Cultura". Vamos falar a verdade? Tombamento histórico é igual a reserva ambiental. O proprietário tem restrições de uso, mas, não perde nada por possuí-lo, o mundo é que ganha. O município tem tido dificuldades para manter e conservar seus próprios imóveis. Estado de MT, faça valer a sua própria lei. Realize as obras necessárias aos prédios tombados e cobre de seus proprietários. Para quem quiser se informar mais: Iphan: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/367> Lei Estadual de Tombamento e Registro (a citada): <http://www.cultura.mt.gov>

---

por **braz**, em 23/11/2015 às 23:25

outro dia eu vi uma matéria com a proprietária desse imóvel ela disse que não podia fazer nada porque esse imóvel é tombado

---

por **MOSSUETO**, em 23/11/2015 às 21:36

É triste ouvir falar patrimônio histórico! isso traz desvalorização do imóvel, ai o que os proprietários fazem? Destelha o casarão, e deixa que o tempo sol chuva e sereno incumbam de fazer o resto, ou seja destrói tudo e o terreno sob na cotação do mercado, por exemplo na Praça Duque de Caxias, nas esquinas da Cmt Balduino com a Rua Casalvasco, na outra esquina da mesma praça na esquina da Tiradentes com a Rua Cel. Farias, cadê as casas que ali existiu? na Treze de Junho com a Gal Osório as casas anoiteceram na Sexta-feira e na segun da feira só existia o lote, mais recentemente, ou seja neste semestre, na esquina da Tiradentes com a Av. Getúlio Vargas, anoiteceu um casarão e amanheceu um estacionamento, Estão errados? não sei, mas com certeza está muito melhor e seguro do que os paredões que vão desabar a qualquer momento na Gal Osório com a Tiradentes mais a frente na mesma Gal. Osório com a Seis de Outubro Rua Professor José Rizzo com a Rua Quintino Bocaiuva, outra armadilha pronta para desabar na cabeça de alguém e assim por diante, por que manter essas estruturas em pé, se a vida de inocentes estão em risco, o jornal buscou o responsável, mas ninguém assume nada, os herdeiros já estão na terceira, quarta geração e não se interessam por uma propriedade tombada pel

---

por **Reinaldo**, em 23/11/2015 às 20:34

Em cidade que prefeito e vereadores não trabalham, os cupins dominam. Há tempos Cáceres está entregue aos cupins. Uma cidade linda com políticos da pior espécie. Não temos que temer esses lacaios que nada fazem a não ser enganar o povo e roubar a coisa pública. Quando os encontro em algum lugar com aquele sorrizinho típico de safado, falo logo na cara o quanto são inertes. Sinto nojo dessa prefeitura historicamente canalha. Sinto nojo de quem tenta defender essa escória. Para defender tem vários puxa sacos, mas para cobrá-los são poucos. Sinto orgulho de ser Cacerense e vergonha de dizer a situação de minha cidade. Bando de escrotos, vendidos, bandidos e vagabundos. Cáceres já teve patrimônio de invejar as fachadas do Pelourinho, já tivemos prédios históricos de invejar Ouro Preto. Onde eles estão? O cupim comeu e a chuva derreteu. O governo pouco faz. Que os cupins façam a sua parte, pois os políticos nada fazem.

---

por **ELEITOR**, em 23/11/2015 às 14:45

A REPORTAGEM OMITIU O DESCASO DA PREFEITURA COM OS PRÉDIOS PÚBLICOS TOMBADO PELO PATRIMÔNIO, A DIAS ATRÁS A ANTIGA SEDE DE GOVERNO (UM PRÉDIO MUITO BONITO, MESMO ABANDONADO) SIMPLEMENTE PEGOU FOGO. AQUI COSTUMA-SE DIZER QUE A ADMINISTRAÇÃO FRANCIS MARY ESTÁ LITERALMENTE "PEGANDO FOGO"

---

por **Daici Forgiarini Bastos - Cáceres - MT**, em 23/11/2015 às 12:56

É muito fácil jogar a responsabilidade para a população. Se foi falado que a Prefeitura e o IPHAN nada podem fazer, o que o povo fará? E pelo que foi mostrado na reportagem, a Prefeitura pode sim tomar providências, já que os proprietários não cuidam do imóvel. Então, é só ter vontade e começar a reforma. Com a palavra o prefeito Francis Maris.

(Jornal Olhar Direto – disponível em  
<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=411043>)

## ANEXO III – JORNAL OESTE

Notícias / [Cidade](#)

09/09/2015 - 07:58 | Atualizado em 09/09/2015 - 08:01

Por falta de projetos, prefeitura de Cáceres perde recursos para reforma da antiga

Câmara

Por Da Redação

Celso Antunes



Na sessão desta terça-feira (08.09) do Legislativo Cacerense a notícia dada pelo ex-secretário de Esporte e Cultura vereador Rubens Macedo (PR) dando conta que a prefeitura perdeu os recursos para a reforma do prédio onde já funcionou a prefeitura e a Câmara de Vereadores fez a oposição voltar a elevar o tom das críticas a administração do prefeito Francis Maris Cruz (PMDB).

O prédio que pertence ao município seria totalmente reformado e o local iria abrigar a biblioteca municipal. Ao todo foram perdidos, segundo Macedo, R\$ 750 mil reais liberados pelo Governo Federal e R\$ 180 mil reais do Governo do Estado para a execução da obra.

Para o vereador Edmilson Campos (Café no Bule) – considerado maior oposição a gestão do prefeito Francis Maris na Câmara a equipe da atual administração precisa vir a público esclarecer para a população o que de fato ocorreu.

“Não é possível que a prefeitura não tenha sido capaz de elaborar um projeto que atendesse as exigências do IPHAN para que a obra fosse executada” desabafou Café no Bule.

Na opinião do vereador a gestão errou quando não seguiu o exemplo da Câmara de Vereadores que no ano passado realizou várias audiências públicas com a participação da sociedade, dos ambulantes, comerciantes, Ministério Público e representantes do IPHAN até que se chegasse a um acordo para a execução da obra de reforma e revitalização da Praça Barão do Rio Branco.

Para o vereador Tarcísio Paulino (PSB) a administração fez um alarde sem precedentes para anunciar a execução da obra sem que tivesse garantido a aprovação do projeto técnico para a execução do serviço. “O resultado de mais esse equívoco administrativo é a perda de quase 1 milhão de reais para a reforma do prédio onde iria funcionar a nossa biblioteca” declarou Tarcísio.

Temendo que a prefeitura perca também os R\$ 500 mil reais viabilizados pelo deputado estadual Leonardo Ribeiro Albuquerque (PDT) em atendimento a indicação de autoria dos vereadores Edmilson Campos (Café no Bule) e Tarcísio Paulino (PSB) os dois parlamentares voltaram a cobrar da administração que agilize a elaboração do

projeto para que possa ser celebrado um convênio com a Secretaria Estadual das Cidades para ter acesso ao recurso.

Segundo o vereador Edmilson Campos, desde o dia 19 de agosto a secretaria, conforme ofício encaminhado ao prefeito pelo deputado Leonardo, espera a apresentação do projeto para a celebração do convênio.

“O recurso já está à disposição da prefeitura para a aquisição de emulsão asfáltica e agregados para a revitalização de ruas e avenidas localizadas nos bairros do Junco, Jardim Cidade Nova, Cavalhada, Centro, Santos Dumont, Vila Irene, DNER e Avenida Tancredo Neves. Reitero a cobrança para que a prefeitura não perca esse recurso à exemplo do que ocorreu no caso da reforma do prédio onde funcionaria a biblioteca municipal” alertou Café no Bule.

(Jornal Oeste – Disponível em:

[http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=35454&noticia=por\\_falta\\_de\\_projetos\\_pr\\_efeitura\\_de\\_caceres\\_perde\\_recurso\\_para\\_reforma\\_da\\_antiga\\_camara](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=35454&noticia=por_falta_de_projetos_pr_efeitura_de_caceres_perde_recurso_para_reforma_da_antiga_camara))

## ANEXO IV – JORNAL OESTE.

Notícias / [Cidade](#)

07/12/2015 - 08:12 | Atualizado em 07/12/2015 - 08:16

[Incêndio que destruiu prédio da antiga Câmara foi ação humana, diz perícia](#)

Por Expressão Notícias

Arquivo/Assessoria



O incêndio que destruiu parcialmente o antigo prédio da Câmara de Vereador, em Cáceres, foi uma ação humana. Porém, não se sabe se o ato foi acidental ou criminoso. É o que aponta a perícia realizada por técnicos da Politec. O resultado da investigação saiu depois 52 dias. O prédio foi destruído, parcialmente, pelo fogo por volta das 5 horas do dia 7 de outubro e, somente, na segunda-feira (30/11) o trabalho foi concluído.

Apesar da conclusão, a Secretaria Municipal de Esportes e Cultura ainda aguarda a expedição do laudo para que possa fazer o resgate de algumas peças que estariam sobre os escombros. "Há informação que o resultado da perícia já foi concluído mais ainda não temos nada em mãos" afirmou na quinta-feira (03), o secretário Jair Cestaria. "Estamos aguardando o laudo para retirar algumas peças que não foram destruídas e que ainda podem ser aproveitadas".

A reportagem não dispõe de maiores detalhes sobre a investigação. Numa demonstração de excesso zelo descabida, a Politec não forneceu cópia do laudo da perícia a imprensa. A informação obtida no local foi de que, o resultado seria encaminhado somente para a Polícia Judiciária Civil e a Prefeitura. A conclusão de que a ação foi humana e que não há como esclarecer se foi acidental ou criminosa foi passada, em caráter reservado, por um dos peritos que trabalharam na investigação.

Antes mesmo da conclusão da perícia, o coordenador da Politec, José Urbano, já havia descartado a possibilidade de curto-circuito, conforme chegou a ser comentado. "A equipe não encontrou quase nada da fiação, o que dificulta afirmar que houve curto-circuito", disse.

No dia 5 de novembro, uma equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, sob coordenação da técnica Amélia Hirata, realizou vistoria no prédio. Mas, se recusou a prestar quaisquer informações. Hirata disse que estava a serviço e que, só poderia se manifestar sobre o assunto, na sede do instituto. A reportagem do Jornal Expressão entrou em contato com a técnica, mas ela não respondeu as informações sobre o caso.

A hipótese de que o fogo poderia ter sido provocado por vândalos que atearam fogo no lixo que se acumulava no local pode ter se confirmado. O antigo prédio era

frequentado por mendigos, moradores de rua e usuários de drogas. O fogo destruiu o telhado e toda estrutura de madeira. Técnicos do Iphan, de acordo com o secretário Jair Cestari, informaram que, apesar do dano, a estrutura do prédio, não está comprometida.

O secretário informou ainda que reiterou pedido para que o Iphan faça a devolução do projeto de restauração do prédio à prefeitura para que sejam viabilizadas alternativas de recursos para sua execução. "Pedimos o projeto de volta e já encaminhamos ofícios aos deputados Ezequiel da Fonseca, Ságuas Moraes e doutor Leonardo para que viabilizem recursos, através de emendas parlamentares, para restauração do prédio" disse.

O prédio da antiga Câmara já deveria ter sido reformado, mas, diante da demora na apresentação do projeto de restauração pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que seria transformado em uma biblioteca municipal, a verba de R\$ 1 milhão, destinada pelos governos federal e estadual, para execução da obra foi cancelada. Construído em estilo colonial em 1929, o antigo prédio já abrigou a prefeitura e a Câmara Municipal.

(Jornal Oeste – disponível em:

[http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=36379&noticia=incendio\\_que\\_destruiu\\_prédio\\_da\\_antiga\\_camara\\_foi\\_acao\\_humana\\_diz\\_pericia#prettyPhoto](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=36379&noticia=incendio_que_destruiu_prédio_da_antiga_camara_foi_acao_humana_diz_pericia#prettyPhoto))